

Diálogos

Os dilemas da avaliação psicológica

Luiz Pasquali e o movimento para melhorar os testes

É possível avaliar?

O uso nas diversas áreas

Cara a cara: Qual o lugar na profissão?

A face oculta das medidas de inteligência

Uma futurologia impossível

EDITORES RESPONSÁVEIS

Monalisa Nascimento dos Santos
Barros (CFP)

Marcus Vinicius de Oliveira Silva
(CFP)

Marcos Ribeiro Ferreira (convidado)

CONSELHO EDITORIAL

Cármem Maria Mota Cardoso (Região
Nordeste)

Eleonora Arnaud Pereira Ferreira
(Região Norte)

Heliana de Barros Conde Rodrigues
(Região Sudeste)

Daniela Sacramento Zanini (Região
Centro-Oeste)

Tonio Dorrenbach Luna (Região Sul)

COLABORAÇÃO

Ad People Comunicação

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Maria Inês Dorça da Silva

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Monica Torres Maia
A&M Comunicação

ARTE

Rosane Garcia
Editora Massapé - Assessoria e
Projetos Especiais

CHARGE, TIRA E ILUSTRAÇÕES

Valter Luis

FOTOS

Sonagê
Patricia Mendes

IMPRESSÃO

Art Printer Gráficos Ltda.

Dezembro/2005

TIRAGEM

130 mil exemplares

Esta revista é produzida
pelo Sistema Conselhos
de Psicologia,
composto pelos
16 Conselhos Regionais
de Psicologia
(ver 3ª capa)
e pelo
Conselho Federal
de Psicologia (CFP)

SRTVN, Quadra 702,
Edifício Brasília Rádio Center,
4º andar, Conjunto 4024-A

CEP 70719-900

Tel: 61 21090100

Fax: 61 21090150

E-mail: revistadiálogos@pol.org.br
Distribuição gratuita aos psicólogos
inscritos nos CRPs

Versão on line no site
www.pol.org.br



Diálogos

www.pol.org.br

Ano 2 - nº 3 - dezembro/2005

Índice

4 *Repercussão e Cartas*

5 *Opinião*

6 *Entrevista/Luiz Pasquali*



11 *Reportagem*

História
Os trabalhos da Comissão
É possível avaliar?

16 *Expectativas sociais e controvérsias*

19 *Cara a Cara*

Desmistificando bolas de cristal:
Ricardo Primi X Maria Cláilde Ferreira

23 *Imagens*

As várias facetas



27 *Novidades da tecnologia*

30 *Coluna do psicólogo*

Lista de discussão

32 *Resenhas*

Pelos testes brasileiros
Neutralidade é mito
Investigando diferenças

39 *Análise*

“Mentes que brilham”



40 *Artigos*

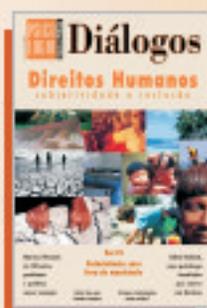
Críticas ao convencional
Um instituto nacional
Banalização de diagnósticos
Prevenção, riscos etc.

54 *Deficiências do ensino*

57 *Mercado e pirataria*



58 *Prosa, Contos, Versos*



A revista DIÁLOGOS constitui clara demonstração dos compromissos que o Sistema Conselhos de Psicologia assumiu perante às instituições totais, os contingentes humanos mais explorados da sociedade brasileira, os excluídos e os violados em seus direitos fundamentais. Não me restam dúvidas de que o Conselho Federal de Psicologia é uma das instituições da sociedade civil com maior influência, hoje, na seara dos direitos humanos, não apenas porque assumiu esse claro compromisso, mas sobretudo pela produção científica e seu engajamento na área.

Os artigos, as matérias relativas às instituições totais (penitenciárias, manicômios, unidades de internação de adolescentes etc.) bem como as pesquisas sobre os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade são merecedores de reconhecimento absoluto porque afirmam uma nova escala de valores, constituem marcos referenciais para a atuação dos profissionais.

DIÁLOGOS nos traduz a intenção dos conselhos de psicologia de se constituírem cada vez mais em entidades profissionais não apenas corporativas e sim, instituições a serviço da sociedade. Visão multifacetária, com o rigor científico, dispensada aos temas tratados pela revista é, sem dúvida, referência importante não só para os psicólogos como também para outros profissionais e militantes em direitos humanos. Saiba, pois, do meu entusiasmo, do meu reconhecimento pela iniciativa.

Augustino Pedro Vait
Assessor Jurídico da Comissão
de Direitos Humanos e Minorias
da Câmara dos Deputados

Gostaria de receber o nº 1 da DIÁLOGOS, sobre psicoterapia, indispensável, já que dou aulas de Teorias e Técnicas Psicoterápicas I e II numa universidade federal da Região Amazônica. Obrigada.

José Carlos Barbosa da Silva
Ponta Velha (RO)

Sou professora universitária, com doutorado e pós-doutorado em filosofia do direito e teoria do direito. Trabalho bastante com questões de direitos humanos, ética, direitos fundamentais, democracia, direito de liberdade e igualdade etc. Tive contato com um dos exemplares da revista DIÁLOGOS e creio que sua leitura pode enriquecer muito minhas aulas, propiciando a interdisciplinaridade necessária para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento.

Gêdoia Toledo
Bela Horizonte (MG)

Gostaria de solicitar-lhes o envio da revista DIÁLOGOS sobre psicoterapia, área à qual me dedico. Recebi o número sobre direitos humanos, por sinal, excelente.

Luciano Álvaro de Oliveira
Rio de Janeiro (RJ)

Sou psicóloga recém-formada e gostei muito da DIÁLOGOS nº 2: dos artigos, entrevistas e matérias. Considero que vocês estão cumprindo um papel importantíssimo, contribuindo para a produção científica, transmissão de informações e estímulo à reflexão da categoria profissional. Gostaria de receber também a DIÁLOGOS nº 1, sobre psicoterapia, porque esse tema me interessa muito.

Mara R. O. Borges
Salvador (BA)

Recebi a edição nº 2 da Revista DIÁLOGOS, pelo que vos dou os parabéns. Gostaria de adquirir o número anterior, sobre psicoterapia, que, nas seções Repercussão e Cartas, vem tão elogiada e comentada.

Neida Maria
Recife (PE)

Sou professora da

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Doutora em meio ambiente e desenvolvimento e fiz mestrado em psicologia ambiental. Contudo, não sou psicóloga, sou assistente social, e gostaria de poder receber a revista Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS.

Isabelita Maria Gonçalves
Gratama (SC)

Em primeiro lugar, venho parabenizá-los pela revista, que está muito boa. Iniciei a leitura e só consegui parar de ler no final. Trabalho em uma comunidade terapêutica que tem como foco principal tratar dependentes químicos. É uma clínica aberta. Mas os relatos dos comunitários sobre diversas outras clínicas do país são dos mais surpreendentes: as barbaridades que as mesmas fazem com o ser humano demonstram o maior desrespeito. Não basta fechar os manicômios, esse é o primeiro passo. Temos que também intensificar a fiscalização dessas instituições que tratam de seres humanos sem nenhuma condição, preparo e estrutura. A nossa categoria tem que brigar, lutar e trabalhar muito para conquistar o nosso espaço e contribuir para uma sociedade melhor.

Lula Fernando Lapa Neves
Mitoia (SP)

Parabéns à Revista DIÁLOGOS. Fiquei frustrada por não ter recebido o nº 1 e gostaria de saber da possibilidade de recebê-la.

Ana Inês Gazolla de Oliveira
Porto Alegre (RS)

Foi uma feliz surpresa receber a revista Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS. Parabéns a todos!! As matérias são de ótima qualidade, além de serem importantíssimas para o aprofundamento e crescimento pessoal e profissional da nossa categoria. Gostaria de comunicar que não recebi o exemplar nº 1 dessa maravilhosa revista.

Letícia Braga da Deas
Miraí (RJ)

Quero parabenizar os

editores e os colaboradores da revista, que estão fazendo um trabalho brilhante e enriquecedor, com artigos de alta qualidade. Trabalho com "Saúde do Trabalhador", segundo a Portaria nº 1679/GM, de setembro de 2002, do Ministério da Saúde, e gostaria que futuramente fossem publicados artigos sobre assédio moral.

Nádia Michelle da Costa Moraes
Belém (PA)

Fico cada vez mais feliz e, principalmente, aliviada por ver artigos tratando do papel do psicólogo no sistema penitenciário. Parabéns pela última publicação da revista, contendo vários artigos sobre o assunto. Trabalho nesse sistema há oito anos e confesso que me encontro, no momento, bastante desestimulada e tentada a sair. Se o papel do psicólogo antes já era limitado, circunscrito à realização de laudos para fins de benefícios, agora está pior, pois estão impondo também limite para o conteúdo destes... Como disse Maria Márcia Badaró Bandeira, "não há como ocupar ao mesmo tempo o lugar daquele que traz consigo a marca do controle estatal e o colocar-se numa posição de escuta e confiança...". Enfim, são muitos aspectos específicos nesse tipo de atuação que precisam ser seriamente debatidos e aprofundados, pela classe, pelos conselhos. Antes, sentia-me muito só, mas agora vejo que essa discussão está saindo "do fundo das celas". O psicólogo precisa participar do processo de humanização dos presídios e das mudanças na legislação penal. Não dá para fazer de conta que não estamos escutando os "gritos do outro lado da parede". Quero participar.

Fátima Noiva
Salvador (BA)

Parabéns à revista Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS pelo novo visual e pelas publicações de trabalhos de alta qualidade.

Neiva Maria de Alencar
Campo Grande (MS)



Mergulho na diversidade

Manter a **DIÁLOGOS** com o mesmo nível de qualidade e sucesso dos números anteriores é o gostoso desafio para nós, do XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia! Para continuarmos o nosso diálogo, apresentamos o terceiro número da revista **Ciência e Profissão DIÁLOGOS**. Nosso intuito é consolidar um estilo ao mesmo tempo leve e profundo, trazendo temas que digam respeito diretamente à prática do profissional da psicologia. Por isso, abordaremos, neste número, o tema: "Os Dilemas da Avaliação Psicológica".

Discutir os dilemas da avaliação psicológica significa reconstruir a história da própria psicologia no Brasil, percorrer os caminhos da consolidação da profissão como ciência, depararmos com os dilemas atuais acerca dos métodos e técnicas da psicologia e espiar as possibilidades futuras. Aqui se apresenta também uma reflexão acerca do que é prática privativa do psicólogo, conforme a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que regulamenta a nossa profissão: o uso de testes psicológicos.

Ao mergulharmos no universo da avaliação psicológica, descobrimos a diversidade de compreensões,



usos e expectativas, às vezes contraditórios, às vezes complementares, às vezes apenas diferentes. E isso dentro e fora da profissão! Dentro, há os grupos que pregam a avaliação psicológica sem testes, os que usam a psicometria para explorar capacidades, os que investem na informatização dos testes, os que questionam a banalização dos testes pelas revistas populares, os que investem na construção de novos testes, os que trabalham na validação dos que já existem, os que trabalham a avaliação como prevenção primária, os que se debruçam na avaliação psicológica dos que já sofreram danos (neuropsicologia), para citar apenas alguns! Fora, há uma expectativa social quanto à predição do comportamento social do sujeito, mas há também uma parte significativa da sociedade que questiona esse poder preditivo.

Retratar toda a diversidade da avaliação psicológica e seus dilemas numa mesma Revista dentro do arcabouço da Ciência e da prática da Profissão por meio de **DIÁLOGOS** com a categoria é o propósito desta publicação! Manter esse diálogo aberto é a consequência. Para tal, suas opiniões, contribuições e avaliações pessoais são os prognósticos aguardados! □

"A sociedade não aceita mais qualquer coisa"

Luiz Pasquali nasceu na roça de Gaurama (RS), onde não havia escola, em 1933. Aos 12 anos, foi para o único lugar onde poderia estudar, o seminário. Passou por cidades de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Formou-se em pedagogia, teologia e filosofia. Quis completar os estudos na Europa e o destino passou-lhe uma rasteira: acabou numa outra faculdade, de psicologia. "Talvez para resolver uma crise existencial", admite. Fez mestrado e doutorado na área com louvor, refutando a idéia de Freud de que Deus era um pai castrador. Imigrou para os Estados Unidos, deu aulas na Universidade de Michigan depois de concorrer com 99 candidatos ao cargo de professor. Mas não ficou satisfeito, continuou irrequieto. Uma qualidade que nun-

ca perdeu. Regressou ao Brasil após 17 anos e montou, em 1987, o Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida (LabPAM), na Universidade de Brasília (UnB), que validou o teste mais vendido no país para a avaliação da personalidade, o IFP. Eram em torno de três mil casos envolvidos, com 155 itens. O computador da época levou sete horas para fazer a análise. A tecnologia mais moderna processaria hoje em segundos. A máquina pioneira virou estante, enquanto Pasquali escreveu livros. Uma dúzia deles. E também, constrangido, recebeu muitas medalhas, até da ETS, a maior organização mundial no campo da avaliação: "Me questiono porque uma pessoa recebe condecorações por cumprir o seu dever". Aqui, Pasquali fala do passado, do presente e do tempo que virá.

DIÁLOGOS - O senhor se graduou em filosofia e pedagogia no Brasil, na década de 50, e depois partiu para a Bélgica, onde estudou psicologia em Louvain. Como foi esse percurso?

- **LUIZ PASQUALI** - No começo de 1962, fui enviado a Roma para completar o curso de teologia. Aí começou uma crise de caráter pessoal. Entrei na vida religiosa mais por falta de condições para estudar. Lá em casa, quem não era bom na enxada tinha que estudar. Meu pai tinha 13 filhos e o único lugar para estudar era o seminário. Então, entrei um pouco de gaiato e fui seguindo a carreira. E, no período final, veio a crise. Percebi que, na verdade, não era o que queria. Pedi dispensa da vida religiosa e fui para Louvain estudar psicologia.



DIÁLOGOS - Por que psicologia? Pela crise existencial?

- **PASQUALI** - Rememorando agora, talvez sim. Ao ir para Louvain, bastante forte na área de psicanálise, comecei a ler Freud. A crise piorou. Mas não saberia dizer especificamente porque entrei na psicologia. A formação no seminário é humanista. Fiz pedagogia, filosofia, teologia, ciências clássicas, literatura clássica, romana, grega. Fundamentalmente, creio que pela linha humanista que vinha seguindo, e depois, creio, pelas dúvidas que estava enfrentando. Mas não sei se a história foi realmente essa. Vivi pequenas tra-

gédias, mas estive contente nesse período de 1963 a 1970, em Louvain. Aliás, a viagem de Santos até Nápoles foi realizada em navio de guerra adaptado -

o Salta, da Argentina – e levou 18 dias. Fiz candidaturas ao mestrado e ao doutorado, aproveitando muitas matérias que havia feito na pedagogia. Cursei mestrado por dois anos e o restante foi de doutorado. Eu não tinha bolsa de estudos. Assim, passava dois ou três meses nos Estados Unidos, trabalhando em uma paróquia, com os porto-riquenhos, com o intuito de ganhar um dinheirinho e me manter em Louvain. Em três meses, ganhava US\$ 1.200, e voltava para a Europa e pagava tudo. Morava em um quarto de garagem, de três por dois metros, pelo qual pagava US\$ 30 por mês. Comia maçã todos os dias e uma espécie de bacon. Tive hepatite várias vezes por causa disso. Aos domingos, ia num restaurante italiano, gastava US\$ 2 e comia uma pratada de pasta (massa). Quando acabava o dinheiro, voltava aos Estados Unidos. E lá me alimentava um pouquinho melhor, pois as coisas eram mais fáceis. Todas as minhas pesquisas de mestrado e doutorado foram feitas nos Estados Unidos. Trabalhei com testes psicológicos na área de psicologia da religião: a comparação dos pais com Deus, que era uma tese de Freud que queria verificar. Assim, constatei que Deus é composto de cinco fatores. O primeiro deles é o amor. O outro é poder, depois autoridade e coisas dessa natureza.

DIÁLOGOS - *Certamente, trouxe uma sólida formação no campo da estatística...*

– **PASQUALI** - Sólida formação é muito forte. Tenho uma experiência. Muita gente me pergunta porque me meti nessa área dos testes.

Tenho uma preocupação com a exatidão. Talvez porque tive problemas com a religião, onde existe muita fantasia. Em Louvain, comecei com Freud e veio muita fantasia novamente. Quis testar tudo e utilizar uma abordagem mais concreta, ver o que funciona ou não e utilizar o modelo matemático para garantir melhor as coisas. Talvez esse tenha sido o background do inconsciente para ter me metido nessa área dos testes. A banca achou a tese bastante sofisticada.

DIÁLOGOS - *O senhor participou do encontro da Sociedade Brasileira de Psicologia, em Ribeirão Preto, em 1974...*

– **PASQUALI** - ...onde ocorreu uma briga bastante grande sobre avaliação psicológica. Participei e fui muito crítico. No final, a mesa me cumprimentou, mas não me senti bem. Criticar é fácil. Mas a solução não está por aí. Na época, ninguém sabia o que era metodologia ou fazer pesquisa. Teria que ensinar como se faz pesquisa, todo um delineamento. À parte de personalidade, era uma bagunça. Ainda é uma bagunça. E os testes eram

criados por professores meritórios, em 1930, na USP. Tudo estava parado no tempo. Os testes eram os mesmos, não havia preocupação em mostrar que eram válidos. Não havia informações.

DIÁLOGOS - *O senhor sentiu um estranhamento da psicologia local? Como avaliou ao chegar?*

– **PASQUALI** - Vim com as visões européia e americana, alicerçadas por uma carta que escrevi sobre críticas psicológicas. Foi uma decepção muito grande. Por outro lado, percebi que estava certo em vir para cá. Aqui estava precisando. Lá estava competindo. Havia uma mistura de sentimentos. Por isso, decidi deixar de lado as críticas. De 1950 até 1985, por aí, quem mandava aqui era behaviorismo puro. Os testes não eram considerados para nada. E o que havia, realmente, era pessimismo. Então, era fácil criticar os testes. Assim, defini que iria trabalhar de forma mais positiva.

DIÁLOGOS - *Como era o panorama da avaliação psicológica quando o senhor retornou? Eram professores meritórios, testes não validados...*

– **PASQUALI** - Era só isso. E percebia essa jogada apenas na academia, porque não trabalhei fora dela. E me pareciam muito superficiais. Não havia interesse na sociedade pelos testes. Quem mandava aqui era a análise de comportamento. A sensação que tenho era de um grande vácuo. Não havia interesse da classe e nem da sociedade por essa área. Em segundo lugar, o que havia não prestava.

DIÁLOGOS - *No processo de criação da profissão de psicólogo no Brasil, os testes psicológicos foram uma espécie de promessa da psicologia para a sociedade brasileira. Autores de testes foram 'pais da profissão'. Como analisa isso?*

– **PASQUALI** - Esse era um núcleo muito pequeno, concentrado na USP, alguns em Minas Gerais e outros poucos em Campinas. Era um grupinho que se podia indicar os nomes. Não era a classe que trabalhava nisso. Como o grupo era forte, conseguiu introduzir na legislação a área, que não tinha repercussão, não representava a classe. Esses nomes, como Osvaldo Barros, Angeli, Lourenço, Lopes, e outros, eram conhecidos. Era um impacto muito setorizado para a sociedade.

DIÁLOGOS - *Essa área da avaliação teve uma certa proeminência e, no processo de institucionalização da academia, foi suplantada pela análise experimental do comportamento, pela hegemonia do behaviorismo em geral. O que é curioso é que os anos 80 inauguram a hegemonia da psicanálise...*

– **PASQUALI** - Mas a psicanálise vinha forte desde o



“Assim,
constatei

que Deus é composto
de cinco fatores.

O primeiro deles é o amor.

O outro é poder, depois

autoridade e coisas

dessa natureza”

início do século. Creio que havia duas hegemonias acadêmicas. A área preocupada com o comportamento, predominante pela influência da USP, e a psicanálise, muito forte na PUC. Havia as duas.

DIÁLOGOS - Nos anos 80 inverte a hegemonia.

- PASQUALI - Pode ser. Mas essa não é minha área. No que se refere à avaliação psicológica, dos anos 60 até 80, no Brasil não havia investimento sério nessa área. Os testes não eram nem considerados.

DIÁLOGOS - Ao que atribui isso? As orientações da psicanálise e do behaviorismo dispensam o recurso da avaliação psicológica. Ainda que a psicanálise tenha alguma coisa no campo projetivo, sobretudo o Rorschach.

- PASQUALI - A razão do vácuo era que as hegemonias ideológicas, acadêmicas, não queriam saber de estatísticas, de medidas, de testes. O behaviorismo é contra e a psicanálise é contra tudo, a não ser os testes projetivos. Inclusive, em termos de avaliação, falando genericamente, a única área que se manteve no país razoavelmente boa e concentrada em um lugar, foi o trabalho do professor André Jacquemin, em Ribeirão Preto. Lá por 1981 fiquei muito angustiado nessa área e comecei a escrever, trabalhar em testes. Tanto que em 1987 se apresentou uma oportunidade da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia), através da psicóloga Sônia Lobão. Ela me disse que a Finep estava decepcionada com as áreas de humanas e daria, em 1987, uma última chance, inclusive na área de psicologia, para ver se aparecia algum projeto de interesse para o país. Assim, escrevi um projetão sobre a construção de um laboratório especificamente orientado para a avaliação psicológica. Chamei de Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida. E, com ele, recebi US\$ 125 mil. Na época, para trabalhar com análise fatorial e multivariadas precisava de um computador mais eficiente, caríssimo.

DIÁLOGOS - E o laboratório entrou em funcionamento?

- PASQUALI - Começamos a produzir testes em 1988. Em 1992, fui chamado para participar de um congresso internacional, em Oxford, na Inglaterra. O organizador do congresso foi um professor americano que passou uma temporada na minha casa, trabalhando na Telebrás. Era um congresso sobre a Teoria de Resposta ao Item (TRI), uma comissão internacional de testes. Havia 46 países representados. Pelo Brasil estava um casal de

matemáticos da USP e eu. Da América Latina, não havia ninguém. Falavam coisas estranhas sobre as quais nunca havia escutado nada. Conheci vários expoentes nessa área, pedi alguns livros para começar a estudar. E voltei com a idéia de fazer alguma coisa na área de psicometria. Não havia livro em português escrito sobre a fundamentação psicológica de testes. Então, comecei a pensar em resolver o problema pela base. E o MEC, através do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), me convidou para fazer uma análise da avaliação do ensino básico, o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb). Foi a primeira análise que realizei, com um software importado da Espanha. Entreguei o relatório e ficou na gaveta. Essa história foi retomada, com bastante sucesso, em 1996, pelo Rubens Klein, fazendo a avaliação da educação brasileira. A fundação do laboratório foi a base para a criação de uma série de outros laboratórios que surgiram nos últimos cinco anos.

DIÁLOGOS - O problema era perseguido, mas não havia uma forma de enquadrá-lo.

- PASQUALI - Não havia um movimento sistematizado, que começa a se formar a partir dos laboratórios. Em 1996, havia uma meia dúzia de laboratórios pelo país:

Campinas, USP São Paulo, Ribeirão Preto, da UnB, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Pelotas, da UFRGS. Quer dizer, começa a se institucionalizar.

DIÁLOGOS - Em 1997, o CFP retoma a iniciativa da Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica.

- PASQUALI - Ia mencionar isso. Além de outros eventos, como o dos laboratórios, de formação de recursos humanos, as iniciativas do CFP, como a Câmara Interinstitucional, que desembocaram nas resoluções. O Saeb deu um impacto indireto muito grande na psicologia com a utilização maciça e sofisticada da TRI. Revolucionou a área da psicometria no mundo já em 1980. No Brasil, ouviu-se falar dela, pela primeira vez, em 1992. E começou a ser utilizada, na área de educação, em 1996, por Rubens Klein, sobretudo. Em 1992, comecei a me preocupar com linhas de base, porque não havia nada no país. Sentia necessidade de pesquisa, levantamento de dados, de escrever para fundamentar. Em 1996, saiu o primeiro livro, "Teoria e Métodos de Medidas em Ciência do Comportamento", que teve sua edição esgotada. Quer dizer, existia demanda. Entusiasmei-me e fui escrevendo outros. O livro seguinte foi sobre psicometria, que está na terceira edição. E me dei conta de que o problema básico é a teoria psicológica e escrevi um resuminho sobre isso: "Os Tipos Psicológicos: A Teoria da Personalidade". E quero escrever uma coisa



"Tinha dúvida sobre o papel do Conselho, que organiza a área profissional, estar se metendo na análise acadêmica. Mas, o Conselho, com a regulamentação, disse 'se vocês querem utilizar os testes na área social, apresentem algo positivo, perfeito'".

mais completa sobre a teoria psicológica e a fundamentação teórica da psicometria. Estão sendo publicados, pelo Inep, um livro sobre TRI, outro sobre análise fatorial. Há mais dois sobre delineamento da pesquisa, sobre análise multivariada da psicologia e livros sobre testes. Estou procurando encher o mercado com essa problemática para os leitores começarem a reagir. Então, tenho a idéia de dar os fundamentos, esperando que o pessoal comece a ler, fazer análises críticas e melhorar as teses. Com isso, quero aperfeiçoar a análise crítica dos testes. Tenho dois livrinhos já inspirados nesse movimento.

DIÁLOGOS - *O movimento de melhoria dos testes está em curso...*

- PASQUALI - Está amadurecendo cada vez mais. Sobretudo com a formação de recursos humanos especializados na área. Ainda não é suficiente. Mas há um movimento acadêmico bem sério na área. E vejo dois ramos que influenciaram de maneira drástica o movimento de seriedade nessa área. Os processos judiciais na seleção, criando a necessidade de se sofisticar e dar resposta técnica aos juízes. E depois veio o impacto violento da regulamentação pelo Conselho Federal de Psicologia. No começo fiquei assustado. Ficava me perguntando o que o CFP teria para falar nessa que é uma área de pesquisa. Mas, depois percebi que foi um dos atos mais importantes na história da avaliação psicológica no país. Não por resolver o problema, mas para pôr os pontos nos is.

DIÁLOGOS - *O CFP não se intromete na parte acadêmica. Pergunta se a parte acadêmica foi cumprida, não é?*

- PASQUALI - Exatamente. E se não tivesse acontecido isso, teríamos parado no tempo.

DIÁLOGOS - *Como viu o movimento em torno da repercussão daquela primeira exigência do Conselho, a da criação do Satepsi (Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos)?*

- PASQUALI - Previa que daria problema nos processos de seleção. Temia que houvesse repercussão negativa e houve um susto emocional. Tinha dúvida sobre o papel do Conselho, que organiza a área profissional, estar se metendo na análise acadêmica. Mas, o Conselho, com a regulamentação, disse "se vocês querem utilizar os testes na área social, apresentem algo positivo, perfeito".

DIÁLOGOS - *E agora?*

- PASQUALI - Não estamos tão adiantados como no

resto do mundo. Descobri três problemas: primeiro, a fundamentação por parte dos profissionais do conhecimento na área da avaliação psicológica ainda não é satisfatória. Estamos dando cursos de aperfeiçoamento. Temos um no Mato Grosso do Sul e outro no Mato Grosso. Estamos organizando um curso para Brasília e outro para o Rio de Janeiro. A maioria dos profissionais sai da academia sem preparo para atuar com avaliação psicológica. Mas estamos no caminho certo. Os eventos mostram isso. Os congressos de testes psicológicos, que começaram em 1974, contavam com 50 psicólogos; o último, do Ibp (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica), com a participação de mais de mil especialistas. Portanto, não há mais retorno em termos da procura da qualidade dos testes psicológicos.

DIÁLOGOS - *Que análise o senhor faz do momento atual? Para onde estamos caminhando?*

- PASQUALI - Estou entusiasmado em ver que a área está indo muito bem. Ainda há muitas diferenças, mas há um grupo bastante sofisticado, de nível internacional. O grupo é pe-

queno, mas é o começo. Há dez anos não existia. É o fermento. Mas para que a classe toda esteja imbuída no desenvolvimento de seriedade nessa área é preciso uma geração de formação.

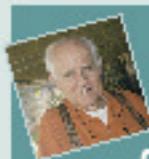
DIÁLOGOS - *E com relação aos usos dos testes?*

- PASQUALI - O que vemos de impacto na sociedade ocorre, sobretudo, na seleção das áreas de segurança pública. Com alguns problemas. O primeiro grande problema é que fazemos seleção sem que haja uma definição dos cargos, para levantar aspectos típicos das áreas. A definição deve ter características básicas, mas algumas nas quais o profissional tem que ser excelente. O segundo problema grave ainda é a disponibilidade de instrumental para a avaliação, que é muito pequena no país. Nos Estados Unidos, a última informação que tive foi da existência de quatro mil testes no mercado. A falta de testes implica que os psicólogos têm que aprender a construir instrumental.

DIÁLOGOS - *Talvez seja um exagero, mas seria ideal que cada sujeito tivesse um teste específico, criado para analisá-lo?*

- PASQUALI - Isso não é possível. O sujeito humano é um indivíduo. Mas, genericamente, pode-se congregá-lo em certas categorias.

DIÁLOGOS - *Quais são as novidades mais interessantes surgidas nessa área?*



"A possibilidade de prever o comportamento humano, de modo geral, é de 2 a 10%. Então, para que fazer testes? Nos Estados Unidos, há testes que mostram que esses 2% na seleção de profissionais para empresas correspondem a salvar bilhões de dólares."

– PASQUALI - Existem três novidades, mas não estão bem incorporadas. A TRI é a grande novidade, é um instrumental estatístico muito útil na área da avaliação psicológica. É um pouco de modismo, mas é um bom avanço. Segundo, as análises instrumentais que temos de fazer são multivariadas. Até aqui eram análises lineares univariadas. O comportamento humano é complexo. A análise multivariada é bastante recente. Tem grande força no exterior. No Brasil quase não existe. E, terceiro, o gravíssimo problema ainda sem solução, é a teoria psicológica. Tenho a impressão de que nós, psicólogos, não sabemos o que estamos fazendo, qual o nosso objeto de estudo. Digo isso porque o behaviorista diz uma coisa, o psicanalista outra coisa, o humanista outra coisa. Então, qual dessas coisas é a coisa certa? Não há uma teoria unificadora dessa problemática, como existe na física, na biologia. Alguns dizem que não pode ter. Acho que tem que ter e temos que ir atrás dessa teoria.

Estou vendo uma teoria surgindo, simpática para mim, que é a chamada psicologia evolucionária. É a combinação do avanço genético e o avanço da psicologia cognitiva. Por aí está a solução dos problemas.

DIÁLOGOS - *O que o senhor acha da predição de comportamento como uma questão que oriente os testes psicológicos?*

– PASQUALI - Atrás dessa pergunta existe um preconceito chamado de 'poder mágico dos testes'. Na seleção isso é claríssimo. O sujeito é selecionado para determinado cargo e não pode falhar nunca. Se falhar, os testes não servem para nada. O elemento que entra na predição do comportamento humano não é único. São infindáveis os fatores que influenciam atitudes. Se o ser humano é composto de aspectos físicos, psicológicos e espirituais, tudo entra em qualquer ato humano. O papel dos testes é trabalhar um desses elementos, o psicológico. O comportamento humano é junção de uma série de fatores psicológicos, associados a fatores físicos e a fatores espirituais. Imagine que temos uma série de fatores. Por exemplo, queremos verificar a agressividade. É aplicado o teste e, com base no aspecto psicológico, o sujeito não será agressivo. E os outros aspectos? Conclusão: a possibilidade de prever o comportamento humano, de modo geral, é de 2 a 10%. Então, para que fazer testes? Nos Estados Unidos, há testes que mostram que esses 2% na seleção de profissionais

para empresas correspondem a salvar bilhões de dólares. Então, a função é ajudar a entender o comportamento do ser humano.

DIÁLOGOS - *A expectativa social é de que seja possível prever o comportamento. Como o senhor vê essa expectativa social com relação à avaliação psicológica e aos testes psicológicos?*

– PASQUALI - Muitos profissionais de empresas acreditam que se o psicólogo disse, vai acontecer. O teste avalia um certo percentual de componentes de comportamento. É no que se refere a isso, o teste é muito bom. Em todas as ciências é assim.

DIÁLOGOS - *O que podemos fazer para que esse instrumental seja reconhecido e valorizado pela profissão e visto de forma correta pela sociedade?*

– PASQUALI - É preciso realizar testes baseados na tecnologia mais moderna da área: a psicometria. Mas isso é mais eficiente para verificar se o teste é bom. Temos que aprender a criar o teste. Para

isso, é preciso a teoria psicológica. Pega-se qualquer traço da psicologia, por exemplo, a ansiedade. O que é ansiedade? Ansiedade segundo quem? É assim que fazemos. Qualquer traço da psicologia é segundo alguém. Todas as ciências sociais têm esse problema. Então, o problema é muito grave, está na teoria psicológica.

DIÁLOGOS - *Como o senhor vê o futuro da avaliação psicológica?*

– PASQUALI - Promissor, engajado em movimentos acadêmicos, sociais e profissionais que estão investindo nessa área. E a sociedade é exigente. Não aceita mais calada qualquer coisa. À medida que contribuirmos com melhor instrumentação, avançamos.

DIÁLOGOS - *Em que o senhor está trabalhando atualmente?*

– PASQUALI - Estou escrevendo livros sobre a teoria psicológica com o intuito de ajudar a criar uma linha de base na construção de instrumentais, e uma série de livros para analisar os instrumentos. São livros de um gaiato da área. Tudo baseado em matemática. E não sou bom em matemática. Sou psicólogo, pedagogo. O problema é que matemáticos fazem de um jeito que nem os anjos entendem. Assim eu, como psicólogo, preciso escrever de um jeito que eu entenda e os outros também. Mando sempre os livros para um leitor matemático. E ele se diverte com o jeito que escrevo. □



“O comportamento humano é junção de uma série de fatores psicológicos, associados a fatores físicos e a fatores espirituais”



No início, tudo eram testes...

Nos anos 20, 30, 40, no Brasil, os testes psicológicos eram usados na psicologia aplicada à educação, nos serviços de seleção de pessoal, nos exames psicotécnicos de motoristas e no sistema judiciário. Eram tempos de Helena Antipoff no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais. Em 1947, o espanhol Emilio Mira y Lopes desembarca no país para criar o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (Isop), na Fundação Getúlio Vargas, abrindo caminho para a regulamentação da profissão de psicólogo, na década de 60.

As avaliações psicológicas – notadamente, os testes – sofrem uma queda forte de prestígio nos anos 70 e 80. A psicotécnica, que fez a história inicial da psicologia brasileira, passa a ser vista com pouco caso por parte da categoria. Os méritos que as avaliações tiveram no início da construção de profissão pareceram, naquele período, terem se fragmentado. Entraram em voga o pensamento humanista, o questionamento das idéias tecnicistas e, especialmente aqui, “a crítica histórica da associação dos modelos de avaliação com a cultura norte-americana”⁽¹⁾. Ainda que os setores mais formais, mais positivistas da academia mantivessem o ensino dos testes inalterado, do ponto de vista da sensibilidade cultural, movimentos como a antipsiquiatria, as análises foucaultianas, os movimentos contestatórios da juventude, tendiam a ver os testes como a serviço da ordem estabelecida. A preocupação dos estudiosos era com o uso das avaliações psicológicas identificado “com processos de exclusão social do mundo do trabalho, da escola ou da convivência social como no caso dos transtornos mentais”⁽²⁾. Somente na década de 90 é que os instrumentos de avaliação retomam o seu prestígio.

E a retomada ocorreu porque desde 1924, quando José Joaquim de Campos de Medeiros e Albuquerque lançou “Os tests”, já havia um esforço tupiniquim para adequar parâmetros e estatísticas ao complexo comportamento humano ou, pelo menos, para tentar respeitar a sua brasilidade.

Em 1962, Mira y Lopes comandou o trabalho de preparação psicológica da seleção brasileira de futebol, bicampeã no Chile. E Mira, lembra o professor emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ, Antonio Gomes Penna, nunca foi convi-

dato para fazer palestras nas principais universidades do país que ensinavam psicologia

Em 1907, tinha surgido no Brasil o primeiro laboratório de psicologia, no Hospital Nacional de Alienados. Ali, seis anos depois, o pediatra Fernandes Figueira usa, pela primeira vez, o teste de inteligência de Binet-Simon. Em 24, na Bahia, Isaías Alves, faz a adaptação nativa desse teste. Até hoje, a maioria dos testes de avaliações psicológicas são versões brasileiras de testes feitos no exterior⁽³⁾.

Nascido em 1917, o professor Penna se dedicou à psicologia aplicada às Forças Armadas, percorrendo praticamente toda a história importante da ciência-mãe no país. Assistente de Nilton Campos, que trabalhou ao lado do polonês Wacław Radecki, entre outros, na primeira seleção de pilotos brasileiros, em 1927, antes mesmo da criação da Aeronáutica, Penna lembra que Radecki redescobriu o ser psicólogo no Brasil ao conhecer o clássico texto de Manoel Bonfim, “Pensar e dizer”. Com extenso currículo na Europa – fora assistente de Édouard Claparède na Universidade de Genebra, no período que Helena Antipoff trabalhara lá – Radecki se radicou no Paraná para se dedicar a um quarteto de cordas. Era excelente músico. Mas o texto de Bonfim o levou a procurar o professor e, daí, ao trabalho na Colônia de Engenho de Dentro, onde montou o laboratório de psicologia. Bom marceneiro, construiu ele mesmo aparelhos que seriam utilizados em suas pesquisas. Um deles, o relógio de aferição do tempo de reação, lembra Penna, “eu ainda utilizei na década de 40, e permanece, hoje, como peça integrante do museu do Instituto de Psicologia”. Radecki deixou um “excelente” tratado de psicologia editado pela Imprensa Militar. Penna ministrou cursos para as Forças Armadas entre 1953 e 1968. Naquele ano, foi considerado “de esquerda”.

A professora Regina Helena de Freitas Campos, da UFMG, voltando na história, discorre que os primeiros laboratórios brasileiros de psicologia foram organizados por profissionais formados em medicina ou em educação. Eram ligados a hospitais psiquiátricos ou a escolas normais, seguindo as normas propostas por Claparède e por Alfred Binet, responsável pelo Laboratório de Psicologia da Sorbonne, em Paris. “O objetivo dos laboratórios era, em geral, o estudo das características psicológicas da população atendida pelo sistema de saúde

mental ou pelo sistema educacional”, descreve Regina, complementando que os pesquisadores da época se debruçavam sobre a comparação de processos psicológicos em indivíduos normais e em portadores de distúrbios mentais, ou sobre a pesquisa do desenvolvimento mental de crianças em idade escolar. O sentido da palavra “laboratório”, de acordo com a professora da UFMG, “era, na maior parte das vezes, associado a atividades de psicologia aplicada, como a adaptação de testes de nível mental elaborados em outros países (especialmente na França) à população brasileira”.

Ainda segundo Regina Campos, por volta de 1920/1930, com o início do ensino de psicologia em instituições de ensino superior, a pesquisa na área se expandiu e tornou-se mais consistente. Dois pesquisadores foram, em grande medida, responsáveis por essa expansão: Lourenço Filho (1897-1970) e Helena Antipoff (1892-1974). Inspirados em Claparède e Binet, eles desenvolveram importantes linhas de pesquisa em psicologia e tiveram e ainda têm grande influência sobre as gerações subseqüentes.

A professora Ana Maria Jacó-Vilela, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), relata que, nos anos 40, existia já o antecessor da Funabem: o Laboratório de Biologia Infantil que testava crianças “em risco” e “perigosas”. Depois, esse laboratório foi incorporado ao Instituto Sete de Setembro que, posteriormente, foi incorporado ao Serviço de Assistência ao Menor, onde ficavam somente as crianças “perigosas”. Os testes aplicados, então, eram todos estrangeiros, diz ela.

Mais adiante, descreve Ana Maria, surgem os primeiros testes made in Brazil de envergadura. O teste ABC, de Lou-

renço Filho, para avaliar o nível mental e a prontidão para a alfabetização. E o teste “As mãos”, criado no laboratório de Helena Antipoff. Mira y Lopes elaborara o seu primeiro teste, projetivo, o PMK, antes de chegar ao Brasil. Foi muito usado entre os anos 50 e 70, principalmente nos psicotécnicos de candidatos a motoristas.

Há dez anos no país, a cubana Albertina Mitjans Martinez dá bem o tom da discussão nos dias atuais entre os profissionais da área: “A avaliação depende menos de instrumentos específicos, do que da compreensão e representação que o psicólogo tem do que vai ser avaliado”. Em suas aulas de pós-graduação, na Universidade de Brasília, Albertina tenta sempre indagar: “O que queremos avaliar? Como isso funciona?” E, só a partir daí, prega ela, é que devem ser escolhidos os melhores meios, os melhores instrumentos para avaliar.

Albertina Mitjans frisa que o que vai definir a forma de avaliação “é a complexidade e a singularidade do processo e do sujeito”. De acordo com ela, não existe forma padronizada de fazer avaliação psicológica porque “os sujeitos são singulares, são irrepetíveis”.

De toda a história da psicologia fica assim a ciência de que nunca se esgota o outro por sua complexidade. De que a formação ética e técnica deveria ser sempre o eixo.

(1)(3) Primi, R. Organizador. *Temas em Avaliação Psicológica*. Ibap/Casa do Psicólogo. 2005.

(2) Santos, E; Silva Neto, N. A. *A Ética no Uso dos Testes Psicológicos, na Informatização e na Pesquisa*. Casa do Psicólogo. 2000.

Psicólogos cortam na própria carne



Os psicólogos Alexandra Anache, Gislene Macedo, José Carlos Tourinho e Regina Nascimento debateram, numa mesa redonda especial para o DIÁLOGOS, os trabalhos realizados pela Comissão de Avaliação Psicológica do CFP

DIÁLOGOS - Como o CFP construiu o processo de avaliação dos testes psicológicos até se chegar à instalação de uma comissão?

TOURINHO - A primeira coisa pensada no plenário do CFP foi que os diversos segmentos envolvidos com os testes teriam mais condições para qualificá-los. Propomos a criação de um coletivo que denominamos de Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica, tentando reunir os diferentes atores envolvidos na avaliação - pesquisadores, editoras, usuários, professores da área e entidades que congregam psicólogos do trânsito. Esse coletivo não produziu os resultados esperados. A idéia seguinte foi a de contratar uma equipe técnica para

recolher e analisar os instrumentos em circulação. Mas seria uma despesa muito grande e perguntamo-nos se o CFP deveria ter esse trabalho, considerando que as editoras é que deveriam mostrar a competência de seu instrumento. O Conselho tinha apenas de dizer quais as condições adequadas e necessárias para os testes. Assim surgiu a idéia de se editar uma resolução que estabelecesse critérios para que um teste fosse bom. E assumimos a tarefa de construir isso. Em uma plenária, foram indicados três nomes de colegas que poderiam ajudar na construção desse instrumento: Ricardo Primi, (Luiz) Pasquali e (André) Jaqueman. Responsabilizei-me pelos contatos e pela redação da resolução e, antes de submeter ao plenário, apresentamos (eu e Primi) a todas as editoras em uma reunião. Nasceu assim a Resolução CFP No 025/2001 que, além de definir os critérios de qualidade, estabeleceu que todas as editoras deveriam apresentar seus testes para avaliação. A primeira remessa avaliada continha em torno de 111 testes. Gislene tem o registro da continuação da história, como membro da plenária seguinte.

DIÁLOGOS - Como foi essa primeira comissão? E os resultados?

GISELENE - Na gestão anterior, era membro de um grupo de

trabalho da psicologia de trânsito. Embora, engraçado, não trabalhe com testes psicológicos e nem adote esse procedimento na minha atuação profissional, tendo inclusive muitas críticas em relação a essa forma de trabalho, fui designada pela plenária para trabalhar na Resolução. Felizmente havia o Tourinho, encontrei o Ricardo Primi, o conselheiro Ricardo Moretzsohn, o psicólogo Rodrigo Barroso... E fomos montando um grupo para pensar o que seria isso.

Assim, instituímos a comissão e fomos reelaborar a Resolução nº 025/2001, da forma mais transparente e democrática possível, com as contribuições dos pareceristas ad hoc para o aperfeiçoamento do instrumento. E, enquanto a Resolução ia sendo organizada, íamos recebendo os testes. Todo o procedimento foi incluído detalhadamente na Resolução nº 02/2003, para não sermos acusados de não imprimirmos idoneidade à avaliação. Hoje, o procedimento é assim: o teste chega ao Conselho, passa por um protocolo, é encaminhado à comissão, situando-a sobre o assunto e solicitando encaminhamento ao parecerista. Se esse parecerista tiver algum contato com o autor do teste, devolve-o ao Conselho, que o reencaminha a outro parecerista. Ao avaliar, o parecerista devolve ao Conselho, a comissão diz se concorda ou não com essa avaliação e vem para a plenária. E tudo com prazos demarcados. Foi um grande impacto constatar que mais de 50% dos testes não eram validados. Começou a se criar um problema: qual era a acuidade do psicólogo que utilizava o teste há muitos anos? Com isso, sabíamos que estávamos pisando em terreno muito pantanoso. O trabalho poderia ser muito bem visto pelos profissionais que, por outro lado, poderiam dizer que estávamos destruindo a profissão, o que, de fato, veio a acontecer. As reportagens decorrentes disso foram muito comentadas. Colocávamos o debate do tema no "Jornal do Conselho", no site, mas o psicólogo somente tomava conhecimento realmente quando lia matérias nos órgãos de grande circulação, como "Isto é" e "Folha de São Paulo".

DIÁLOGOS - *O que o Conselho pode fazer em relação ao acompanhamento da avaliação psicológica?*

ALEXANDRA - Teremos que trabalhar mais no esclarecimento do profissional da área da psicologia de que a avaliação é um processo de pesquisa, que exige coerência e rigor metodológico para que seja considerado válido, pertinente àquela população.

TOURINHO - A amplitude de ações do Conselho foi uma questão polêmica, pois havia duas opiniões. Particularmente, entendia que, além de normatizar, avaliar os testes, orientar e fiscalizar, o Conselho poderia também impedir a comercialização, com base na natureza e finalidade dos testes, que são instrumentos de medida como uma balança que está na prateleira e à qual a população tem acesso e acredita nas suas aferições. Então, se o instrumento não tem aferição de qualidade, se o CFP não avalizou, aquela medida não tem qualquer valor, pode ser enganosa e estar lesando o consumidor. Então, a discussão era se o CFP poderia fazer isso sozinho ou se tinha de convidar a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde) ou a polícia federal. Entendíamos que,

por ser um órgão público que mede a qualidade de instrumentos de medida que avaliam, o Conselho poderia fazer isso. Outros achavam que não. E a polêmica se estabeleceu.

DIÁLOGOS - *Como vocês avaliam o resultado do trabalho dessa comissão?*

GISELENE - Essa comissão teve a particularidade de ter sido muito corajosa em enfrentar toda essa situação que, sabíamos, geraria problemas, impactos, frustrações. A comissão foi extremamente leal às deliberações do Conselho Federal de Psicologia, trabalhou muito e voluntariamente. Foi uma comissão muito forte, que deu sustentação para que a plenária assumisse uma posição diante da sociedade. Ressaltam-se, também, os pareceristas ad hoc, que também trabalharam muito e que foram de uma grandeza, coragem e disponibilidade muito grandes. Nossa preocupação, enquanto grupo, era de que esse trabalho não fosse apenas um processo com um protocolo, avaliado e arquivado. Queríamos ter registro de dados, um lugar que armazenasse como os critérios estavam sendo avaliados, como cada teste era avaliado, o que se dizia sobre eles. Então, criamos o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, o Satepsi, que hoje está disponível no site, com acessibilidade a todos. A segunda preocupação era a de que esses dados pudessem, de alguma forma, também atestar o valor e rigor científico e metodológico desse trabalho. Tínhamos a preocupação de que o próprio instrumento de avaliação dos testes psicológicos fosse válido; submetemos o instrumento a uma avaliação estatística de validade e cortamos a própria carne.

REGINA - O trabalho realizado foi o melhor que poderíamos fazer. Penso que a forma de o Conselho atuar hoje tem de servir de modelo, no sentido de se realizar sempre um trabalho sério, com os melhores instrumentos, buscando saber se o instrumento é ou não recomendável para o meu trabalho.

TOURINHO - A primeira lista saiu em 16 de dezembro de 2003.

GISELENE - E antes, em maio, preparamos o impacto. Vieram todos os representantes dos conselhos regionais, fizemos uma explanação sobre o tema. Os próprios regionais não sabiam muito bem como lidar com a coisa. E foi muito bom. Depois, no Congresso Norte e Nordeste de Psicologia, levamos panfletos e fomos alertando que os testes estavam sendo avaliados. Em seguida, foi publicada uma matéria na revista "Isto é", onde sai o então presidente do CFP reconhecendo que não era possível aferir com 100% de certeza que todos os testes eram válidos. Essa declaração gerou, de imediato, um impacto negativo na categoria. Apenas essa menção foi motivo para acusarem o CFP de querer acabar com a imagem do psicólogo brasileiro. E aí, as listas de "avalpsi", de grupos de discussão, começaram a manifestar-se fortemente contra o Conselho, tentaram organizar um movimento para impedir o CFP de continuar realizando o seu trabalho... Isso tudo nunca chegou oficialmente ao CFP porque, na verdade, não havia argumento suficiente para isso.

Apesar de tudo, fomos, paulatinamente, avançando. Criamos um manual de perguntas, respostas e de dados sobre o andamento da avaliação dos testes psicológicos que foi super





útil, e começamos a distribuir juntamente com o "Jornal do Federal". E fomos criando o clima para dizermos aos psicólogos que existia realmente um problema que exigia a necessidade de se repensar o que se falava, e até mesmo o que se fazia. Inclusive as universidades teriam de rever como estavam trabalhando esses instrumentos. Chegamos a divulgar o que chamamos de lista preliminar, em agosto de 2003. Com ela, começávamos a dizer que havia a possibilidade de recurso, que era preciso a apresentação de argumentos. E fomos fazendo essa costura toda para, enfim, em 16 de dezembro, ser publicada a primeira lista de testes psicológicos em condições de uso no Brasil. E nós ficávamos buscando saber como esse profissional, lá em seu local de trabalho, via essa ação do Conselho. Então, começaram a surgir congressos de avaliação psicológica. Em um, particularmente, fomos eu e o Primi, em Porto Alegre. Lá, a grande queixa dos psicólogos era de que, apesar de ser uma ação muito importante, eles não tinham ficado sabendo que estava sendo feita, para eles havia sido mal divulgada pelo CFP. Embora achássemos que estávamos fazendo um processo democrático, ainda assim nosso companheiro lá da ponta não tinha sido atingido.

DIÁLOGOS - *Alexandra, quais são os desafios dessa segunda comissão que ela faz parte?*

ALEXANDRA - Entendo que a comissão atual tem a responsabilidade de aprofundar questões levantadas pela anterior, sobretudo no que se refere à padronização, à validade, à precisão. Deve discutir um pouco mais a fundamentação teórica, ser mais vigorosa nesses critérios. Já discutimos, na última reunião, os critérios mínimos para se avaliarem esses instrumentos. Continuaremos pesquisando sobre o assunto. Por exemplo: diferenciar o que é uma avaliação psicológica de uso restrito, o que é um teste psicológico de uso restrito, o que é um teste psicológico que pode ser usado por outros profissionais... Então, queremos estabelecer essa diferenciação, buscando um tipo de classificação que possa informar melhor os profissionais sobre os diferentes aspectos dos diversos instrumentos.

TOURINHO - Entendo que um dos desafios é oferecer subsídios ao Conselho e outras entidades para qualificar a formação do psicólogo na área de avaliação psicológica. Não adianta muito ter testes bons se eles estarão nas mãos de profissionais mal preparados. Os testes foram construídos mais com o aparato da estatística e menos com o da psicologia. Pela má formação da graduação, as pessoas que aprenderam o teste como uma técnica de medida não têm a formação adequada e crêem que aquilo seja uma medida exata e definitiva. No entanto, uma formação razoavelmente crítica sabe que todas as habilidades que chamamos de psicológicas, como a inteligência e alguns traços comportamentais, são desenvolvidas em um contexto sociohistórico. Dependendo do ambiente em que a pessoa vive, dos costumes sociais, das oportunidades que teve no dia a dia, desenvolve mais algumas habilidades e menos outras. Então, presumindo um teste de qualidade, quando ele avalia determinados parâmetros, como inteligência e aptidões de tal tipo, dá um retrato dessas habilidades naque-

le momento. Mas esse é um processo dinâmico. Depois de algum tempo, a pessoa pode ter outro retrato.

DIÁLOGOS - *Gislene falou sobre o impacto que teve o trabalho de validação, gerando até a visão de que o Conselho queria destruir a categoria. Isso caiu por terra e o psicólogo reconhece a validação desses testes como um fator positivo?*

GISELENE - Recentemente, estivemos no Congresso Norte e Nordeste, em Salvador, onde foi organizada uma mesa sobre o processo de avaliação que contou com boa participação. Em nenhum momento houve hostilidade. Foi muito agradável perceber que não éramos mais alvo de questionamentos, muito pelo contrário. Fomos elogiados pela determinação em fazer. Fizemos uma opção ao expor a ferida, mas, ao mesmo tempo, buscamos cura, estamos fazendo a prevenção, tomando os remédios. Enfim, hoje temos uma série de instrumentos para trabalharmos com a força da psicologia no Brasil. A psicologia é uma ciência muito nova na história do pensamento da humanidade e somente estamos ajudando a fortalecê-la. As discordâncias vividas podem ajudar a construir algo benéfico para toda a categoria e para a sociedade. E esse, creio, é nosso desafio.

REGINA - Além de construir essa parceria, creio ser importante que os colegas tenham em mente que o trabalho não terminou. Temos que aumentar o número de testes disponíveis, melhorar a qualidade dos aprovados. Os testes passaram por uma crise internacional. Temos que construir essa história, reconstruir os nossos instrumentos e melhorar a imagem dos mesmos. O impacto dado pelas notícias na imprensa foi muito grande e negativo. Ficou como "os testes não são bons". Naquele momento, também me senti atingida. Isso não tem a ver com o trabalho que o Conselho vem fazendo, mas como a notícia foi veiculada. E vamos melhorar isso, ainda. □

O CAMINHO DA VALIDAÇÃO

Resoluções do CFP sobre avaliação psicológica:

- Nº 011, de dezembro de 2000: Disciplina a oferta de produtos e serviços ao público.
- Nº 012, de dezembro de 2000: Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.
- Nº 018, de dezembro de 2000: Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Art. 84 a 89).
- Nº 025, de novembro/2001 (revogada pela Resolução CFP nº 002/2003): Define teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso.
- Nº 30, de dezembro de 2001 (revogada pela Resolução CFP nº 017/2002): Institui o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliações psicológicas.
- Nº 001 de abril de 2002: Regulamenta a avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos da mesma natureza.
- Nº 016, de dezembro de 2002: Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.
- Nº 017, de dezembro de 2002 (revogada pela Resolução CFP nº 007/2003): Institui o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliações psicológicas.
- Nº 002, de março de 2003: Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001.
- Nº 007, de junho de 2003: Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.
- Nº 006, de junho de 2004: Altera a Resolução CFP nº 002/2003.



É possível avaliar?

Ricardo Figueiredo Moretzsohn(*)

Atualmente, sabemos que os psicólogos brasileiros têm à sua disposição instrumentos psicológicos que podem ser considerados cientificamente qualificados para a realização das avaliações psicológicas. Entretanto, gostaria de lançar uma questão, para reflexão, que possa contribuir com o debate e o trabalho na construção do que, coletivamente, temos almejado: uma Psicologia crítica e comprometida socialmente!

Valho-me, nas linhas que me foram disponibilizadas para este artigo, de uma inquietação diante da realidade que, cada vez mais, submete o sujeito, na contemporaneidade, à condição de um objeto, classificado por avaliações que, ao seu termo, valem-se de uma referência científica dada, conformando um perfil psicológico, de acordo com padrões de comportamento estatisticamente comprovados. Esta atitude, própria de qualquer avaliação, ao nomear, classificar, avaliar, sempre exclui do campo das possibilidades o que não foi possível de ser nomeado, classificado e avaliado com os instrumentos e recursos disponíveis, desde sempre, limitados. Se os recursos da avaliação são finitos, não devemos nunca desconsiderar o infinito de possibilidades da expressão das subjetividades que não cabem em nenhuma categoria, a não ser que, a cada encontro com o sujeito, inventássemos uma nova categoria correspondente a essa novidade que é a expressão de cada subjetividade e, assim mesmo, ainda deixaríamos de fora do campo da nossa percepção míope a infinita potencialidade criativa da experiência humana.

A Psicologia, historicamente, ao tomar para si a missão de desvendar o modo de funcionamento do comportamento humano, suas motivações, por meio do estudo da dinâmica psíquica, fez acreditar que a produção de conhecimento sobre a psiquê daria ao homem o poder de seu controle, definindo o que seria o comportamento normal e o que seria patológico. A partir dessa idéia maniqueísta, uma série de classificações da personalidade do homem passou a dar consistência ao corpo conceitual da Psicologia como ciência.

Não precisamos muito mais para verificar que essas classificações, essas divisões dos diferentes modos da subjetividade em classes têm, como pano de fundo, a utopia de um homem normal, desejável ao funcionamento de uma

estrutura social harmônica, onde este homem normal e saudável preferiria o bem estar ao mal estar, o certo ao errado, sendo que bem estar e certo derivam, diretamente, de uma concepção política que interessa ao que está posto. Uma série de justificações metapsicológicas, teorias em profusão, sempre surgiram para justificar o desvio da ordem estabelecida pelos dispositivos do poder. Isso, no entanto, não é específico da Avaliação Psicológica: é condição de toda e qualquer avaliação que, para avaliar, precisa se referir a um valor e conceito pré-definido no campo das referências já dadas e compartilhadas pelo escopo da cientificidade. E a ciência, como sabemos, de neutra nada tem...

É possível avaliar?! A pergunta não esgota sua resposta simplesmente no campo do avaliador. Quando a avaliação produz uma pergunta, lá onde não encontramos a resposta, é por essa via, por esse vazio de saber que poderemos ser levados ao encontro do outro, muito mais complexo e inapreensível do que se apresenta na cena da avaliação. É possível, sim, fazer desse encontro com a alteridade de um sujeito, que não podemos totalmente conhecer e avaliar, a ocasião de indagar sobre seu lugar e sua ação no espaço público, para além de qualquer inferência científica que o enquadre em perfis de personalidade ou capacidade.

O que escuto da minha reflexão, pela prática cotidiana, são pontos que parecem simples, mas que não cessam de se impor e que nos dizem mais que qualquer esforço de teorização. Por exemplo, cito algumas questões que poderiam se desdobrar em tantas outras que fazem eclodir, bem sei, no dia a dia, a angústia do avaliador. Pode uma Avaliação Psicológica não autorizar, ao portador de sofrimento mental, habilitação para conduzir um veículo? Pode uma avaliação médica considerar que o portador de deficiência física esteja apto para obter a Carteira Nacional de Habilitação, mas seja inapto para exercer atividade remunerada sobre o veículo? Pode um avaliador avaliar, sem restringir direitos e violar a inesgotável capacidade humana de surpreender, superar e avançar para além do ponto onde a referência da ciência está? São essas as reflexões que tenho a oferecer... □

(*) Psicólogo, diretor do Instituto Rua Viva - Coordenador Nacional da Jornada Internacional "Na Cidade Sem Meu Carro".



Expectativas sociais e controvérsias

Questionada pela própria categoria profissional como ferramenta eficaz de diagnóstico, e olhada com desconfiança pela sociedade, que não tem muita clareza a que se destina, a avaliação psicológica é uma experiência pela qual dificilmente um cidadão deixará de passar, ainda que só uma vez na vida. Mesmo que o indivíduo não esteja em busca de algum tipo de tratamento psicológico, ele enfrentará etapas como a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação; testes vocacionais ou um concurso público, que obrigatoriamente aplicam nos candidatos algum tipo de avaliação psicológica.

A desconfiança do cidadão leigo em relação aos testes são de ordem subjetiva: eles trazem à tona interpretações de sua personalidade sobre as quais não possui o menor controle. “Mas afinal o que esses círculos, linhas e formas podem afirmar sobre mim?”, desesperam-se as pessoas.

Tanta controvérsia só poderia gerar confusão: 38,6% dos processos relacionados à ética profissional julgados pelo Conselho Federal de Psicologia entre 2002 e julho de 2005 estavam relacionados à aplicação dos testes. Dos 75 processos, 29 eram questionamentos sobre avaliações psicológicas.

Consenso sobre o assunto, porém, ainda está difícil. Uma rápida busca no site da Câmara dos Deputados aponta a quantia de 35 projetos de lei sobre o assunto em tramitação na Casa. E o próprio Conselho, depois de decidir regulamentar a prática, em 2003, passou a ser alvo do governo federal e do Ministério Público, que questionam essa prerrogativa.

Com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados pela categoria, a Resolução 002/2003, do Conselho Federal de Psicologia, definiu os testes psicológicos como método de avaliação privativo dos psicólogos, e ainda regulamentou sua elaboração, comercialização e uso. Mas o Ministério Público Federal, por meio de uma ação civil pública, decidiu defender essa prerrogativa para o Ministério da Saúde.

Em primeira instância, a Justiça Federal concedeu liminar favorável ao Conselho, em 26 de abril. Logo em seguida o então procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin nº 3481), com pedido de liminar. Fontelles argumentou, em sua Adin, que a Resolução do Conselho, no artigo 18, inciso III, parágrafos 1 e 2, “ofendem a liberdade de expressão e o acesso à informação”. A Adin está no momento em fase de estudos pelo relator, ministro Carlos Ayres de Britto.

População aprova testes para obtenção de Carteira de Motorista – Por mais controverso que seja o assunto, alguma coisa já começa a mudar na mentalidade do cidadão comum que é obrigado a se submeter aos testes psicológicos. Pelo menos, quando o assunto é o trânsito, responsável pela morte de milhares de pessoas, todos os anos, em acidentes nas estradas e nas grandes cidades.

Pesquisa realizada pelos psicólogos Rossana Lamounier e Fabián Javier Marin Rueda no Estado de Minas Gerais mostrou que os motoristas aprovam maciçamente a aplicação dos testes psicológicos como critério para obtenção ou reno-

vação da habilitação: 96,6% dos entrevistados disseram que é importante a realização de avaliação psicológica para obter a carteira de motorista; 2,3% disseram que não e 1,1% não se manifestou.

Rossana é psicóloga perita examinadora em avaliação psicológica para trânsito e mestre em psicologia e doutoranda, junto com Fabián, também doutorando, do programa de estudos pós-graduados em psicologia da Universidade São Francisco (Itatiba-SP). A pesquisa foi publicada na revista científica *Psic* v.6, n° 1, p.35 -42. "O acidente de trânsito é compreendido como o envolvimento de pessoas e automóveis em uma situação trágica que acarreta em danos e é responsável por milhares de mortes em todo o mundo", explica Rossana.

Por isso o enfoque do estudo sobre a aceitabilidade das avaliações psicológicas sobre o trânsito. A pesquisa cita estatísticas do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) de 2002, quando ocorreram no Brasil 18.877 acidentes com vítimas fatais e 318.313 acidentes sem vítimas fatais.

O trabalho considera ainda que, segundo pesquisa realizada na Alemanha, 9% dos condutores são responsáveis por 40% dos acidentes (Kaiser, 1979). "A partir dessas informações, questionamos o que fazer para minimizar os índices de acidentes e a resposta retoma sempre à questão do fator humano, no sentido de prevenir comportamentos que possam resultar na ocorrência de acidentes quando ações como melhoria das condições das vias e da sinalização não conseguem dar conta da demanda", continua a pesquisadora.

Rossana e Fabián consideraram, então, que são muitas as perspectivas psicológicas que podem influenciar na ocorrência de acidentes de trânsito. Nesse sentido, a psicologia lança mão da avaliação psicológica com a finalidade de investigar características de personalidade. Antes chamado de "exame psicotécnico", este processo passou a ser denominado "avaliação psicológica pericial", com as mudanças aplicadas pelo novo Código de Trânsito Brasileiro, em vigor desde 1998.

O estudo aplicou três perguntas a 783 indivíduos, dos quais 401 tiravam a carteira de motorista pela primeira vez, e 382 buscavam a renovação. Os dados foram coletados em seis clínicas credenciadas pelo Detran-MG, representativas das diferentes regiões do estado. Todos eles só responderam ao questionário depois de terem realizado seus exames e conhecerem os resultados.

Além da primeira pergunta, sobre a importância dos testes para a obtenção da carteira, os entrevistados responderam ainda se a avaliação psicológica ajuda a diminuir a violência no trânsito e se deveria ser realizada com mais frequência. Todas as perguntas obtiveram altos índices de respostas afirmativas.

Sobre a violência no trânsito, 91,2% acreditam que a avaliação psicológica pode ajudar a diminuir os acidentes; 6,9% responderam que não e 1,9% não quiseram se manifestar. Quanto à realização periódica dos testes de avaliação psicológica no trânsito o percentual de respostas positivas foi menor em relação às duas primeiras perguntas: 78,9% dos entrevistados acham que ela deveria ser realizada com frequência, enquanto 17,7% acham que não, e 4% não responderam. Para Rossana e Fabián, essa diminuição pode ser explicada pelo fato de, além de os testes consumirem tempo dos candidatos, também implicam em gastos.

Além disso, os pesquisadores optaram por comparar as respostas sobre a necessidade de frequência dos testes entre os dois grupos pesquisados: o de candidatos à primeira carteira e os que buscavam renovação. Embora a maioria dos participantes acredite que as avaliações periódicas devam ser realizadas com frequência, houve diferenças entre

PROJETOS DE LEI SOBRE AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS EM CURSO NO CONGRESSO

- **PL n.º 890/03**
O adotado, por estrangeiro, deverá ser submetido a exame para avaliar sua capacidade física e psíquica, obrigando o adotante a enviar à autoridade judicial brasileira o resultado dos exames periódicos até que o adotado complete 16 anos.
- **PL n.º 3648/1997**
Apensado ao PL n.º 5825/2001
O PL dispõe sobre a aprovação em exame de aptidão psicológica como requisito para o ingresso nos quadros dos órgãos de segurança pública e nas empresas privadas de segurança e transporte de valores.
- **PL n.º 1975/1999**
Altera normas de funcionamento dos serviços de segurança, exigindo exames físicos, mentais e psicotécnicos para a contratação de vigilantes.
- **PEC n.º 327/04**
Prevê que, nos crimes hediondos, a imputabilidade será determinada por avaliação feita por junta de psiquiatras forenses.
- **Projeto de Decreto do Senado Federal (SF-PDS) 661/2003**
Dispõe sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de Avaliação Psicológica.
- **SF PEC - 9/2004**
Acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a 18 anos.

os grupos: 12,5% dos candidatos não aprovavam a realização periódica dos testes; enquanto que no segundo grupo esse percentual ficou em 22%.

A explicação para esse resultado, segundo Rossana e Fabián, pode estar no fato de quem já possui habilitação se ver no risco de realizar novas avaliações e com isso poder perdê-la caso não se apresente mais dentro das adequações mínimas esperadas para possuir o direito de conduzir.

Dos participantes da pesquisa, 513 (65,5%) eram do sexo masculino, 265 (33,8%) do sexo feminino e cinco (0,6%) não informaram o sexo. Apesar da predominância de homens, não houve diferenças significativas entre a maioria das respostas, com apenas uma exceção: a questão sobre se a avaliação psicológica poderia identificar fatores de risco que poderiam ajudar a diminuir os acidentes de trânsito, que obteve mais respostas afirmativas entre as mulheres. Para os pesquisadores esse resultado pode ser explicado pelo fato de a maior parte dos acidentes envolver motoristas do sexo masculino.

Mesmo surpresos e contentes com os resultados da pesquisa, Rossana e Fabián chamam atenção para o fato de ela ser restrita a um estado, Minas

Gerais, e justamente aquele que apresenta dois fatores considerados importantes: o processo rigoroso para a obtenção da carteira de motorista, contando com a realização de entrevistas devolutivas que auxiliam os candidatos e motoristas a compreenderem seus resultados e o processo de avaliação psicológica que realizam nas clínicas e também uma malha viária de péssima qualidade, o que levaria seus habitantes a também serem mais rigorosos quanto ao processo. Por tudo isso, ressaltam os pesquisadores, mais estudos, e certamente em outros estados, ainda são necessários para verificar a correta percepção da população quanto à avaliação psicológica. Salientam também a necessidade da conscientização dos profissionais psicólogos que realizam avaliação psicológica que este trabalho como todos os outros deve ser realizado seriamente, principalmente àqueles que trabalham com grande população, como o caso dos psicólogos de trânsito. "Se estamos conseguindo que a população valorize o nosso trabalho, os nossos colegas também devem auxiliar desenvolvendo trabalho sério aumentando a confiabilidade da avaliação psicológica em seus inúmeros contextos." □

Prêmio Monográfico 2005

Pedro Parafita, Bessa

**SUBJETIVIDADE, ENCARCERAMENTO
E SISTEMA PRISIONAL:
DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA**

PREMIAÇÃO: Categoria Psicólogo e Estudante
1º Lugar: R\$ 3.000,00 - 2º Lugar: R\$ 1.500,00 - 3º Lugar: R\$ 1.000,00



INSCRIÇÕES ATÉ 12 DE ABRIL DE 2006 - Regulamento e informações: www.pol.org.br

Desmistificando bolas de cristal



Para incrementar o debate sobre avaliações psicológicas, tema que domina esta edição da **DIÁLOGOS**, convidamos novamente dois profissionais com visões diferentes: **RICARDO PRIMI** e **MARIA CLOTILDE FERREIRA** responderam às mesmas indagações sobre o lugar da avaliação psicológica na profissão. Primi é membro da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia e doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP-SP, com parte desenvolvida na Yale University (EUA), com a tese "Desenvolvimento de um instrumento informatizado para avaliação do raciocínio analítico". Com linhas de pesquisa voltadas para a avaliação da inteligência e da personalidade e métodos psicométricos, atualmente é professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Avaliação Psicológica da Universidade São Francisco, em Itatiba (SP).

Formada em Filosofia pela PUC-SP, Psicologia Clínica pelo Sedes Sapientiae e com doutorado na Universidade de Londres, Maria Clotilde Rossetti Ferreira tem um trabalho voltado para o estabelecimento de novos parâmetros na área do desenvolvimento e educação infantil. Professora titular de Psicologia do Desenvolvimento da Universidade de São Paulo, Clotilde coordena, desde 1990, o Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI), no campus de Ribeirão Preto. Integrado por profissionais de creche, além de estudantes e professores de psicologia, o grupo desenvolve pesquisas sobre "Análise do desenvolvimento humano enquanto uma construção através de uma rede dinâmica de significações". Co-autora de várias publicações, Clotilde foi a organizadora de "Os fazeres na educação infantil" e é ainda conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Paulo.



DIÁLOGOS - Qual a importância da avaliação psicológica no exercício profissional do psicólogo?

– **RICARDO PRIMI** - A avaliação psicológica é um processo de busca de informações sobre o funcionamento psicológico das pessoas em situações específicas. Refere-se à análise e síntese dessas informações à luz dos conhecimentos da psicologia com o propósito último de entender os processos psíquicos e sua relação com as situações-problema de forma a planejar ações e intervenções profissionais. O objetivo último desse processo é beneficiar as pessoas envolvidas, promover a saúde e o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e, por conseguinte, da sociedade. Por exemplo, na clínica, o profissional pode procurar entender qual é o problema vivenciado por uma pessoa e quais são as melhores formas de ajudá-la a resolvê-lo. Na escola, o psicólogo pode ajudar os alunos a se conhecerem e pensarem sobre como suas características pessoais estão associadas às motivações para a escolha profissional. Portanto, a avaliação psicológica é uma etapa fundamental de qualquer ação profissional. Mas, além desse valor prático, costumo ressaltar que a avaliação psicológica, em geral, e a criação de instrumentos, em particular, ocupam um lugar importante na psicologia, porque requerem

a integração entre, por um lado, o espírito imaginativo associado à teorização e à criação de conceitos e, por outro, à atitude mais pragmática e empírica de observação e análise de dados. Os instrumentos permitem a objetivação das teorias psicológicas, beneficiando a investigação empírica das proposições teóricas. Isso favorece a falseabilidade, isto é, a possibilidade de refutação de proposições teóricas que é uma condição fundamental do conhecimento científico.

– **MARIA CLOTILDE ROSSETTI FERREIRA** - A avaliação é muito importante. Essa avaliação da pessoa, em determinadas situações, é extremamente importante no exercício profissional do psicólogo, e acho também que o psicólogo, de certa forma, tem de ser formado como pesquisador, para saber compreender, apreender e refletir sobre as situações que lhe são colocadas. Saber que a avaliação feita a partir de um dado instrumento é, antes de tudo, interacional, surge da relação construída entre ele e seu paciente, ou cliente, como quiser chamar, não é jamais algo estanque: na análise de um teste, por exemplo, uma determinada resposta, um "sim", pode definir diagnósticos diferentes, para pacientes diferentes.

DIÁLOGOS - Como vê o posicionamento da prática da avaliação psicológica no interior da profissão?

– PRIMI - Como disse, acho que a avaliação psicológica é uma etapa fundamental da prática profissional do psicólogo. Mas há também posições diversas favoráveis e desfavoráveis principalmente com relação à utilização de testes. Acredito que, com o avanço na formação dos psicólogos e dissolução de mal entendidos as posições desfavoráveis diminuíam e o uso de métodos e instrumentos de avaliação tenham uma posição mais valorizada. Isso já tem acontecido ultimamente.

– CLOTILDE - É pena que ela acabe, muitas vezes, sendo reduzida à aplicação de testes psicológicos e perca a visão mais ampliada de uma avaliação mais global, como tem de ser feita, avaliando-se mais as participações, as pessoas. A avaliação psicológica – e o uso dos testes psicológicos – é atributo específico do psicólogo que acaba, nisso, vendo a sua reserva de mercado, o seu “ganha-pão”. Lógico, é atividade exclusiva nossa. Só que essa prerrogativa, muitas vezes, acaba tornando-se poder na mão do psicólogo. Ora, qualquer pessoa que já passou por uma avaliação psicológica sentiu um certo temor do psicólogo: vai dizer que não?! Medo de sentir que ele vai saber tudo o que se passa por dentro de você, como se o psicólogo pudesse ver através do outro. Então tem isso, de o psicólogo às vezes se sentir com esse “poder” que a avaliação psicológica lhe dá. Por exemplo, queremos assegurar para nós o psicotécnico, quando muitos países já não o aplicam, pois ele não dá garantia nenhuma de que, uma vez tendo sido aprovado naquele teste, a pessoa será melhor motorista.

DIÁLOGOS - É o posicionamento social dos testes?

– PRIMI - Os testes são instrumentos de observação de amostras de comportamento das pessoas a partir das quais os psicólogos inferem características psicológicas. Consistem em ferramentas para um processo mais amplo que chamamos de avaliação psicológica. Na avaliação o psicólogo utiliza, além de testes, outras fontes de informação para poder compreender da melhor forma possível a situação-problema que lhe é colocada. A avaliação psicológica, portanto, está inserida dentro do contexto, envolvendo uma situação-problema, que requer entendimento profissional especializado sobre funcionamento psicológico para que possa ser resolvida. Na avaliação profissional deve-se tomar um cuidado especial para entender o contexto dessa situação problema. Por exemplo, o psicólogo deve pensar sobre quem solicitou a avaliação, qual pergunta está sendo realizada, quem terá acesso às informações e quais ações serão tomadas partindo das informações obtidas na avaliação. Esse cuidado é extremamente importante porque os resultados das avaliações poderão basear ações com implicações importantes para a vida das pessoas. Por exemplo, a avaliação pode impedir que uma pessoa obtenha a habilitação para dirigir, ainda, pode impedir o acesso a uma posição de trabalho, etc. Assim a avaliação psicológica tem um impacto social muito grande. Tais implicações sociais têm estimulado reflexões sobre a validade dos instrumentos

de avaliação psicológica, levando a um conceito chamado validade consequencial. Essa idéia pressupõe que devemos pensar no conceito de validade dos testes também de um ponto de vista amplo, macroscópico, a partir de onde o teste é visto inserido em um contexto com suas redes imbricadas de implicações sociais. O conceito tradicional de validade focaliza a visão microscópica mais técnica, que verifica se o teste mede

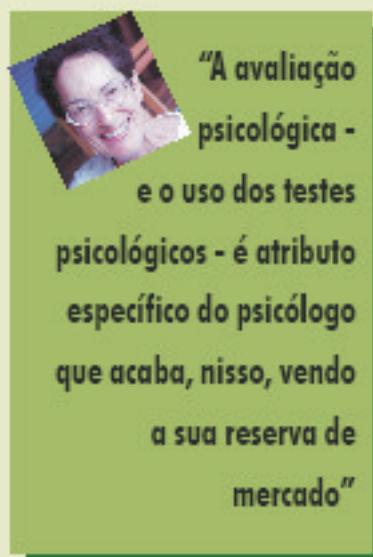
aquilo que se propõe medir. A idéia mais ampla implica na reflexão sobre as consequências sociais intencionais e não intencionais das interpretações e uso dos testes para verificar se, de fato, estão cumprindo os objetivos para os quais, em última instância, foram criados, isto é, prover informações que possam basear decisões que irão promover a saúde e o desenvolvimento psicológico dos indivíduos. Como exemplo pode-se citar o uso dos testes de inteligência no entendimento das dificuldades de aprendizagem. Os testes podem ser válidos “microscopicamente” para medir algumas capacidades ligadas à inteligência. Se essas informações forem relevantes para

entender melhor as dificuldades e se pensar em intervenções e decisões que beneficiem as crianças, então seu uso é plenamente justificado e recomendando. Entretanto, se as informações forem sempre usadas para sustentar opiniões preconceituosas e discriminatórias sobre entidades fixas individuais causadoras das dificuldades ocultando, por exemplo, fatores sociais que podem consistir no elemento mais importante dos problemas, então seu uso não é justificado. Não se quer dizer com isso que o teste não seja válido, mas sim que o processo amplo no qual o instrumento está inserido tem mais consequências malélicas do que benéficas. Em decorrência disso seu uso não é válido, pois as interpretações que são feitas se perderam dos objetivos amplos de beneficiar as pessoas envolvidas. Mas, quando empregados corretamente, seu uso é plenamente justificado. Um exemplo interessante nessa área tem sido o uso de instrumentos de processamento auditivo para identificação de potenciais causas de dificuldade de aprendizagem chamada de dislexia. A avaliação para identificação precoce dessa dificuldade, que está ligada a problemas de processamento auditivo, pode orientar intervenções com impactos muito positivos para as crianças.

– CLOTILDE - Eu acho que sociedade, as pessoas, em geral, olham os testes como a bola de cristal dos psicólogos, como se fosse assim, algo que permite ao profissional descobrir coisas que estejam escondidas. E isso não tem mudado nos últimos anos.

DIÁLOGOS - Considerando-se que a técnica nunca é neutra, os instrumentos de avaliação são responsáveis pelos efeitos inadequados associados ao seu uso?

– PRIMI - Instrumentos são ferramentas derivadas da criatividade e sistematização de seus criadores que devem mostrar por intermédio de estudos científicos que são úteis para algum propósito. Mas em essência essas ferramentas são sistematiza-



ções engenhosas do raciocínio e das teorias sobre o funcionamento psicológico e sobre como esses se manifestam no comportamento. Como tal, não têm vida própria. São de fato reflexos do estado da arte do conhecimento psicológico disponível no momento em que foram criados. Tome o caso dos testes de inteligência, por exemplo. No início do século passado a psicologia não possuía teorias muito ricas sobre a inteligência humana. Como decorrência, os testes disponíveis naquela época tinham fundamentação teórica muito limitada. Entretanto a psicologia foi evoluindo culminando no movimento cognitivista e atualmente na neurociência cognitiva de tal forma que, hoje, os testes de inteligência possuem uma fundamentação muito mais sólida refletindo os conhecimentos produzidos nessas áreas. Em suma, instrumento e profissional formam uma unidade indissociável e a "alma inteligente" do instrumento é o intérprete e os recursos que possui a partir de suas teorias. Portanto, o efeito inadequado do uso é responsabilidade do intérprete e não do instrumento. Ainda que instrumentos tenham uma fraca fundamentação teórica, o problema continua sendo responsabilidade dos psicólogos que ainda não possuem teorias adequadas para o entendimento do fenômeno. Os instrumentos são simplesmente reflexos desse "estado" do conhecimento na psicologia.

Existem algumas visões mais radicais e críticas na psicologia em relação aos instrumentos concebendo-os como produto de uma visão de homem, sociedade e conhecimento tecnicista e, por isso mesmo, inadequada. Essa crítica tem uma tendência a minimizar a importância de fatores individuais, enfatizando a dimensão sócio-cultural e pregando que a atenção da psicologia devia se voltar mais para análise e ações nessa dimensão social e não na dimensão individual. De fato, no contexto escolar, por exemplo, existem casos nos quais os testes são usados inadequadamente para justificar lacunas na aprendizagem confundindo a verdadeiras razões do problema. Então, nesses casos, como já foi dito, o uso pode ser mais nocivo que benéfico às crianças. Mas como disse anteriormente isso é um problema de prática profissional inadequada e não dos instrumentos e nem tão pouco dos conhecimentos e posições teóricas que o embasam.

Uma visão radical desse tipo é tão nociva para a psicologia e para a sociedade quanto o uso inadequado e irrefletido de instrumentos de avaliação. Notamos que essa posição estimula nos jovens estudantes de psicologia uma atitude negativa a um conjunto de conhecimentos psicológicos fundamentais cada vez mais elaborados sobre os processos psíquicos e sua relação com o funcionamento do cérebro. Já apontamos em outra ocasião que essa atitude tem culminado em políticas nocivas à formação do psicólogo, já que muitas vezes culminaram na redução da carga horária destinada ao ensino dos instrumentos de avaliação psicológica por desvalorizarem esse tipo de conhecimento.

– CLOTILDE - Não acho que os instrumentos de avaliação

sejam inadequados, mas sim que o seu uso às vezes é inadequado. E neste sentido acho que este uso pode até ser perigoso, porque constrói situações que podem ter desdobramentos para as vidas envolvidas... Eu trabalho muito com a infância e, olha só: certa feita um profissional analisou para uma família que seu filho teria problemas de inteligência: teria o QI menor. Pronto. A família então se preparou para lidar com uma

criança de QI menor. E toda uma situação foi construída assim: em torno do menos inteligente, do sem capacidades. Até que nasceu o irmãozinho, que tinha o diagnóstico da normalidade. Para este foi desenvolvido um ambiente para uma criança normal. E o maior começou a aprender as coisas, com os estímulos que eram dados para o menor! Vejam só as situações que se constrói! Até que essa criança chegou para mim, a maior. E eu vi que ela não tinha QI deficiente, não. Tinha lá alguns problemas, mas não podia ser qualificada como menos capaz ou menos inteligente! Enquanto profissionais precisamos estar atentos para a possibilidade que temos de estarmos cons-

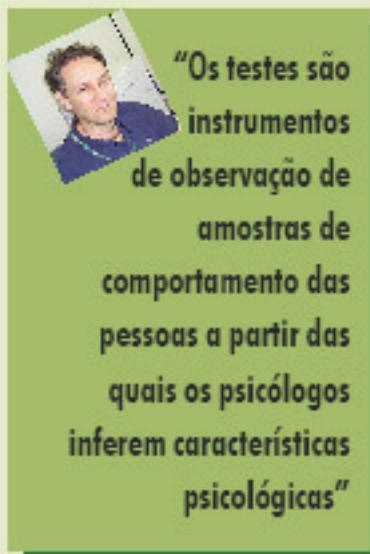
truindo realidades e sujeitos exatamente como os estivemos diagnosticando.

DIÁLOGOS - *Como a avaliação psicológica tem sido usada pelos psicólogos?*

– PRIMI - Existe uma grande variedade de aplicações da avaliação psicológica. É possível se ter uma idéia dessa diversidade examinando os trabalhos apresentados no último congresso do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) realizado em Gramado, em maio deste ano. O congresso é um "termômetro" das pesquisas e práticas na área. Foram expostos trabalhos sobre aplicações na escola, avaliação da inteligência e da criatividade, aplicações em orientação vocacional, avaliação educacional, avaliação do desenvolvimento e do envelhecimento, avaliação das dificuldades de aprendizagem, no diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, aplicações da avaliação com portadores de deficiências, trabalhos sobre avaliação da personalidade, sobre as técnicas projetivas, sobre avaliação na clínica, psicodiagnóstico, avaliação neuropsicológica, avaliação do bem estar subjetivo, avaliação do estresse, avaliação de famílias, pesquisas sobre preconceito, avaliação com populações em situação de risco, aplicações mais específicas no diagnóstico de abuso sexual, suicídio, psicologia forense e jurídica. Também sobre a avaliação psicológica no âmbito do trabalho, na seleção de pessoal, avaliação de policiais militares e no âmbito da psicologia do trânsito.

Além das aplicações mais práticas, os testes psicológicos têm uma larga aplicação em pesquisas realizadas pela psicologia e por áreas afins sempre que for necessário obter informações e medidas de variáveis psicológicas.

– CLOTILDE - Repito: eu acho que os psicólogos, como detêm a exclusividade sobre essas técnicas, obtêm um poder muito grande, visto como se fosse uma "técnica de bola de



crystal". Mas ele não pode perder nunca a característica cooperativista e interacional da avaliação psicológica, de se avaliar a interação psicólogo/paciente, o ambiente, o contexto. Cito o exemplo de um menino que pude atender, que, por sinal, era uma criança que vivia uma situação de rua. Colocamo-lo numa situação em que ele teria de se desincumbir dela, atendendo a um comando: "vá a tal lugar e fale isso".

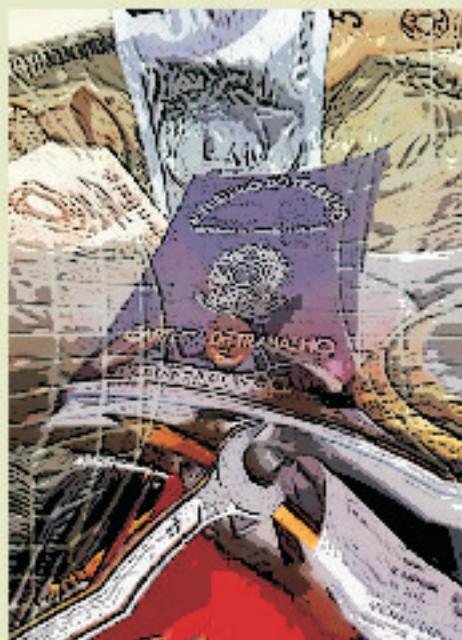
Então ele respondeu: "Mas eu não sei falar..." Se for uma análise superficial, vai dizer que o menino não sabe falar, ponto. Mas deve se entender o que é que se está avaliando, como, onde, por que: ele não sabe falar naquele contexto, porque se sente excluído, diminuído, inferiorizado...

Mas, de uma forma geral, digo que há exceções, lógico, os psicólogos têm tido esse entendimento.

DIÁLOGOS - *Quais os dilemas atuais da avaliação psicológica?*

– **PRIMI** - Bem, vejo que os dilemas importantes dentro da área são as aparentes contradições entre, por exemplo: visões mais centradas em processos psíquicos vs sócio-histórica; testes psicométricos vs projetivos; abordagens nomotéticas-quantitativas vs idiográfica-qualitativas. Digo que são contradições aparentes porque se nos debruçamos sobre esses dilemas para examiná-los em profundidade verificamos que cada posição aborda aspectos importantes e legítimos do mesmo fenômeno. Acho que devemos investir mais nesses exames buscando sínteses mais conciliadoras para fazer avançar a psicologia no Brasil. Outro dilema mais prático relacionado aos instrumentos de avaliação psicológica refere-se ao foco acadêmico científico nas universidades e nos laboratórios de pesquisa, e ao foco prático dado pelo profissional que responde às demandas sociais. Muitas vezes esses dois grupos caminham em direções diferentes quando de fato deveriam caminhar juntos. Seria muito importante que os pesquisadores transformassem as demandas sociais em seus problemas de pesquisa investindo no desenvolvimento de procedimentos e instrumentos relevantes para a prática do profissional e, também, que os profissionais se transformassem em consumidores críticos dos produtos produzidos nos laboratórios de pesquisa. Isso geraria um grande impacto na qualidade dos serviços profissionais prestados pelos psicólogos.

– **CLOTILDE** - Acho que o maior problema pode ser a avaliação psicológica acabar fechando-se em testes psicológicos feitos sem se considerar, de toda a situação, a questão do diálogo, em que o resultado vem construído na interação, onde se deve respeitar o outro, dando-lhe um papel mais ativo na construção inclusive dessa visão que vai se ter, e possibilitando a ele se desenvolver a partir dela. São situações que criamos, como a daquela mãe a quem deram o laudo de que o filho era surdo e, a partir daí, ela ficou muda para ele. Pronto.



Ele não ouve e eu também não falo. Ai ele ficou surdo mesmo, pois não ouvia nada!... Temos vidas nas mãos.

DIÁLOGOS - *Como você vê o futuro da avaliação psicológica no Brasil?*

– **PRIMI** - Hoje em dia há uma demanda social volumosa requisitando a avaliação psicológica. Há uma série de problemas a partir dos quais a sociedade busca a psicologia questionando-a e demandando respostas. Mas ainda faltam instrumentos validados e normatizados para aplicações específicas. Hoje existem 145 testes no Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos do Conselho Federal de Psicologia (SATEPSI), dos quais 73 apresentam parecer favorável. Esse é um número

pequeno se compararmos com a demanda social pelos instrumentos e os números em outros países. Além disso, há pouquíssimos testes desenvolvidos para aplicações específicas como, por exemplo, a seleção de pessoal. Por isso, no futuro, é preciso que novos testes sejam criados ou traduzidos e adaptados. Além disso, são necessárias ações visando a melhoria do ensino de psicologia em geral e da avaliação psicológica em particular. Também é preciso aprimorar o SATEPSI por intermédio de medidas que façam aumentar a qualidade dos testes e faça-o crescer para uma sistema rico em informações e recomendações aos psicólogos.

De maneira geral, profissionais e pesquisadores têm manifestado uma visão mais otimista da área reconhecendo seu crescimento nos últimos anos. Nas últimas décadas as pesquisas na área aumentaram. Novos testes foram criados e publicados e antigos manuais foram reformulados. Há duas sociedades científicas que organizam profissionais e pesquisadores da área que vêm crescendo bastante nos últimos anos: Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – www.ibapnet.org.br – e Associação Brasileira de Rorschach e outros Métodos Projetivos – www.sbro.org.br. Há programas de pós-graduação com linhas de pesquisa dedicadas à área e até mesmo um programa de mestrado e doutorado exclusivamente dedicado às pesquisas em avaliação psicológica, do qual faço parte, na Universidade São Francisco. Em geral o clima é mais otimista. Vejo que essa tendência continuará levando a uma consolidação e ampliação de todos esses avanços.

– **CLOTILDE** - Estamos num momento de desenvolvimento da nossa sociedade, onde as avaliações de qualidade da profissão e de produção vêm se incorporando dentro da cultura atual. Em qualquer lugar que trabalhemos, por exemplo, estamos a todo tempo sendo avaliados, não é?! Meu sonho é o de que a avaliação psicológica no Brasil passe por uma reflexão sobre como ela está sendo utilizada realmente e que se invista para promover o desenvolvimento das pessoas, das instituições, das situações. Isso falando do futuro da avaliação de uma forma genérica, logicamente sem me ater à sua parte técnica. □

As várias facetas

*Como é aplicada a avaliação nas diversas áreas da psicologia? Como são usados os testes? A **DIÁLOGOS** ouviu quatro especialistas de áreas diferentes para contribuir com a discussão.*

Na neuropsicologia

A grande maioria dos testes neuropsicológicos preenche o critério de confiabilidade porque atende três quesitos: 1) não importa quem aplique o teste nos vários pacientes, os escores serão virtualmente os mesmos, desde que sejam aplicados e corrigidos corretamente. Isso caracteriza a confiabilidade inter-examinadores; 2) o mesmo teste, ministrado ao mesmo indivíduo em duas ocasiões separadas, por um período de tempo não muito longo, obtém resultados consistentes. Isso caracteriza a confiabilidade teste-reteste, e 3) muitos testes têm formas paralelas, dos quais derivam os mesmos resultados, aumentando a confiabilidade nos mesmos.

Agora, para saber se dá para confiar nos resultados e, portanto, no diagnóstico feito com testes, é preciso saber o grau de confiabilidade do examinador. O uso dos testes neuropsicológicos forma um padrão ou perfil de desempenho que deve ser relacionado aos dados de história e postos na perspectiva da vida da pessoa. Essa análise permite diagnósticos precisos, sendo que a precisão é do examinador, ou seja, quem tem que ser confiável é o examinador, o psicólogo especialista que irá conduzir a avaliação e fazer as hipóteses diagnósticas.

Na prática do consultório, que é eminentemente clínica, escolho os testes flexivelmente, de acordo com as hipóteses que fui estabelecendo a partir da queixa e da entrevista. Em muitas situações, não há necessidade de testes formais para fazer o diagnóstico. Não há, por exemplo, testes padronizados para avaliar a identificação tátil de objetos, ou a capacidade de estimar a posição espacial dos dedos e mãos estando com os olhos fechados, ou ainda para reconhecer indivíduos dentro de uma espécie, como ocorre nas prosopognosias. Geralmente, inicio pela avaliação das condições básicas de engajamento, incluindo observações qualitativas sobre o humor, a motivação, a persistência e a iniciativa e testes quantitativos de atenção, e funções executivas (abstração, planejamento, flexibilidade mental, crítica), porque estes delineiam quais os outros testes que devem ser aplicados e em que nível.

Além disso, tomo o cuidado de não perder de vista as finalidades da avaliação, porque essas podem ser múltiplas, apesar de frequentemente serem solicitadas apenas com uma finalidade. Por exemplo, o pedido pode ser para investigar queixas de memória em indivíduos de 70 anos. A memória não é uma função unitária, envolvendo também atenção, linguagem, capacidade de organização e estratégias para manejar os dados. O



exame dessas outras funções permite evidenciar se há mais do que memória envolvida na queixa, e, se houver suspeita de quadro demencial, é preciso cuidado com a finalidade da avaliação.

Dessa forma, o rol de testes a serem empregados varia tanto em função do quadro a ser investigado como das finalidades do exame, e, ainda mais importante, de acordo com as características do sujeito em questão. É fora de propósito aplicar testes que não tenham relação com a história das aquisições do sujeito, acadêmicas, profissionais ou sociais.

A neuropsicologia vem ganhando espaço proeminente no Brasil, já havendo mercado de trabalho e demanda de especialistas ou desse tipo de avaliação por hospitais, escolas, médicos, advogados etc. Na área de pesquisa, a neuropsicologia vem sendo utilizada crescentemente, sendo incluída nos estudos clínicos para definir patologias psiquiátricas, neurológicas ou de outras áreas da Medicina que estudam doenças onde há suspeita do seu impacto sobre a cognição. Além disso, é um instrumento valioso para aferir tratamentos, averiguando mudanças cognitivas a partir de uma linha de base.

Ainda assim, a neuropsicologia não está plenamente difundida e desenvolvida no Brasil se comparada à sua penetração e importância em outros países, porém, já encontramos seu ensino na graduação de algumas faculdades e em cursos de especialização, de modo que sua importância só tende a aumentar.”

Cândida Camargo

Diretora do Serviço de Psicologia e Neuropsicologia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP.

Na saúde



"A avaliação psicológica está baseada no método científico e a aplicação de instrumentos psicológicos é uma parte, apenas, porém importante, de todo um processo. A avaliação é um processo constituído de inúmeras nuances. Noronha (1999) nos fala da avaliação psicológica como um processo que pode, ou não, incluir testes padronizados como um dos recursos para atingir seus objetivos. Nela estão envolvidos a coleta das informações, os instrumentos e as diversas formas de medidas para que se possa chegar a uma conclusão, ou seja, o processo de avaliação psicológica pode incluir diferentes procedimentos de medidas, identificar dimensões específicas do sujeito, do seu ambiente e da relação entre eles.

A avaliação psicológica no contexto da saúde vem ao encontro da formulação atual do conceito de saúde e das causas das doenças. A saúde não é considerada apenas como uma ausência de sintomas, pois uma pessoa pode estar gravemente enferma sem apresentar qualquer sintomatologia. As doenças, atualmente, não são consideradas possuidoras de uma única determinação, mas, sim, multideterminadas.

Não temos duas psicologias, uma psicologia da saúde e uma psicologia da doença. Na realidade, referimo-nos à psicologia no contexto da saúde e isso engloba a vivência de uma pessoa também no seu processo de adoecimento. Assim, toda doença tem aspectos psicológicos que envolvem múltiplos fatores a serem avaliados, tais como estilo de vida, hábitos, cultura, mitos familiares.

A avaliação psicológica no contexto da saúde está voltada para a construção de conhecimentos, por meio da aplicação, validação e construção de instrumentos que possam avaliar problemas relacionados à saúde e à doença, e objetiva permitir que seus resultados possam estar à disposição dos agentes clínico-assistenciais, tendo em vista as pessoas e as comunidades necessitadas de atenção emocional simultânea à atenção convencional à saúde. Como atividade científica, ocupa-se em medir e compreender os sentidos e significações dos fenômenos que ocorrem no campo da saúde.

O desenvolvimento de protocolos de avaliação de pacientes é de extrema importância para o desenvolvimento de estratégias de tratamento mais eficazes. Como bem assinala Almeida (1995), o tipo de serviço prestado, o objetivo do profissional bem como o setor em que se situa o profissional, são algumas das variáveis que influenciarão diretamente na forma como o psicólogo desenvolverá seu protocolo de avaliação psicológica. Faz-se, ainda, necessário obter informações sobre a população atendida, sobre a enfermidade e possíveis restrições físicas, efeitos colaterais das medicações em uso, as mudanças que ocorreram desde o início da doença e a história passada, especialmente daqueles aspectos relacionados

ao desenvolvimento de doenças anteriores, não somente restrita à esfera restrita ao indivíduo, mas estende-se também ao seu grupo familiar e às condições sociais em que está envolvido.

Além disso, a avaliação psicológica no contexto da saúde pode desempenhar um importante papel social, como ajudar a documentar a efetividade ou não de um tratamento por que passa um paciente à instituição de saúde e aos pacientes-consumidores que, nos dias atuais, vem se tornando cada vez mais importante, ou seja, ser um recurso indispensável para traçar estratégias de intervenção, prevenção e profilaxia no campo da saúde."

Cláudio Garcia Capitão

Professor de graduação e pós-graduação em psicologia da Universidade São Francisco, com pós-doutorado em psicologia clínica pela PUC-SP.

Na educação

Os problemas de falta de atenção, frequentemente encontrados em crianças em fase de escolarização, têm sido enfatizados por cientistas de diversas áreas, com destaque para os da saúde e educação. Problemas de falta de atenção não constituem privilégio de grupos étnicos ou de classes sociais, e são, hoje, motivo de preocupação médica e social à medida que é difícil reconhecê-los e tratá-los. Na literatura especializada, é possível encontrar a descrição desses problemas, manifestados como dificuldades, distúrbios, síndromes ou transtornos.

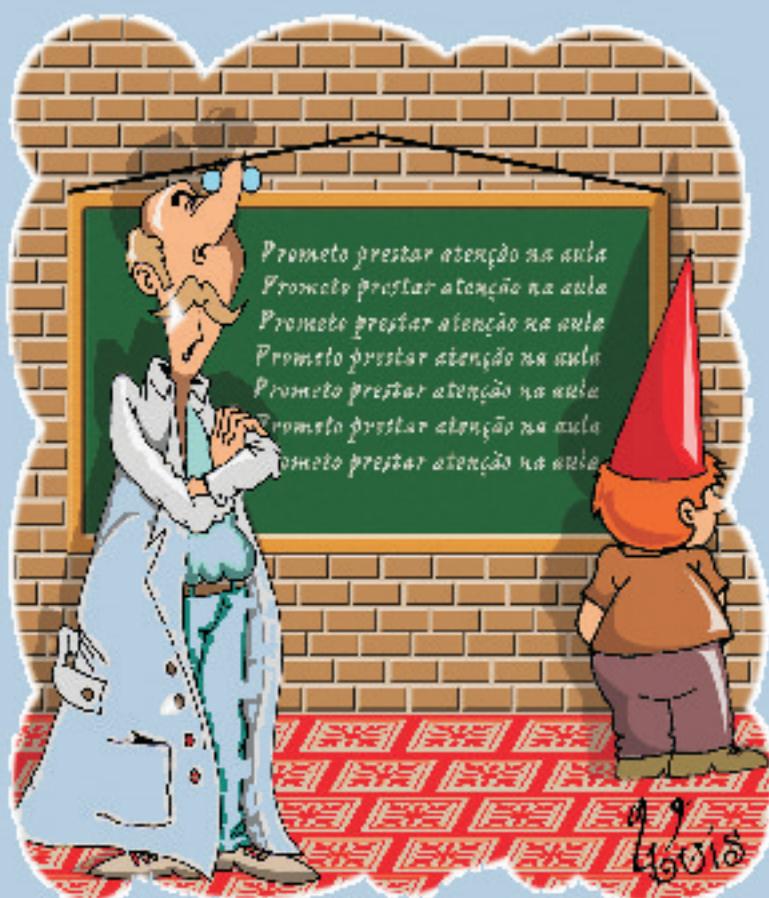
A manifestação mais grave dos problemas de atenção é o Transtorno do Déficit da Atenção (TDA). Estima-se que, no Brasil, cerca de 3% a 10% de escolares e adolescentes apresentem o quadro de TDA, o que não difere das estatísticas mundiais. Apesar dessa incidência significativa em escolares brasileiros, muitas vezes as dificuldades de atenção são ignoradas, mal avaliadas e, ainda, atribuídas a causas que não explicam sua natureza.

Cabe destacar que a atenção está incluída entre as várias e complicadas funções cognitivas desenvolvidas durante os primeiros anos de vida do ser humano. De difícil definição e complexa em seu processamento, a atenção é requisito ou competência básica

para todo tipo de aprendizagem, já que é necessária para que os estímulos sejam percebidos, processados e devolvidos ao meio sob a forma de respostas (Gagné e Briggs, 1974).

A falta de instrumentos de medida para avaliar a atenção desenvolvidos especificamente para a nossa cultura tem levado profissionais de diversas áreas a utilizarem materiais oriundos de outras realidades, aplicados à população brasileira, sem qualquer tipo de padronização (Cunha e colaboradores, 2000). As necessidades do desenvolvimento de instrumentos de avaliação capazes de auxiliar em diagnósticos e com boa capacidade preditiva, conforme afirmou Wechsler (1997), têm estimulado trabalhos como o de Benczick (2000), ao propor a Escala de Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, versão para professores. Trata-se de uma escala comportamental validada e padronizada para escolares brasileiros.

Em 1994, Tonelotto propôs um instrumento de avaliação da atenção denominado Roteiro de Investigação da Atenção (RIA). Trata-se de um instrumento de aplicação individual, no qual são propostas tarefas de ordens diversas à criança, que as realiza como se estivesse dedicada a uma atividade de lazer. O RIA vem sendo utilizado pela autora, associado a outros instrumentos, no sentido de qualificar a atenção de crianças em fase de escolarização. Em 1998, o instrumento foi utilizado em pesquisa de tese (Tonelotto, 1998) para verificar a associação



de dificuldades de atenção com atitudes positivas e negativas de escolares, em relação à escola, a si próprios e aos colegas.

Percebe-se, pelo que se relatou até aqui, que são raros os instrumentos criados para a realidade nacional; assim, muitas vezes, a adaptação de instrumentos provoca distorções que mais atraem a crítica do que auxiliam na resolução dos problemas. Além da escassez de instrumentos, há que se mencionar a falta de preparo de profissionais para lidar com esse tipo de avaliação. Tanto no âmbito clínico quanto psicoeducacional essas fragilidades são observadas.

Torna-se necessário um grande investimento em pesquisas nessa área para que seja possível desenvolver novos instrumentos, capacitar melhor nossos profissionais e prepará-los para o estudo de um tema tão relevante e complexo".

Josiane Maria de Freitas Tanelotto

Professora de pós-graduação em psicologia na PUC de Campinas.

Nos testes para carteira de habilitação

"Em primeiro lugar, não existem "os" testes psicotécnicos no Detran (Departamento Estadual de Trânsito) no sentido de que todos os Detrans no Brasil ou todos os institutos psicotécnicos credenciados usem os mesmos testes, de forma que é difícil proferir um julgamento sobre esse uso.

Apesar de o psicólogo de trânsito ter uma posição legalmente definida, não é por isso que ele está melhor instrumentado do que os psicólogos industriais, escolares ou clínicos.

Uma das grandes questões que pode ser discutida é se os testes que são considerados válidos e fidedignos, de modo geral, pelo Conselho Federal de Psicologia, são válidos e fidedignos especificamente para os condutores de veículos. Para isso, seriam necessários ou perfis psicológicos bem definidos e diferenciados de condutores ou um estudo com cada teste em amostras equiparadas, porém diferenciadas de condutores aci-

dentados e não acidentados. Na correlação dos resultados dessas duas amostras, o grupo dos não acidentados deveria ter resultados significativamente superiores aos do grupo de acidentados para um teste ser considerado válido para motoristas.

Como se vê, a metodologia se deixa descrever com bastante facilidade e a lógica é transparente. A grande dificuldade é: como obter essa amostra significativa de centenas de condutores acidentados e não acidentados sem uma colaboração das autoridades de trânsito?

Enquanto não são feitos esses estudos, continua-se testando motoristas com testes que podem ser válidos e fidedignos, mas não específicos. A atenção de um caixa no banco não tem os mesmos componentes que a atenção de um motorista que está num trânsito em movimento, interpretando as várias sinalizações oficiais e as dos colegas condutores, e tem que aplicar as normas do Código de Trânsito Brasileiro a cada situação, piorando em caso de chuva e à noite. Precisa-se de um teste mais perto da realidade, não apenas com sinais, mas com situações de trânsito.

O que precisamos no Brasil é de um centro de pesquisa psicológica de trânsito.

A tarefa não é simples, porém, sem estudos sérios, continuaremos testando condutores com testes que não são especificamente válidos e fidedignos para eles, apesar de o teste não ser o único critério – pelo menos não deveria ser".

Reinier J.A. Rozestraten

Professor na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, livre docente pela Universidade de São Paulo, Pós-doutor pelo Laboratoire de Psychologie de Conduite (França), autor do livro "A Psicologia do Trânsito" e organizador de diversos estudos sobre avaliação psicológica de motoristas.





Mediada pela *L. N. S.* tecnologia

O Brasil é o país mais avançado do mundo em pesquisa e desenvolvimento na área de avaliação e comunicação de pacientes *locked-in*, segundo relato do famoso neurologista Oliver Sacks, na apresentação do "Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe de Libras", obra nacional que obteve menção honrosa da Câmara Brasileira do Livro. O professor da USP Fernando Capovilla concorda que, no campo da avaliação psicológica *high-tech*, estamos realmente muito avançados: "podemos avaliar todas as competências linguísticas e cognitivas de crianças com os mais severos distúrbios neuromotores, bem como neurossensoriais e neurolinguísticos; nosso programa de avaliação do desenvolvimento das competências linguísticas de surdos, que já cobriu mais de 7.500 escolares surdos de todo o País, é o maior programa do mundo nessa área". Ainda assim, essa realidade encontra complicadores quando se depara com as deficiências do ensino público brasileiro, em espe-

cial em relação ao público de deficientes auditivos.

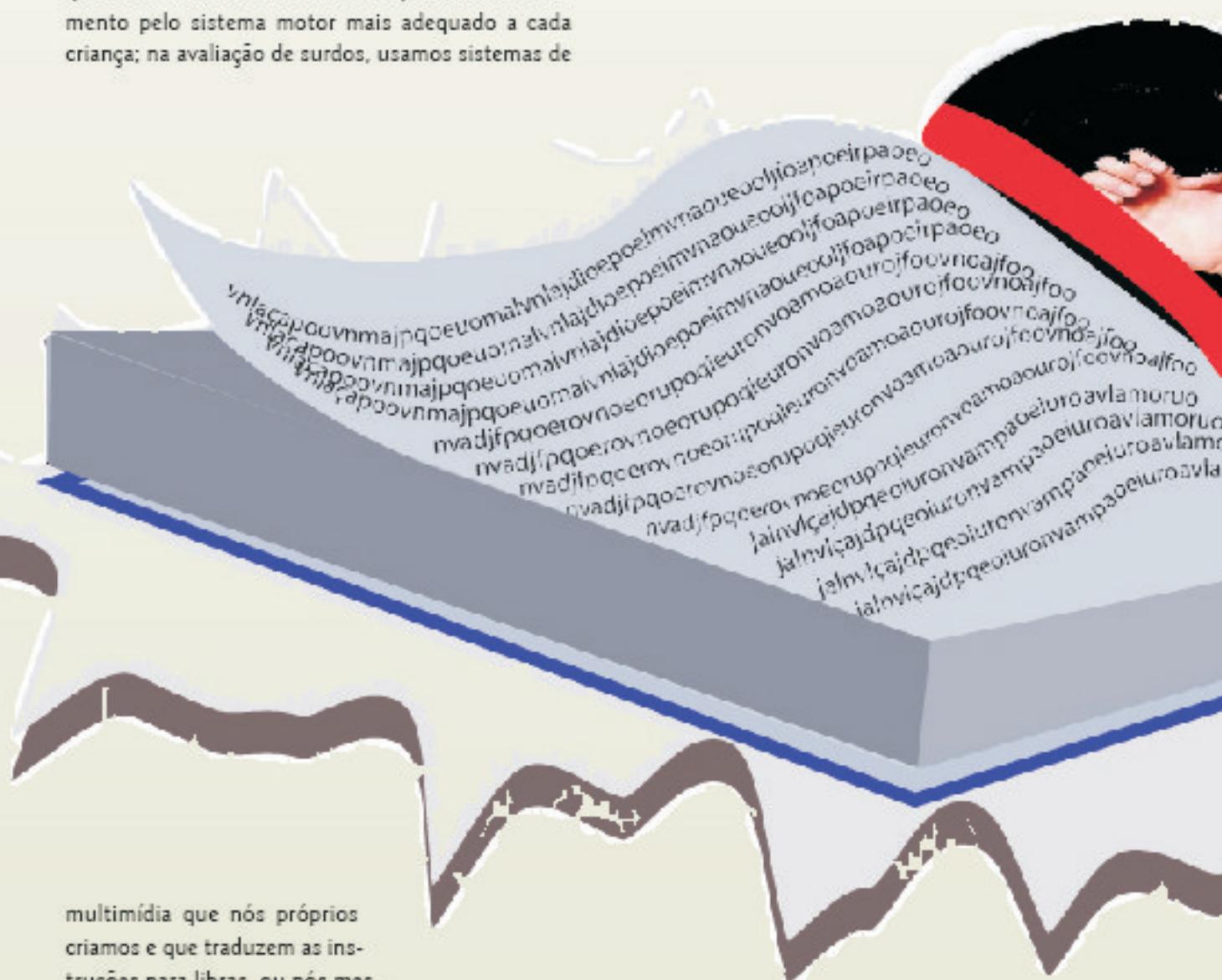
Segundo Capovilla, os recursos mais avançados, em termos de avaliação do desenvolvimento da linguagem oral, escrita e de sinais, podem ser encontrados no volume 4 da "Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira" (Capovilla & Raphael, 2005), publicado pela Edusp. "São recursos tão eficazes que permitem avaliar coletivamente e em profundidade toda uma rede escolar gigantesca, como a do município de São Paulo, em menos de uma semana; permitem, ainda, avaliação presencial, bem como avaliação remota via internet, e são, ao mesmo tempo, tão flexíveis que permitem avaliação individual na clínica com critérios de piso e teto para otimizar a customização do complexo processo".

Cada método tem sua finalidade e público específicos, não apresentando problemas em relação à segurança, garante o professor, que considera importante utilizar os recursos certos para cada avaliando, a fim de tornar o contexto de avaliação mais humano e sen-

sível, respeitando as necessidades motoras, sensoriais, cognitivas, lingüísticas, culturais e emocionais de cada um. "Quando se trata de avaliar escolares de lugares perdidos na Amazônia, fazemos uso de papel e lápis; para avaliar populações escolares inteiras em centros urbanos distribuídos em vastos territórios, fazemos uso de teleavaliação on-line via internet; para avaliar crianças e jovens cujos severos distúrbios motores os impedem de articular fala ou escrita, fazemos uso de versões multimídia adaptadas que fazem varredura automática e permitem acionamento pelo sistema motor mais adequado a cada criança; na avaliação de surdos, usamos sistemas de

desenvolvimento de instrumentos normatizados e validados para avaliar o desenvolvimento das competências da linguagem oral e escrita, tanto receptiva quanto expressiva.

Capovilla destaca que a USP, nos últimos 15 anos, vem desenvolvendo pesquisas para avaliar uma série de competências vitais ao desenvolvimento da cognição e linguagem da criança brasileira, já a partir dos dois anos de idade. "Temos usado esses instrumentos para avaliar o impacto de



multimídia que nós próprios criamos e que traduzem as instruções para libras, ou nós mesmos administramos as instruções às crianças de modo pessoal na clínica ou na sala de aula", explica.

Capovilla, entretanto, pondera que, apesar de a avaliação psicológica ter-se modernizado no País graças a esforços relativamente recentes do Conselho Federal de Psicologia, ainda está muito longe de atender às necessidades da avaliação do brasileiro, em especial devido às peculiaridades da língua portuguesa – tanto falada quanto escrita – e da língua de sinais brasileira. Para o professor da USP, uma vez que o Brasil figura entre os recordistas mundiais de incompetência de ensino-aprendizagem de leitura, tornam-se prioridades, para uma psicologia socialmente relevante e responsável, a pesquisa e os

diferentes métodos de educação infantil e ensino escolar bem como de diferentes métodos de prevenção de dislexia e de remediação de atraso escolar. Os benefícios dessas pesquisas têm sido enormes, tendo atraído a atenção de pesquisadores expoentes das universidades de Harvard, Leeds, Bruxelas, dentre outras, com quem publicamos o relatório Alfabetização infantil: os novos caminhos, que nos foi encomendado pelo Congresso Nacional".

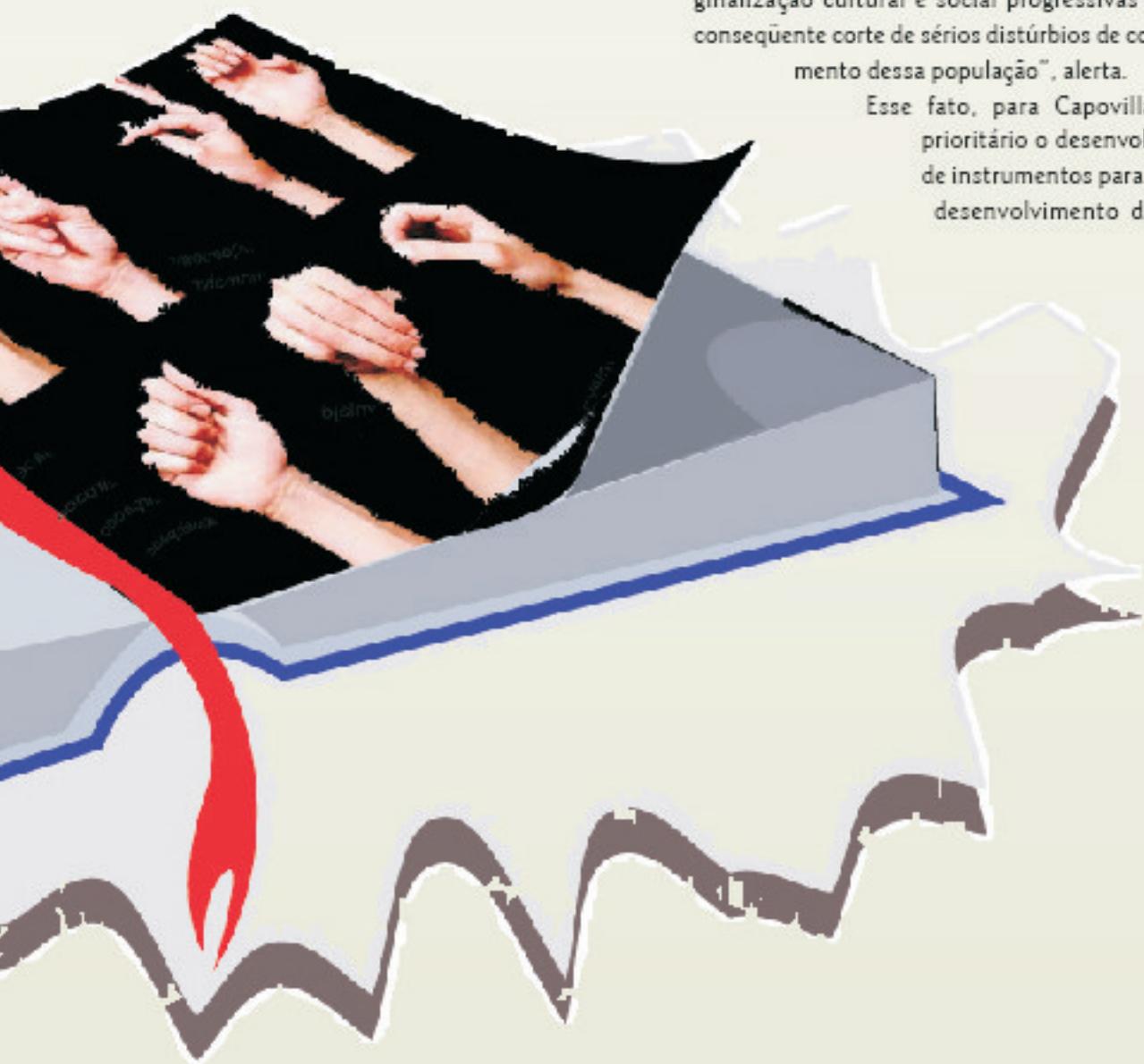
Sua equipe do Observatório Nacional de Desenvolvimento da Linguagem, na USP, já avaliou o desenvolvimento da linguagem em libras e português

de cerca de 6 mil surdos de 6 a 60 anos em 14 Estados brasileiros. Os resultados preliminares dessas avaliações sugerem que crianças e jovens com surdez congênita profunda se desenvolvem melhor quando convivem estreitamente com outras crianças e jovens surdos, em escolas com professores sinalizadores que conduzem o ensino bilíngüe em libras e português, e que crianças e

las especiais; os restantes 87,5% são forçados a estudar em escolas comuns, o que, para Capovilla, traz prejuízos enormes para essa população.

“Se essa política governamental para o ensino público não for revertida, e se as crianças com surdez congênita profunda forem destituídas de suas escolas e deixadas isoladas e privadas de qualquer comunhão lingüística, assistiremos a um embotamento de suas competências cognitivas, a uma marginalização cultural e social progressivas e a uma conseqüente corte de sérios distúrbios de comportamento dessa população”, alerta.

Esse fato, para Capovilla, torna prioritário o desenvolvimento de instrumentos para avaliar o desenvolvimento das com-



jovens com deficiência auditiva moderada ou severa, mas tardia, se desenvolvem melhor em escolas regulares que conduzem o ensino em português, apenas.

Por isso, Capovilla é um crítico contumaz da política pública de ensino de surdos que vem sendo adotada pelo MEC no País, a partir dos anos 80, sob “pressão de lobistas e ideólogos”. A partir de então, o sistema de escolas especiais que provêem ensino bilíngüe em libras e português passou a ser desmontado, e os deficientes auditivos forçados a estudarem em escolas comuns. Com isso, hoje, apenas 12,5% das crianças e jovens surdos brasileiros de até 17 anos de idade encontram-se matriculados em esco-

petências lingüísticas e cognitivas da população escolar surda brasileira. “Só assim será possível reverter políticas educacionais irresponsáveis, movidas mais a discurso demagógico do que por dados científicos, e permitir descobrir, de fato, quais são as condições ideais para ensino-aprendizagem da população escolar surda brasileira”, denuncia. “É imprescindível que a área de avaliação psicológica passe a receber a devida atenção da comunidade psicológica nacional. Só assim a psicologia brasileira poderá passar a contribuir mais decididamente para reverter a história de fracasso escolar brasileiro, ocupando, assim, a posição que merece por meio do desenvolvimento de sua própria competência”. □

Fora da ética

Os psicólogos não devem usar testes que não tenham parecer favorável do CFP, alerta a conselheira Acácia Aparecida Angeli dos Santos. Há editoras que só comercializam testes aprovados pelo Conselho, mas há casos de desrespeito das normas e padrões técnicos e éticos. Um exemplo é o da Editora Cepa que de 2002 até hoje, submeteu ao CFP 37 testes para análise. Apenas três deles foram aprovados. No entanto, a Cepa continua comercializando testes reprovados, como o 16PF. Esse teste de personalidade é um instrumento de trabalho

importante para psicólogos, podendo ser utilizado em situações clínicas ou para o cidadão obter um emprego. No entanto, a Cepa está vendendo o 16PF fora das exigências do CFP, mesmo depois de ter submetido o teste à análise por duas vezes. O psicólogo que estiver aplicando o 16PF não aprovado estará cometendo uma falta ética.



Avalpsi

A avaliação psicológica também pode ser discutida por meio de uma lista na internet.

Batizada 'avalpsi' – avalpsi@yahoogrupos.com.br –, a lista conta com mais de 160 participantes, entre estudantes, professores, pesquisadores e profissionais da área.

Indivíduo e sociedade

O 26º Congresso Internacional de Psicologia Aplicada acontecerá de 16 a 21 de julho de 2006, em Atenas. Promete ser o melhor em 86 anos de realização, pois reunirá milhares de profissionais em seminários, painéis e debates. Com o tema "A contribuição da psicologia para os problemas do indivíduo e da sociedade", o Congresso, que acontece a cada quatro anos, desta vez contará com a presença do subsecretário-geral para Comunicações e Informação Pública das Nações Unidas, Shashi Tharoor, que falará sobre as possibilidades do aumento de cooperação entre psicólogos e a organização. "Estamos felizes por ele ter aceito nosso convite e esperamos, dessa forma, desenvolver uma relação melhor e mais profícua de intercâmbio entre os dois lados", afirmou Michael Freese, presidente da Sociedade Internacional de Psicologia Aplicada.



Inovações em Atenas

Esse congresso de psicologia aplicada terá uma série de inovações, como a realização de workshops para estudantes, por exemplo, inaugurando uma nova tradição. Também contará com uma presença maior de profissionais de países de baixa renda, garantida pela ARTS - Advanced Research and Training Seminars, organizados por Ingrid Lunt e Heidi Keller. A ideia é promover o desenvolvimento da disciplina de psicologia em todo o mundo, e também a troca de experiências entre profissionais desses países.

Redes de cooperação

O outro acontecimento internacional foi a Conferência Regional de Psicologia de Bangoc, na Tailândia, de 14 a 16 de novembro de 2005. O encontro deu ênfase à capacitação profissional e contou com uma curiosidade: a participação da princesa do Reino Thai, uma iniciada no assunto. Além da capacitação, a conferência regional da Tailândia objetivou o desenvolvimento de redes regionais de cooperação, do profissionalismo regional e do fortalecimento da identidade do profissional ao desenvolver seu trabalho em sua região. Quem quiser entrar em contato: prof. Ubolwanna Pavakanun, Psychology Dept., Thammasat University, Faculty of Liberal Arts, Bangkok, 10200, Tailândia; fax: +66-2-963-8433; emails: ubolwanna@msn.com; ubolwannapavakanun@hotmail.com ou AAP_IC@yahoo.com e pelo site www.aapic.net.

Homenagem a uma pioneira

Filha de um coronel do Exército, professor de português e latim, com uma professora, a gaúcha Jurema Alcides Cunha é considerada uma das grandes desbravadoras da pesquisa psicológica e uma das mais brilhantes representantes da avaliação psicológica no Brasil. Falecida em agosto de 2003, dois meses antes de completar 78 anos, Jurema foi a organizadora do livro "Psicodiagnóstico", considerado a obra mais abrangente do gênero no Brasil, originalmente publicado em 1986 e hoje na 5ª edição.

Jurema teve seu interesse pela psicologia iniciado ainda durante o curso normal do Instituto de Educação Flores da Cunha. Já durante o curso de filosofia, realizado entre a Faculdade Católica e a Universidade do Rio Grande do Sul, seus interesses maiores estavam relacionados à psicologia como psicopatologia e psicodiagnóstico. Aluna da primeira turma de Especialização em Psicologia da PUC do Rio Grande do Sul, o primeiro curso do gênero oferecido no Estado, Jurema teve aulas com Bela Székely.

Aprovada como psicóloga da Divisão Especial da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, logo se tornou presidente da Comissão de Pesquisa, organizada para colaborar com projeto da Universidade de Maryland, coordenado por Eugene B. Brody. Por esse projeto, Jurema tornou-se professora visitante,



na mesma Universidade de Maryland, de 1963 a 1966.

Suas teses de mestrado e livre-docência, além de outras publicações, estiveram sempre na área de testes e medidas. Sob orientação de Isacc Sprinz, apresentou, em 1977, a dissertação de mestrado "Sinais simbólicos de agressão no teste de Bender e a dimensão da normalidade - anormalidade", pela PUC-RS; "Suicídio e Teste

de Bender" foi o tema da livre-docência. Jurema escreveu mais de 300 artigos de divulgação psicológica para o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, e traduziu alguns dos livros mais utilizados nos cursos de graduação em psicologia no Brasil, como "Ensinaamentos Básicos dos Grandes Psicólogos", de S.S. Sargent e K.R. Stafford (1969), e "Psiquiatria Dinâmica", de R.R. Mezer (1972).

Numa entrevista sobre o tema, em 1992, Jurema disse acreditar que a perda de prestígio das avaliações começou com uma questão filosófica, por se achar não era correto lidar com o ser humano aplicando testes. Em seguida, reconheceu que as atividades de pesquisa não acompanharam o desenvolvimento de outros tipos de ciência. "Hoje, o profissional sai da faculdade sem saber manejar os testes; então, havendo outras possibilidades dentro da psicologia, é melhor fugir do que eu tenho medo, não é?", concluiu.

CD na Internet



Está disponível, no site do CFP, a íntegra do CD-ROM Avaliação dos Testes Psicológicos, edição especial de novembro de 2004. Nele estão todas as informações para os interessados no processo de avaliação dos testes psicológicos realizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia, como os relatórios técnico-políticos sobre o processo de avaliação dos testes psicológicos, equipe técnica, comunicações institucionais com a categoria, editais divulgados no Diário Oficial da União, eventos que evidenciaram a necessidade de se decretar uma ação sobre os testes psicológicos, perguntas e respostas sobre o tema e muito mais. Para acessar o conteúdo, vá ao endereço www.pol.org/satepsi/D_testes/index.htm?lista1=sim.

Em defesa dos testes tupiniquins

"O Methodo dos Tests"

BONFIM, M. J. 1928

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

O cuidado com o registro, a preservação e a divulgação da memória revela o comprometimento com o presente e o compromisso com a construção consciente do futuro. "O Methodo dos Tests" permite aos leitores conhecer esse autor "esquecido" por muito tempo e só recentemente reconhecido como um dos grandes pensadores que nosso país produziu.

Manoel José do Bomfim (1868-1932) exerceu a profissão de médico por alguns anos, mas dedicou-se fundamentalmente à educação, ao ensino e à autoria de muitas obras, entre livros e artigos para jornais. Foi catedrático de pedagogia e psicologia da Escola Normal do Rio de Janeiro e criador e diretor do primeiro laboratório de psicologia no Brasil, no Pedagogium.

Produziu, também, em Psicologia e Educação: "O Facto Psychico" (1904); "Lições de Pedagogia" (1915); "Noções de Psychologia" (1916); "Pensar e Dizer: Estudo do Symbolo no Pensamento e na Linguagem" (1923) e "Cultura e Educação do Povo Brasileiro" (1932), entre outras, além de livros didáticos de língua portuguesa, em co-autoria com Olavo Bilac.

Em suas obras e em seu posicionamento político, revelam-se idéias críticas ao que era hegemônico na época. Combateu o racismo científico, gerando embates com intelectuais eminentes de então. A defesa da difusão da educação decorria de sua análise histórica e social; entendia que a democracia deveria basear-se na liberdade e na justiça, construída coletivamente, daí a necessidade do acesso de todos à educação como instrumento de transformação social.

Sua produção sobre psicologia e educação tra-



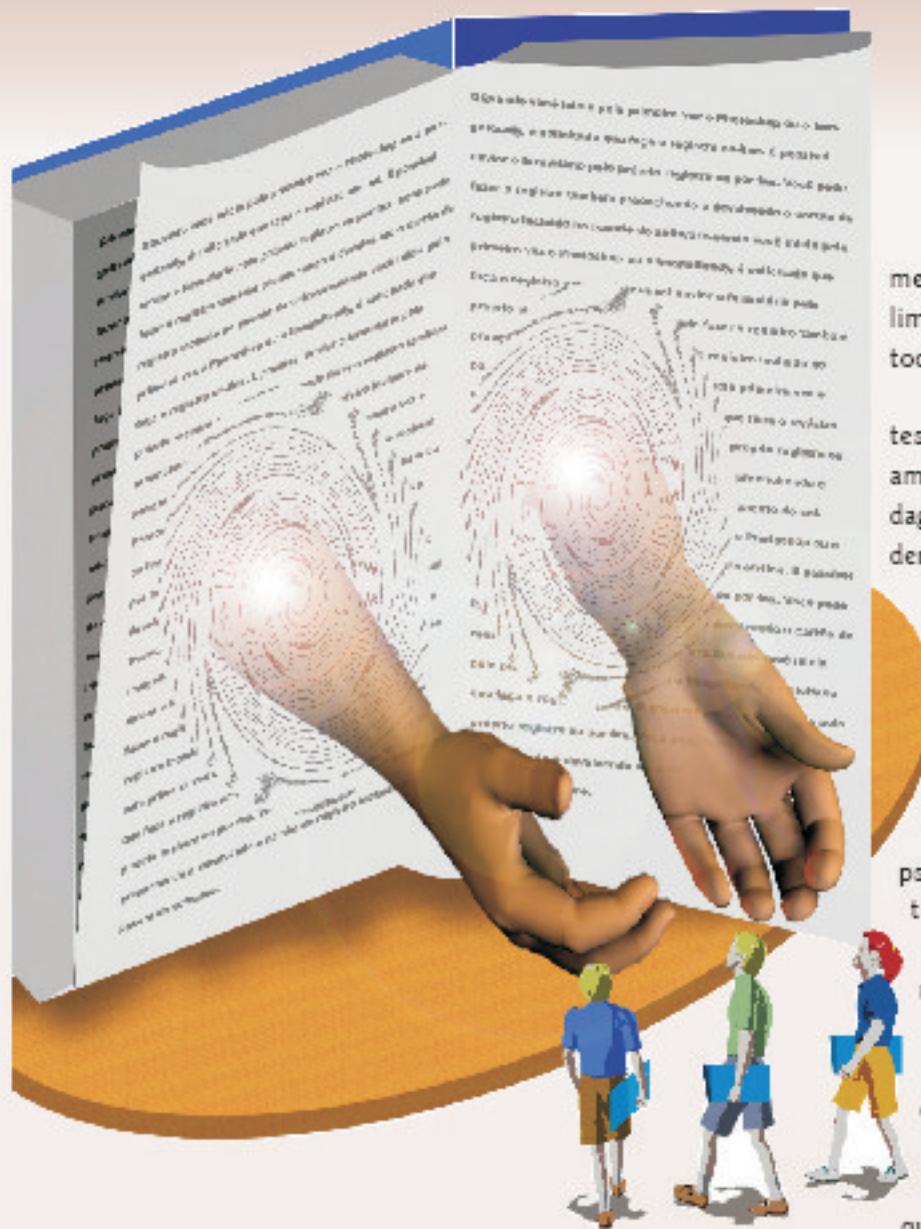
duz concepções teóricas e práticas próprias da época, marcada por atualizado conhecimento da área, mas também extrapola e antecipa concepções que só mais tarde viriam ser produzidas. Trata ele de temas relacionados à pesquisa, à natureza dos fenômenos psicológicos (em sua determinação histórico-social, produto das relações humanas, pela mediação da linguagem), à prática pedagógica e às articulações com a filosofia, a história, a sociologia, a neurologia e a literatura, entre outras áreas do saber. Bonfim se recusou até a tra-

duzir testes estrangeiros, defendendo com ardor a confecção de testes brasileiros.

"O Methodo dos Tests" é uma preciosidade para os estudos em história da psicologia, pois traz concepções teóricas e práticas próprias de uma dada época e hoje superadas, outras que foram perdidas ao longo do tempo e que precisam ser retomadas, e outras, ainda, que são contemporâneas.

O livro trata dos testes pedagógicos, diferenciando-os e articulando-os com os testes em geral; aborda sua história, fundamentos teóricos e técnicos, diversidade, formas de aplicação e avaliação, adaptação e utilização em diferentes campos. É constituído de duas seções: Os tests nas verificações de ensino e A realização dos tests. A primeira trata dos testes numa perspectiva teórica, e a segunda, do método propriamente dito, com a proposição de um conjunto de testes para verificação da linguagem em alunos do ensino primário, baseado em experiências realizadas com a colaboração de professoras da Escola de Aplicação.

Esses testes cumpriram várias funções: investigação do nível mental e aptidão da criança; aprecia-



ção do aproveitamento escolar; verificação da adequação do ensino; substituição dos tradicionais e criticados "exames"; organização de classes homogêneas; planejamento dos programas de ensino e como situação de aprendizagem para o educando.

Hoje condenada, a proposta de classes homogêneas para o ensino simultâneo limita-se aos recursos teóricos daquele momento, ao passo que, em outras situações, seu pensamento poderia ser considerado ainda atual, o que se revela, sobretudo, ao defender os testes como forma de avaliação que supera os tradicionais exames, avalia a prática pedagógica do professor, permite individualizar o ensino e deve ser atividade pedagógica contínua; pode-se dizer que isso antecipa alguns argumentos a favor do que se chama hoje de progressão continuada. Além disso, uma das questões mais interessantes apontadas pelo autor é que a atividade da criança na resolução dos testes constitui-se em condição de aprendizagem. A obra antecipa a idéia de aprendizagem significativa, de Ausubel. Entretanto, a defesa que faz dos testes pedagógicos e as críticas aos exa-

mes não o exime de apontar limitações e problemas no método proposto.

O livro traz exemplos de testes, sob várias formas, com ampla variedade de atributos pedagógicos e psicológicos, que podem ser vistos para além dos fins propostos, isto é, como criativos instrumentos de coleta de dados para a pesquisa em psicologia da educação.

Essa obra é um importante registro para a história da psicologia em geral e da psicologia da educação em particular, permitindo ver, em seu nascedouro, idéias que permaneceram por muito tempo incorporadas à psicologia e à prática pedagógica, mais tarde criticadas, esgotadas e superadas, mas ela também permite retomar elementos que foram descartados e esquecidos ao longo do tempo, o que gerou distorções e equívocos, como as bases e as finalidades para as quais Binet construiu

os testes e que foram alteradas, principalmente, pela maneira como, segundo o autor, os norte-americanos as mecanizaram.

Como expressão do conjunto de sua obra, "*O Methodo dos Tests*" revela um pensador lúcido e comprometido com a educação, tendo como base o conhecimento psicológico, mostrando também que o autor não separa a teoria da prática pedagógica e da postura investigativa.

A obra deve ser lida especialmente por todos aqueles que têm a preocupação com o processo de avaliação, problema recorrente nas escolas brasileiras; nela se elabora uma vasta análise do processo de avaliação escolar, demonstrando que essa questão não pode ser apartada da compreensão mais ampla do processo de ensino e de aprendizagem, remetendo para uma discussão dos fins da educação e dos fundamentos da prática pedagógica em geral. □

(*) Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP.

Desmascarando a neutralidade

A denúncia de “racismo científico”

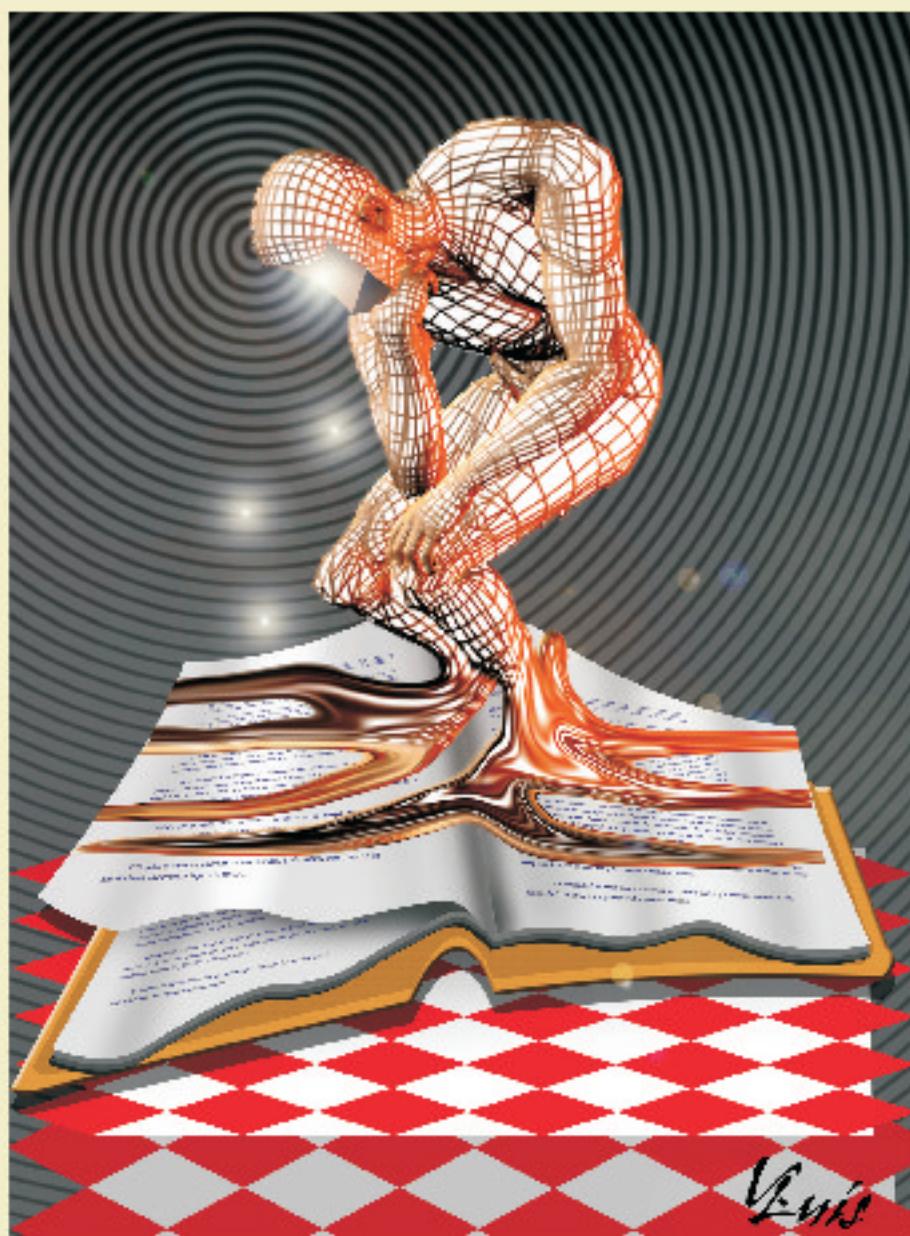
“La cara oculta de
los test de inteligencia:
un análisis crítico”

BERNAL, A. O. Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 2003.

Fátima Cruz(*)

No livro “La Cara Oculta de los Test de Inteligencia: un análisis crítico”, escrito pelo professor Anastasio Ovejero Bernal, catedrático de Psicologia Social da Universidade de Valladolid (Espanha), encontramos uma reflexão profunda e oportuna sobre a construção das medidas de inteligência na Psicologia, seus fundamentos e suas consequências sociais. O autor analisa sistematicamente como a psicometria do QI vem sendo um instrumento valioso para legitimar e manter as desigualdades sociais: “si los pobres seguían siendo pobres generación tras generación por mucho que trabajasen (salvo “honrosas” excepciones), a pesar de la revolución y a pesar de la democracia, y si lo negros seguían ocupando mayoritariamente las posiciones más bajas en la estructura social, ello se debía exclusivamente a su baja inteligencia genética” (p. 20).

Nestes termos, o autor desmascara a pretendida neutralidade dos testes psicométricos e desvela suas posições e interesses ideologicamente comprometidos com a discriminação social e racial. Afirmando o enorme poder que a Psicologia tem e que consiste em normalizar, e portanto excluir, bastando demonstrar “cientificamente” que alguém não é “normal”. Anastasio Ovejero coloca assim a existência de um “racismo científico”, que justifica as injustiças e fundamenta-se na “ordem natural das coisas”, naturalizando as desigualdades sociais a partir das diferenças nas capacidades intelectuais dos indivíduos. O livro, muito bem fundamentado “cientificamente”, analisa os interesses ideológicos, econô-



micos e sociais que subjacem à psicometria do QI, que justificam os privilégios de uns e a exclusão de outros.

No primeiro capítulo o professor Ovejero discute o que é a inteligência e a dificuldade para a sua definição, colocada pelos próprios pesquisadores que trabalham com esse conceito e as suas medidas, com suas contradições e incertezas,

mas que mesmo assim são amplamente utilizadas para avaliar e classificar os indivíduos. Nos capítulos posteriores o autor se debruça sobre o debate entre herança e ambiente, sobre o determinismo genético e suas implicações e consequências sociais. Mais especificamente, o professor Ovejero analisa as implicações dos testes de inteligência e da psicometria na exclusão dos imigrantes nos anos 20, que impediram a entrada de milhares de pessoas nos Estados Unidos, inclusive Judeus refugiados, que percebendo a ameaça do holocausto tentaram proteger-se naquele país.

Além de denunciar como os testes de QI foram "revisados" para corrigir e equilibrar os resultados iniciais comparativos entre mulheres e homens, que indicavam uma inteligência superior do sexo feminino sobre o masculino (p.166), o livro também dedica um capítulo à contribuição da psicometria à exclusão dos negros durante as décadas de 60 e 70. Quando os negros estavam justamente na luta pela conquista dos direitos civis, a psicometria servia para legitimar a segregação imposta pelos grupos mais poderosos, demonstrando "cientificamente" como a população negra era intelectualmente inferior à branca e que por razões "naturais" deveria estar excluída das escolas e dos âmbitos sociais frequentados pela população branca.

No capítulo VIII o autor ainda analisa como a psicometria continua servindo como legitimadora das classes dominantes e, a partir dos anos 90, como ela fortalece e ala-

vanca mais fortemente o sistema neoliberal e seus princípios de seletividade e competitividade.

Assim, mesmo deixando claro que o "racismo científico" sempre procura fundamentar a existência de seres superiores e de seres inferiores e legitimar dessa forma as disparidades de riqueza, poder e status, como consequências naturais do ordenamento biológico, depois de um sistemático e bem fundamentado estudo sobre os testes psicométricos e especialmente sobre a psicometria do QI, o professor Ovejero conclui seu livro reafirmando a evolução cultural do ser humano e enfatizando o predomínio dos aspectos culturais sobre os biológicos na construção da subjetividade.

Este livro, escrito com um estilo leve e interessante, é de leitura recomendável, senão obrigatória, tanto para os profissionais da Psicologia que trabalham com as técnicas psicométricas, no sentido de conhecer melhor as implicações de ditas práticas e suas origens e consequências; como para os profissionais com outras perspectivas de abordagem psicológica para ampliarem sua compreensão da psicometria do QI, que lhes permita construir uma crítica mais sólida e uma prática social mais comprometida com a luta contra as desigualdades sociais e a discriminação racial. □

(*) Professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Valladolid (Espanha).

Chegou!

Procure na biblioteca de sua
faculdade ou acesse pelo site

www.pol.org.br

Revista
Nacional
no Qualis
da CAPES

A



Derrubando

estereótipos

Ricardo Primi(*)

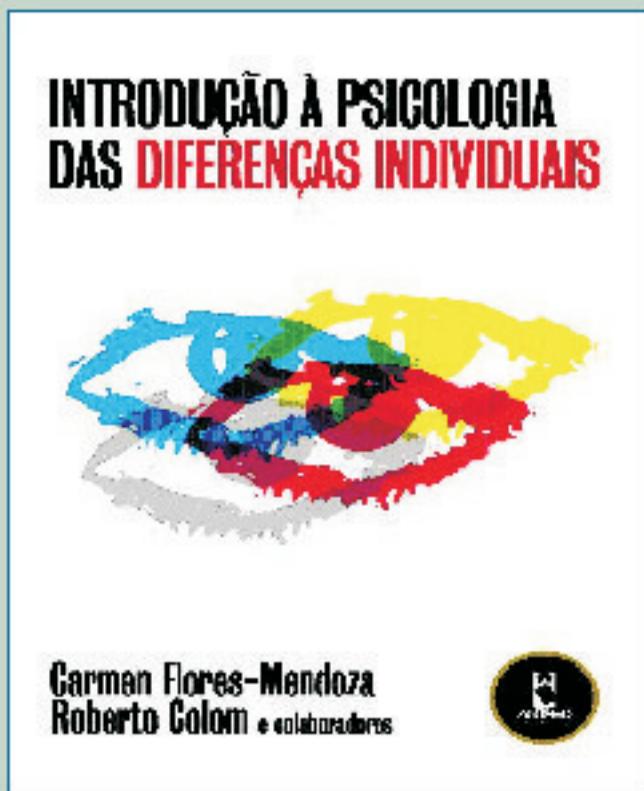
A investigação das diferenças individuais no comportamento humano tem sido, provavelmente, o capítulo mais importante e controverso da psicologia científica. Isto porque, baseada na medição psicológica, a psicologia das diferenças individuais defende seu status científico como a física, a química ou a biologia. O esforço para alcançar esse status tem considerado dois princípios: primeiro, conseguir conhecimentos científicos e, segundo, verificar se eles são úteis na vida cotidiana. Nesse sentido, deve-se recordar que a ciência avança formulando perguntas, antecipando possíveis explicações e usando métodos objetivos que possam reunir dados para apoiar ou rejeitar as predições ou os prognósticos incluídos nas hipóteses. É quase certo que na história da psicologia das diferenças individuais os estereótipos sociais de alguns científicos impregnaram-se sutilmente na formulação de suas hipóteses. E, por isso, houve um período, principalmente nos anos 60, de rejeição acadêmica a toda e qualquer informação que provinha da medição psicológica. A consequência foi a imposição do ideal

"Introdução à psicologia das diferenças individuais"
FLORES-MENDOZA, C. E.; COLOM, R. Editora, 2005

igualitário. Confundiu-se a necessária igualdade social/jurídica com a utopia da igualdade psicológica. Nada como o passar do tempo, para que a comunidade científica, com a devida serenidade que lhe caracteriza, tenha se encarregado, por meio da investigação sistemática e cuidadosa análise, de separar os fatos das meras opiniões.

A investigação básica das diferenças individuais tem produzido uma série de métodos e instrumentos de medição que permitem estimar, de uma maneira bastante objetiva, determinadas capacidades cognitivas e/ou propriedades de personalidade que intervem nas atividades que realizam os seres humanos diariamente. Para tanto, os investigadores projetam uma série de tarefas, que comumente as denominam de testes. A aplicação dessas tarefas/testes em diferentes épocas, em diferentes populações, em diferen-

tes estágios do ciclo vital, em diferentes culturas, em diferentes condições sociais, em diferentes ocu-





pações laborais, em diferentes condições clínicas, tem permitido produzir um respeitável cabedal de informações sobre a diversidade e universalidade do comportamento humano.

No Brasil, o acesso às informações da Psicologia das Diferenças Individuais somente estava restrito à obra de A. Anastasi (*Psicologia Diferencial*), um excelente compêndio, porém escrito na década de 60. Portanto, o livro *Introdução à Psicologia das Diferenças Individuais*, organizado pelos professores Carmen E. Flores-Mendoza da Universidade Federal de Minas Gerais e Roberto Colom da Universidad Autónoma de Madrid, vem a preencher um período de produção de informação não publicada em português dos avanços da psicologia das diferenças individuais. A compilação da obra tem o mérito de ter reunido um grupo seletivo de pesquisadores, estes considerados "top researchers" no cenário acadêmico internacional, sobre os temas de inteligência e personalidade.

O livro contém quatro partes, ao todo 20 capítulos. A primeira parte, com dois capítulos, trata da História da Psicologia das Diferenças Individuais no Mundo (Roberto Colom) e no Brasil (Carmen Flores-Mendoza). A segunda parte, com oito capítulos, trata exclusivamente sobre Inteligência. Inicialmente, o professor Colom retrata um breve panorama do conceito de Inteligência. Logo, o professor Andrés Pueyo, da Universidade Autónoma de Madrid, discorre sobre os Modelos Fatoriais de

Inteligência. O professor explica os princípios de medição, a estrutura fatorial da inteligência e se detém no modelo de John Carroll, o modelo mais aceito pela comunidade acadêmica. Segue-se um capítulo, escrito pelos professores Colom e Flores-Mendoza sobre Processamento de Informação e sua relação com Inteligência. Uma relação necessária para explicar a cognição humana. O capítulo sobre as Bases Biológicas da Inteligência foi escrito por Richard Haier, da Universidade de Califórnia, um dos investigadores mais profícuos em neurociência da inteligência. Segundo Haier "...desde que qualquer propriedade do cérebro se associa com a inteligência, um outro assunto muito importante é saber como tal propriedade se desenvolve e como ela pode ser influenciada por outros fatores biológicos e não-biológicos para criar diferenças individuais. A importância de identificar tais fatores é que pode haver meios biológicos para incrementar inteligência, especialmente durante o desenvolvimento cerebral...". Um outro capítulo constitui Genes, Ambiente e Inteligência, escrito por Stephen Petrill, da Universidade de Pensilvânia. Seu propósito foi mostrar como os genes interatuam com o ambiente para influenciar a inteligência. Descreve métodos de genética comportamental e aponta futuras direções. Outro capítulo trata sobre um dos conceitos mais populares da atualidade. Trata-se do Status Científico da Inteligência Emocional. Quem escreve é o professor Richard Roberts da Universidade de



Sydnei junto com Jane R. Rouse, da mesma universidade, e os professores Moshe Zeidner, da Universidade de Haifa, Israel, e Gerald Matthews, da Universidade de Cincinnati. Os professores, reconhecidos na literatura acadêmica internacional como rigorosos críticos do construto de Inteligência Emocional, mostram as controvérsias, alcances e limitações metodológicas das investigações

sobre esse assunto. E, especialmente interessante pela raridade com que aparece em tratados psicológicos, o penúltimo capítulo trata sobre Diferenças Individuais na Inteligência dos Bebês. Escrito pelo renomado pesquisador americano Joe Fagan, o capítulo aborda a possibilidade de avaliar a capacidade cognitiva dos bebês mediante uso de provas de processamento visual. Uma estratégia bastante atraente para os psicólogos desenvolvimentais. Finalmente, a segunda parte da obra encerra as informações sobre Inteligência com um capítulo sobre o Estudo da Inteligência no Brasil (Ricardo Primi e Flores-Mendoza). O capítulo traz informações sobre o nível de produção alcançada pelos pesquisadores brasileiros na investigação da inteligência.

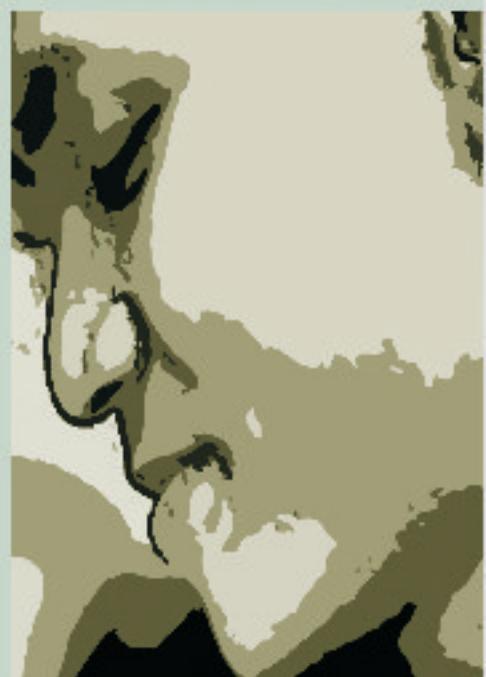
A terceira parte da obra é dedicada exclusivamente a Personalidade. Quem inicia a seqüência de capítulos é o investigador sênior Robert McCrae do National Institute Health do governo americano. O professor McCrae teve a gentileza de informar-se sobre um dos personagens mais relevantes da cultura brasileira: Heitor Villa-Lobos. E a partir de aí discorre sobre o famoso modelo dos Cinco Grandes Fatores. O modelo tem servido para investigações transculturais, incluindo-se o Brasil. Recentemente, sua análise de resultados deste modelo obtido em 51 países foi aceita para publicação na prestigiosa revista Science. Seguindo a mesma estrutura de informação da segunda parte, os capítulos a seguir mostram as Teorias Psicométricas da Personalidade (Professor Luis Garcia da Universidade Lleida-Espanha); A Personalidade Analisada a partir da Cognição (Professoras Maria Angeles Quiroga e Maria Lusía Sanchez-Bernardos da Universidade Complutense de Madrid); As Bases Biológicas da Personalidade (Professor Manuel Juan-Espinosa da Universidad Autónoma de Madrid) e Genes, Ambiente e Personalidade (Professora Irene Rebollo da Universidad

Autónoma de Madrid e Judith Harris, psicóloga americana autora do livro "The nurture assumption"). Este último capítulo traz informações detalhadas do pressuposto teórico "Group Socialization Theory". Segundo esse modelo, a personalidade é influenciada mais fortemente pelo ambiente não compartilhado (círculo de amizades) do que pelo ambiente compartilhado (família). Os genes propiciariam a estabilidade da personalidade, enquanto que o ambiente não-compartilhado propiciaria a mudança.

A quarta, e última parte da obra, trata sobre as aplicações das informações produzidas pela "Psicologia das Diferenças Individuais". Escrevem nesta parte os professores Júleo Olea e Francisco J. Abad, da Universidad Autónoma de Madrid ("A medição das diferenças individuais"); o renomado geneticista comportamental Thomas Bouchard Jr., da Universidade de Minnesota ("Psicologia da Diferença: Uma síntese da genética comportamental, epidemiologia e psicologia do desenvolvimento"); o cientista político James Flynn, da Universidade de Otago, Nova Zelândia, cujas investigações propiciaram um redirecionamento das pesquisas em inteligência ("O efeito Flynn: repensando a inteligência e seus efeitos"); os professores Christopher Patrick e Jason Hall, da Universidade de Minnesota ("Diferenças Individuais e Comportamento Delinqüente") e a polêmica pesquisadora e socióloga Linda Gottfredson ("Conseqüências sociais das diferenças de grupo na capacidade cognitiva").

Em síntese, pode-se declarar que esta obra coloca a disposição dos psicólogos de fala portuguesa informações atualizadas e rigorosas sobre um dos grandes campos da Psicologia. É quase certo que o manual "Introdução à Psicologia das Diferenças Individuais" se tornará em uma fonte documental de referência obrigatória e de extraordinária utilidade para aqueles que estão interessados na fundamentação teórica e aplicação da medição psicológica. □

(*)Ricardo Primi é membro da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia e doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP-SP





Talentos que rompem... o imaginário

Cristina Maria Carvalho Delou(*)

O filme "Mentes que Brilham" foi lançado em 1991, classificado como drama, e teve o título original de "Little Man Tate". Escrito por Scott Frank, foi dirigido por Jodie Foster que também atua como mãe do pequeno Fred Tate, Adam Hann-Byrd, um menino que impressiona o assistente da Dra. Jane Grierson (Dianne Wiest), psicóloga, dona do Institute Grierson promotora do programa para crianças superdotadas Odisséia da Mente, "não tanto pelo que ele sabe, mas pelo que ele entende."

É um filme delicado sensível, que trata de temas relacionados à avaliação de crianças superdotadas, precocidade, atendimento educacional e estímulo ao talento, inclusão em escola regular e especial, explorando a tensão entre a mãe e a profissional especializada por conta das necessidades intelectuais e emocionais de Fred.

O perfil apresentado, de menino superdotado pobre, que, aos 7 anos, escreve poesias, pinta a óleo e aquarela, exímio pianista, com talento ilimitado para física e matemática, não parece ser nenhum absurdo, considerando-se os inúmeros casos de crianças multitalentosas já registrados. Todavia, não parece ser essa a questão central, mas o mito que ainda está presente de que a avaliação da inteligência pode trazer problemas a mais para alguém que já apresenta grandes dificuldades, como não se alimentar adequadamente, ter úlcera gástrica, insônia, pesadelos, falta de amigos e preocupações incompatíveis para a idade, entre outras.

Referindo-se aos marcos iniciais da avaliação da inteligência, o Q.I. e a Stanford-Binet Intelligence Scale,



passando por mitos e estereótipos em relação à superdotação como a suposição de que "todo gênio tem um pouco de loucura", outras questões vão sendo tratadas como as da escola pública sem recursos que mediocriza o desempenho dos mais brilhantes e a escola especial particular para alunos superdotados como a solução dos problemas escolares desses alunos.

Apesar de não serem encontrados grandes equívocos teóricos no enredo, a ênfase na avaliação psicométrica da

inteligência, através dos clássicos testes de inteligência, mostra o quanto essa forma de avaliação habita o imaginário dos que a ela tiveram que se submeter por estarem na escola e não terem tido oportunidades de escolha.

Inteligência superior não é doença. Não tem que ser curada, e a sua identificação pode ajudar a desfazer mitos e preconceitos. Por que resistimos tanto a essa prática? Somos especialistas, estudiosos, e não leigos, que se deixam levar pelo senso comum impregnado por idéias preconceituosas, nascidas das práticas psicométricas iniciais com base em escolhas equivocadas.

Vamos! Assista ao filme! Emocione-se! Ressignifique sua prática profissional para que não continuemos a desperdiçar os talentos brasileiros, principalmente os das classes populares, pois a escola pública ainda pensa que criança pobre não é inteligente. □

(*) Psicóloga, Doutora em Educação, professora-adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, coordenadora do Projeto de Atendimento a Alunos com Altas Habilidades/Superdotação.



Medições e futurologia, equação impossível

Não existe bola de cristal na Psicologia. Não é possível medir a inteligência, a personalidade humanas. A constatação é de três especialistas, os psicólogos Bronia Liebesny¹, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Marilene Proença Rebello de Souza², da Universidade de São Paulo, e Wilson Alves Senne³, da

Universidade Federal da Bahia. Há muitas décadas, no campo da Psicologia, várias perspectivas teóricas têm questionado o conceito de inteligência, bem como, as formas de mensuração do que se convencionou chamar de inteligência ou personalidade, expõe a professora Marilene. Ela ressalta que “as teorias sócio-interacionistas, construtivistas, pós-

estruturalistas e histórico-cultural trazem diversos argumentos que questionam a possibilidade de mensurarmos os indivíduos quer em seus aspectos cognitivos, quer afetivo-emocionais". Marilene Proença abala a concepção de que é possível medirmos o potencial humano: "Isso é questionado principalmente pelo fato de que desconhecemos o potencial humano".

A professora Bronia diz, por sua vez, que não há uma forma única de se desenvolver a avaliação psicológica ou a orientação profissional. As práticas dos orientadores, argumenta ela, "estão embasadas em teorias sobre o desenvolvimento do homem, e estas variam conforme a concepção que se tem deste homem".

Claro que não existe bola de cristal na Psicologia, reforça o professor Senne, contemporizando apenas o imaginário: "embora a pretensão de prever o comportamento das pessoas e nosso próprio futuro seja grande o suficiente para gerar mitologias, ficções e instrumentos que se supõe dotados de poderes mágicos ou quase isso". Segundo ele, na realidade, "só é possível medir desempenhos determinados a partir de amostras de comportamento". Senne lembra que se constrói um teste juntando-se itens como repetir frases, memorizar números, distinguir grupos de objetos por analogia, formar rimas, resolver problemas aritméticos, e que tais tarefas seria um indicativo de "inteligência". Mas, alerta ele, "as coisas não são simples assim". Conceitos como "inteligência" ou "personalidade" são eminentemente teóricos, são abstrações que variam conforme as escolas, a época e os autores.

A professora Marilene diz que há escolas que questionam, por exemplo, "a visão positivista de ciência presente na concepção da psicometria, a forma classificatória como os indivíduos são analisados, a generalização de aspectos entre indivíduos, a hierarquização de determinados aspectos do desenvolvimento humano, bem como a valoração positiva de alguns elementos que constituem os indivíduos em detrimento de outros, a padronização de instrumentos de medida psicológica a partir de um determinado grupo cultural e sua generalização para todos os demais indivíduos, sem questionamento das peculiaridades e diferenças sociais e culturais existentes".

De acordo com a professora Bronia, as técnicas e instrumentos psicológicos foram construídos com a finalidade de responder questões específicas, vinculadas a uma determinada forma de concepção de mundo. Assim, raciocina ela, "a uma visão determinista de homem, pode corresponder um instrumento que pretende medir as diferentes interferências sobre um sujeito, de modo a prever comportamentos e intervir na direção da ocorrência daqueles mais desejáveis".

É o mesmo que pensa o professor Senne: "a escolha de itens que sejam representativos da chamada "inteligência" é sempre culturalmente determinada, ou seja, uma escolha já feita". Além disso, prossegue ele, "uma coisa é a obtenção de uma amostra de comportamento em situação artificialmente controlada e outra, bem diferente, é o desempenho de uma pessoa em situações da vida real". Senne fala que estudantes, professores, profissionais de qualquer área podem ser capazes de responder itens de testes. Mas, ressalva,

"quanto a serem capazes de desempenhar certos comportamentos previstos em situações futuras, a validade da classificação se restringe a comportamentos mais simples e rotineiros".

Na perspectiva das correntes psicológicas mencionadas pela professora Marilene, "as potencialidades humanas se constituem como tal na relação que estabelecemos com nossos pares, com outros indivíduos, diante de desafios que são postos no dia-a-dia das relações sociais". Dessa maneira, embora o homem tenha dimensões que o tornam humano, como a linguagem, "tais dimensões passam a se constituir na sua complexidade na medida em que estamos no mundo e relacionamo-nos com um conjunto de possibilidades e de elementos da cultura, mediados por outras pessoas e fatos aos quais estamos expostos". Marilene Proença afirma que se há um processo de humanização dos indivíduos, possibilitando que desenvolvam suas capacidades, dimensões afetivas, cognitivas, e aspectos a serem desenvolvidos, "esse processo se dá na relação com as oportunidades que são vividas e presentes na realidade cultural e social de cada um de nós, nos desafios que cada um de nós enfrentará ou compreenderá enquanto objeto de enfrentamento". É como acreditar que é possível mensurar esta complexidade humana?

Bronia Liebesny levanta o caso da orientação profissional. Segundo ela, o uso de testes como instrumentos de avaliação pretendia levantar características das pessoas, de modo a desenhar-lhes um perfil que seria comparado com aquele definido como das profissões: se houvesse coincidência entre muitas dessas características, o sujeito e a profissão eram considerados mutuamente adequados; a concepção de Homem que está na base da forma descrita de orientação toma-o como um ser que tem um conteúdo/tendência/vocação interno, que ele próprio desconhece, que será "descoberto" com o uso de um instrumento (teste vocacional). O teste, frisa ela, "passa a ter um caráter preditivo e a responsabilidade pela escolha profissional não cabe ao sujeito". A professora da PUC-SP entende que essa concepção de homem resulta, na orientação assim realizada, "em desconsiderar a capacidade do indivíduo de transformação de suas relações, já que propõe possibilidades vinculadas ao que já está aprendido, pensado, desejado, como se fosse natural seu desfecho de "escolha", que ele somente ainda desconhecia; como se sua inteligência ou sua personalidade fossem estáticas e não em desenvolvimento constante e permanente". Assim, Bronia considera que nessa forma de trabalho "não houve escolha pelo sujeito". Ele não teve a opção de concordar ou de transformar.

A avaliação psicológica deve ser feita de acordo com a situação, com os objetivos, preconiza o professor Wilson Senne. É possível fazer a avaliação sem testes, "baseando-se em entrevistas, observação participante, acompanhamento clínico". Ele ressalva que testes em geral são úteis para avaliação em escala, com grande quantidade de sujeitos, ou em situações em que o tempo é curto, como nas orientações vocacionais. Em contrapartida, emenda Senne, "a avaliação psicológica "qualitativa" geralmente é individualizada, mais demorada e profunda".

A professora Marilene aprofunda ainda mais o debate: levando em conta a formação dos indivíduos na sua dimensão histórico-cultural, diz ela, uma das mais importantes mediações nesta constituição, é a mediação da educação, seja ela formal, oferecida pela escolarização, ou informal, presente no processo de socialização. "Portanto, avaliar o que se passa nesse processo, o que ocorre nesta dimensão da vida humana é algo de uma enorme complexidade". Suscita uma série de indagações, de acordo com ela: Que instrumentos podemos construir, a partir do ponto de vista psicológico, para compreender a complexidade da constituição dos indivíduos no campo educativo? Como nos aproximar do universo de sentimentos, emoções, relações, pensamentos, valores, enfim do conjunto de interrelações que nos constituem como seres humanos, presentes em determinado grupo social, cultural, constituídos na dimensão educativa? Seria possível transformar esta complexidade em alguns aspectos e dizer que estes são suficientes para explicitar 'o que-fazer' humano?

O professor Senne comenta ainda que o uso indiscriminado de psicotestes, "aplicados de maneira mecânica, para 'fazer de conta' que as pessoas estão sendo avaliadas", banaliza a avaliação psicológica. Os testes, conforme ele, podem, sim, predizer comportamentos humanos. "Desde que a situação de teste seja muito semelhante à futura situação real, o que só é possível abrangendo desempenhos bem restritos e pontuais", aponta o professor da UFBA, emendando: "O problema é que raramente ou nunca o objetivo do teste psicológico é a mensuração de uma amostra de comportamento diretamente abrangida pelo teste; o que geralmente interessa são indicadores de áreas mais amplas e significativas do comportamento, casos estes em que, inversamente, a previsão, quando existe de fato, é mínima".

A professora Bronia Liebesny contribui com essa discussão, partindo da concepção de homem como ser transformador do mundo no qual se transforma. E preconiza: "o conhecimento sobre si e de seu mundo deve lhe dar condições de construir um projeto de vida que pode constantemente ser revisto, a partir de suas experiências, da sua capacitação para novos objetivos, configurando um percurso não natural, nem apriorístico ou pronto". Dessa forma, prossegue ela, "instrumentos de avaliação adequados podem propiciar ao sujeito o conhecimento de si (de seus desejos, gostos, auto-imagem, imagem social...); mas, em Orientação Profissional torna-se imprescindível o conhecimento do mundo do trabalho (para que serve o trabalho, qual o lugar dele na vida do sujeito, quais as conseqüências de se inserir pelo trabalho, quais as regras que regem o mundo do trabalho...), e o conhecimento das profissões existentes e suas relações, também em transformação; assim, testes podem não dar conta da complexidade das individualidades dos sujeitos nesta situação".

Retomando, Marilene Proença afirma que, na Psicologia,

ainda se está muito longe de construir instrumentos que permitam compreender o conjunto de relações e interrelações que constituem os indivíduos. Nossos instrumentos, ressalva a professora da USP, "podem, na melhor das hipóteses, apontar alguns dos elementos constitutivos de nossa humanidade". Mas, para isso, "é fundamental que consideremos o indivíduo na sua historicidade, dimensão que trata tanto de sua história pessoal, como da constituição desta na relação com os mais diversos espaços da vida; compreender que sentido pessoal atribui a determinadas questões que lhe são postas pela educação; que significado social tem para este indivíduo a dimensão educativa". Caso contrário, "se não consideramos os indivíduos em sua complexidade humanizadora, corremos o risco de atribuir aos nossos instrumentos um alcance que eles não possuem e, além disso, dar à Psicologia um poder que ela também não tem".

Levando em conta a expressão de cada subjetividade, somente as chamadas 'metodologias qualitativas' tentam responder à exigência de qualidade da avaliação psicológica, de acordo com Wilson Senne. Como a fundamentação teórica é diferenciada, envolvendo noções de fenomenologia, de psicanálise, de etnologia etc., "é exigida a 'implicação' do examinador na situação de exame, alguma familiarização com as pessoas consideradas, o que demanda maior tempo de investigação, pesquisa de campo", ensina o professor. Os testes, porém, não produzem, simplesmente, classificações maniqueístas, apesar de serem usados para isso: "interesses institucionais determinados podem requerer classificações 'maniqueístas' (tipo normal/patológico, acima ou abaixo da média, etc.), mas isso, como dado bruto, não apresenta nenhum interesse psicológico".

A professora Bronia diz que é importante perceber que as pessoas escolhem muitas coisas em suas vidas, constantemente: a escolha profissional é uma delas e requer um exercício de tomada de decisão com minimização de riscos; como a escolha profissional, na nossa sociedade, se coloca necessariamente ao jovem, este processo nem sempre é percebido como tal, por isso cabe ao orientador esse papel de "orientar para a possibilidade de escolha". No caso de adultos, o processo é o mesmo, retomando a percepção, pelo sujeito, do que foi valorizado/desvalorizado no decorrer de seu trajeto até o momento atual de reavaliação/conflito, das determinações de seu percurso e das suas aquisições, propiciando-lhe o domínio de suas decisões. Nesse contexto, opina ela, "o psicólogo é um facilitador da compreensão do processo de escolha pelo sujeito, e não um relator de um destino previamente configurado do qual o profissional tenha conhecimento privilegiado pela leitura de instrumentos específicos".

Quando se fala em avaliação psicológica, detalha a professora Marilene, busca-se construir alternativas no campo da Psicologia que se aproximem da compreensão da complexidade humana. Pois, a dimensão psicológica não está

distanciada de nenhuma das outras dimensões presentes no processo de humanização. Jamais se pode isolar um aspecto do indivíduo, sob pena de desconsiderar sua constituição. Portanto, afirma ela, "este desafio nos põe, enquanto psicólogos, diante da necessidade de compreendermos a particularidade de cada um, sem, no entanto, desconsiderar na sua constituição aquilo que pertence ao gênero humano e a sua historicidade". E, por isso, tem questionado em sua prática psicológica no campo da educação escolar, os instrumentos padronizados, os testes psicológicos, enquanto formas de avaliação psicológica que simplificam, minimizam, reduzem a complexidade humana. "É possível avaliar o contexto de produção de uma queixa escolar, de um sofrimento frente ao processo educativo sem testes, sem a classificação, sem a padronização", assegura. Assim como é possível "constituir relações interpessoais que explicitem sentimentos, sentidos, significados, valores, formas de compreender a realidade, os medos, as dificuldades, as ameaças, os desafios etc.". O discurso, o desenho, as expressões gráficas, o jogo, o teatro, as relações grupais, a fotografia, os contos de fadas, a poesia, a música são mencionados por diversos profissionais e por pesquisadores na área da Psicologia Escolar e Educacional como importantes instrumentos para compreender dificuldades, problemas, angústias de estudantes, professores e pais. Mas, explicita a professora da USP, "esse processo se concretiza se houver

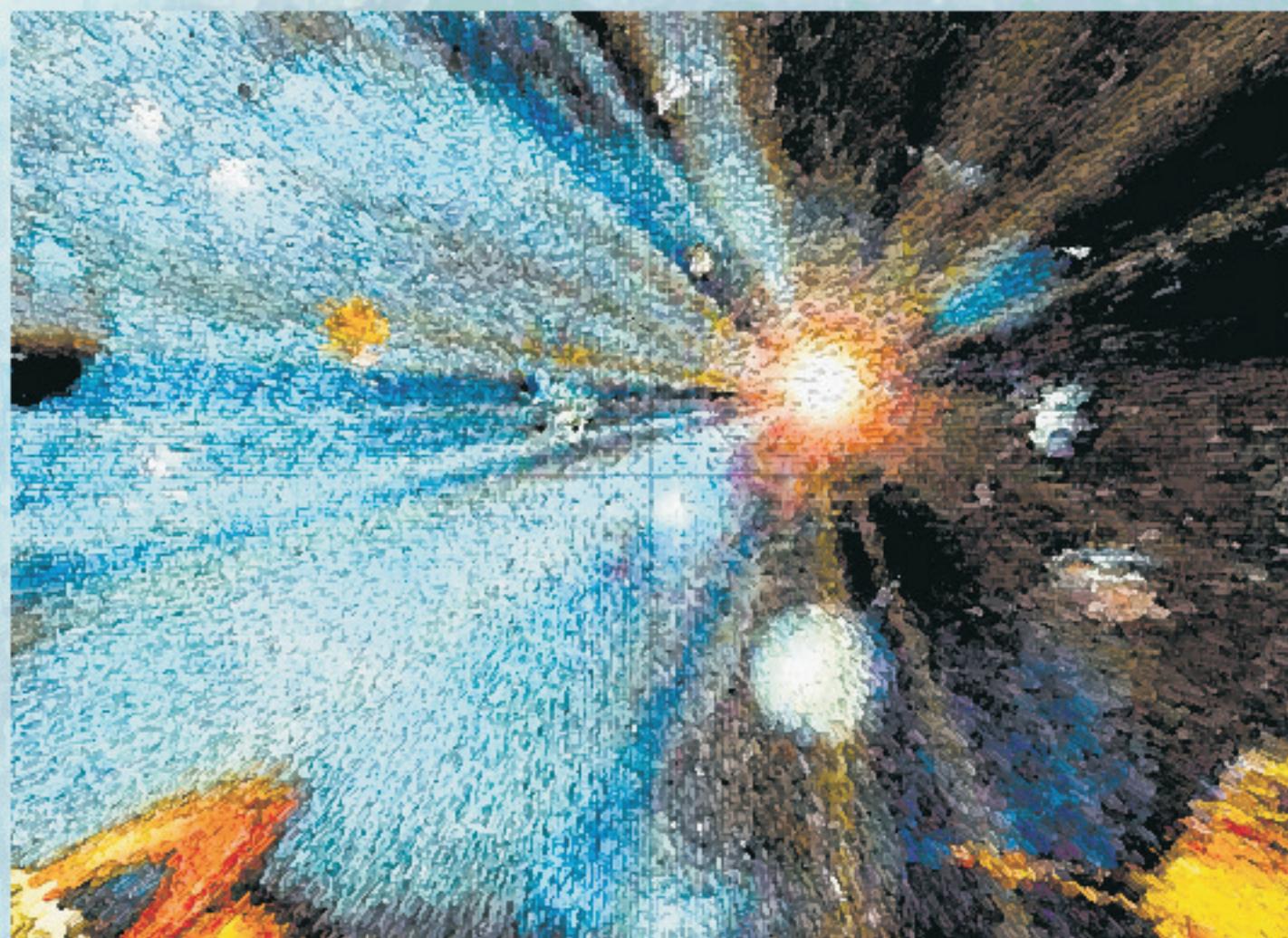
uma clara relação de busca de sentido e de significado entre o psicólogo e aquele que participa desse processo de avaliação, conjuntamente tentando encontrar formas de compreensão do sofrimento que permeiam as relações humanas, seja na escola, seja em outros espaços da vida, bem como formas de superação daquilo que aprisiona e estigmatiza as relações humanas".

O professor Senne arremata: "avaliações (psicológicas, educacionais) podem ser bastante úteis. Existem avaliações e avaliações. Depende do que se faça com elas, e do modo como são feitas". □

1 Psicóloga e mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora na graduação em Psicologia - Departamento de Psicologia Social da PUC-SP.

2 Professora e coordenadora do Serviço e do Laboratório de Psicologia Escolar do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia, USP. Professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Autora de várias publicações na área de Psicologia Escolar/Educacional. Membro da diretoria do Abrapee e conselheira do CRP-SP.

3 Psicólogo (Unesp), mestre (Uiscar) e doutor (Ufba) em Educação. Professor do curso de Psicologia da Ufba, publicou recentemente "Psicologia e Psicodiagnóstico - bases epistemológicas" (Ed. Vozes, 2005).





Um instituto pela ética e pela ciência

Cláudio S. Hutz (*)

O Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) foi criado em 1997, durante o VII Encontro de Avaliação Psicológica, realizado em Porto Alegre. Os objetivos e as motivações originais eram de organizar a área visando melhorar a formação, sistematizar e incentivar a pesquisa e contribuir para o desenvolvimento de uma prática profissional consistente, ética e embasada no conhecimento científico. Apesar dos grandes avanços da área, esses continuam sendo os nossos objetivos básicos.

O crescimento do IBAP e sua consolidação como a sociedade científica, representativa da área de avaliação psicológica, tem permitido uma atuação intensa, organizando congressos nacionais, publican-

do uma revista científica, participando ativamente do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia e procurando atuar em parceria com outras sociedades científicas como a ASBRo, a SBPOT, a SBPH e com o CFP visando sempre o desenvolvimento e a qualificação da área, no ensino, na pesquisa e no exercício profissional.

Muito embora o crescimento da área da avaliação psicológica seja visível e objeto de muita satisfação para todos nós, ainda enfrentamos múltiplos problemas que são graves e requerem ações imediatas. Entre eles, devemos destacar a falta de professores qualificados e pouco consenso sobre como promover a formação, especialmente na graduação, as dificuldades para a produção de novos conhecimentos,

ataques e tentativas de desqualificação da área, até mesmo por psicólogos.

As deficiências na qualificação dos professores decorrem principalmente da falta de investimento em pesquisa e na formação de recursos humanos na área. Apesar da grande demanda por avaliação psicológica apenas recentemente surgiu um curso de mestrado, agora doutorado. Temos linhas de pesquisa em Programas de Pós Graduação em algumas universidades, mas a formação de mestres e doutores é insuficiente para atender às centenas de cursos de graduação existentes no país. Essas dificuldades não são apenas da área da avaliação psicológica, mas da psicologia como um todo no Brasil. Apesar dos avanços recentes na elaboração das diretrizes curriculares, as dificuldades para a formulação de uma proposta pedagógica para cursos de psicologia são bem conhecidas. Temos feito esforços para reunir os professores da área para discutir propostas de organização do ensino de avaliação psicológica e fizemos algum progresso na definição de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no curso de graduação. Porém, as necessidades de formação na área da avaliação não se restringem ao ensino de graduação. A pós-graduação, *stricto e latu sensu*, é fundamental e faz parte das estratégias para o desenvolvimento e qualificação da área. O desenvolvimento de programas de mestrado e doutorado, ou pelo menos de linhas de pesquisa em avaliação psicológica nos programas existentes é crucial para a formação de professores qualificados. O IBAP também está atuando neste contexto, através de publicações, participação

ativa nos simpósios da ANPEPP, com ações visando a integração de laboratórios e procurando facilitar a comunicação entre os pesquisadores da área.

O desenvolvimento da pós-graduação implica o desenvolvimento da pesquisa. Embora nunca se tenha produzido tanta pesquisa em avaliação psicológica no país como nos últimos anos, estamos ainda num estágio muito incipiente e nossa produção não atende adequadamente às demandas sociais e às necessidades práticas do exercício profissional. Para garantir o crescimento e a consolidação da psicologia como ciência e profissão no Brasil, e permitir que psicólogos tenham uma atuação profissional que atenda às demandas sociais e às necessidades da população precisamos fomentar três grandes tipos de pesquisa: 1) pesquisa básica, visando o desenvolvimento, validação e normatização de instrumentos; 2) pesquisa sobre aplicações da avaliação psicológica que respondam a necessidades específicas da nossa realidade (tais como avaliação de indivíduos de baixa escolaridade, grupos em situação de risco, avaliação do impacto de programas sociais, etc); e 3) pesquisa voltada para o desenvolvimento de métodos, técnicas e instrumentos de avaliação para apoiar linhas de pesquisa nas várias áreas da psicologia. Para tanto, porém, é preciso pesquisadores com financiamentos adequados. Entretanto, nos faltam os pesquisadores e o financiamento



da pesquisa no país, em todas as áreas, é extremamente escasso.

Outro elemento fundamental para garantir um exercício profissional ético e tecnicamente adequado envolve o desenvolvimento de sistemas de avaliação e controle de qualidade da formação de psicólogos e dos instrumentos por eles utilizados. O primeiro é de responsabilidade do MEC, através do INEP para a graduação, e da CAPES para a Pós-Graduação. A CAPES tem uma longa tradição de avaliação de programas com a participação efetiva da comunidade científica (deve-se aqui destacar o importante papel desempenhado pela ANPEPP na área da psicologia). Esse sistema de avaliação, em constante aprimoramento, público e transparente, tem sido responsável pela alta qualidade e excelência da Pós-Graduação no Brasil. Infelizmente, a avaliação da graduação não seguiu o exemplo da CAPES e é ainda muito problemática. Infelizmente também, a comunidade científica não tem se mobilizado para melhorar essa avaliação. O IBAP tem se manifestado sistematicamente, levantando esta questão no Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia, mas ainda sem muito sucesso.

A questão da avaliação dos instrumentos foi legitimamente assumida pelo CFP, com o apoio do IBAP e das demais sociedades científicas da área. Porém, embora representem um grande avanço, as ações do CFP neste campo apenas atacam sintomas decorrentes da má formação e da falta de pesquisa. É preciso reconhecer que, graças ao CFP, temos hoje implantado um sistema de avaliação de instrumentos que garante que os testes comercializados atendam a condições mínimas de validade para uso no país. Porém, a necessidade de um sistema como esse reflete e denuncia sérias deficiências na formação dos psicólogos, muitos dos quais não foram adequadamente preparados nos cursos de graduação para avaliar criticamente instrumentos de avaliação psicológica.

Neste contexto, é importante destacar que o selo de qualidade conferido aos instrumentos de avaliação pelo CFP não garante seu bom uso. A escolha, utilização e interpretação adequada de testes requerem conhecimentos sólidos de psicometria e de psicologia que devem ser obtidos na graduação e aprimorados através de programas de educação continuada e na pós-graduação. Se isso não ocorrer, bons testes poderão ser utilizados de forma inadequada. As deficiências na formação se constituem hoje num dos principais desafios da Psicologia Brasileira e sua superação deve continuar entre as principais metas do IBAP.

Em conclusão, apesar de todo o progresso e dos notáveis avanços da área, temos ainda muitas tarefas urgentes. A primeira delas consiste na ruptura de barreiras ideológicas descabidas e na superação de concepções epistemológicas distorcidas e falaciosas sobre a natureza da avaliação psicológica. Muito mais do que um mero conhecimento que perpassa todas as áreas, a avaliação psicológica deve ser vista como uma área embasadora e instrumentalizadora da psicologia. Ou seja, é fundamental reconhecer a legitimidade da área, especialmente pelos próprios psicólogos. Deficiências na formação, ou outros vieses, têm levado, por vezes, alguns psicólogos a uma compreensão equivocada sobre a natureza e benefícios potenciais da avaliação psicológica. Não é raro observar-se ataques e tentativas de desqualificação da avaliação psicológica, inclusive por professores de cursos de psicologia. O prejuízo não é apenas para a área, mas para a própria psicologia e, ainda pior, para a população que poderia se beneficiar do uso adequado dos métodos e técnicas de avaliação.

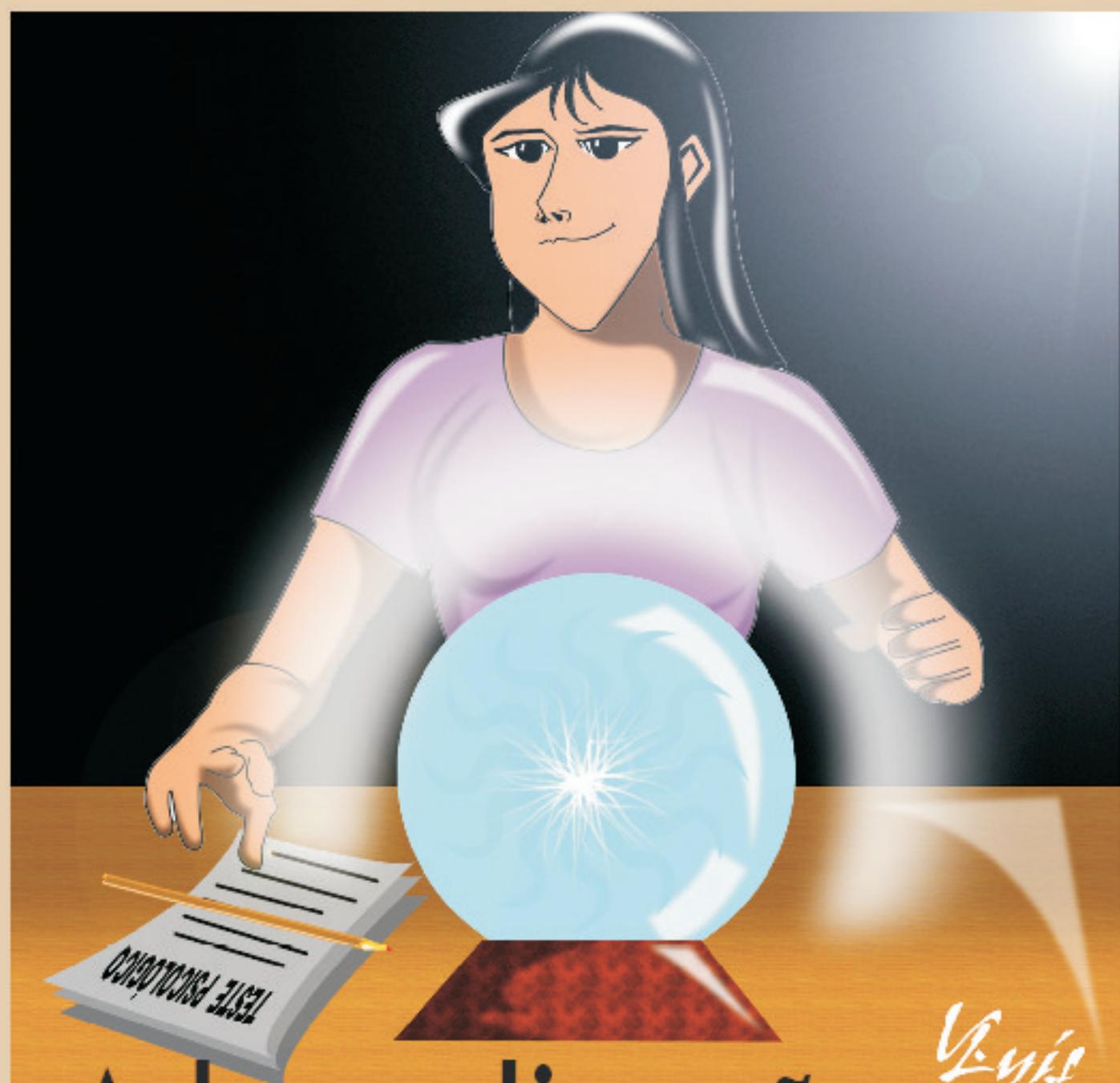
Cumprir insistir que a questão da formação é básica e fundamental. Temos que avançar na discussão sobre as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na graduação e na pós-graduação. O delineamento de estratégias para educação continuada e especialização visando à melhoria do exercício profissional e para a qualificação de professores também está entre as nossas prioridades.

O IBAP seguirá discutindo a priorização de áreas e tópicos de pesquisa para apoio pelas agências, bem como buscando identificar novas fontes de financiamento para projetos nacionais de grande porte. Para incentivar a pesquisa, continuaremos a apoiar a criação e integração de laboratórios bem como o desenvolvimento de formas eficientes de comunicação entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais que atuam na área da avaliação psicológica em vários contextos.

Quando olhamos para frente e nos deparamos com a magnitude dos desafios e das dificuldades que devem ser enfrentadas a tarefa pode parecer impossível. Mas, já percorremos um longo caminho e fizemos avanços que há poucos anos pareciam impossíveis. A jornada continua e, com o apoio e participação ativa da área, continuaremos a avançar. □

(*) Professor titular da Ufrgs, Doutor, ex-presidente do IBAP.

Para mais informações sobre a área e o IBAP acesse o site www.ibapnet.org.br



A banalização de diagnósticos

Iraí Cristina Bocato Alves(*)

Anastasi (1977, p.24) define teste psicológico como “uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento”. Assim pode-se dizer que os testes são instrumentos que permitem fazer diagnósticos e prognósticos, ou seja, prever o comportamento, o que os tornou muito atrativos e populares para o público em geral. O interesse que eles despertam é similar ao que as pessoas têm pelo horóscopo, que neste caso fornece a ilusão de que é possível controlar os aconte-

cimentos do futuro imediato.

Um pouco depois da criação dos primeiros testes, houve um grande entusiasmo e eles começaram a ser aplicados em um grande número de situações e a um grande número de pessoas, porém eles eram ainda instrumentos muito rudimentares, isto é, não tinham um aperfeiçoamento técnico que permitisse sustentar todas as conclusões que eram tiradas a partir deles. Então, depois dessa fase inicial de euforia, os psicólogos começaram a perceber as

suas limitações, o que levou a um descrédito de muitos profissionais a respeito da utilidade dos testes.

O fascínio que os testes exercem sobre o público em geral está ligado ao fato de ser atribuída aos testes uma função quase mágica de descobrir coisas a respeito dos outros, que estes muitas vezes não pretendem revelar. Os testes são considerados como uma "bola de cristal", que revela mistérios, que mostra tudo e prevê o futuro. Assim a imprensa procura tornar essa "bola de cristal" acessível ao grande público, porque esse assunto faz vender revistas e jornais. Como os testes psicológicos não podem ser publicados nas revistas e jornais, porque sua divulgação os tornaria inúteis como testes, a imprensa publica outros que são criados não se sabe por quem. Alguns exemplos de testes publicados em revistas ou disponíveis na internet apresentam títulos muito ilustrativos e que vendem a ilusão de que vão revelar "a verdade". Como exemplos desses testes, pode-se citar alguns títulos encontrados:

Você é ansiosa?

Você daqui a 20 anos.

Você é cruel?

Quem é você na turma?

Você está pronta para a 1ª vez?

E a confiança, vai bem? Você é sensível?

Você é uma boa namorada?

Você é invejosa?

Faça o teste e descubra o perfil dele.

Teste a sua inteligência.

Teste das cores.

Temas como estes são muito atraentes, pois estão ligados a problemas comuns da vida diária das pessoas e trazem a falsa ilusão de que vão resolver os problemas ou indicar como resolvê-los. Muitas pessoas identificam os testes publicados em revistas ou que aparecem na internet como testes psicológicos, mas, embora eles possam estar enfocando aspectos relacionados à vida psicológica do indivíduo, eles não passam de um chamariz para vender mais revistas. Eles não têm nada de científicos e não podem ser chamados de testes psicológicos.

A internet é uma outra fonte inesgotável de testes. Encontra-se teste para tudo, com a consequência danosa de que, além de aparecerem testes inventados por pessoas absolutamente inescrupulosas, ainda ocorre a divulgação indevida de alguns testes, ou parte de testes psicológicos, produzidos em pesquisas científicas sérias, tornando esses instrumentos inúteis pela divulgação de seu conteúdo, causando um grande desserviço à população. Assim são arruinados anos de pesquisa para elaboração de um teste e para obter dados científicos acerca de sua validade. A esse respeito pode-se lembrar também reportagens apresentadas em meios de comunicação

de massa, onde são apresentadas pranchas do Rorschach ou como devem ser interpretadas as partes dos desenhos do HTP ou outros testes. Sabe-se que as pranchas do Rorschach foram apresentadas inclusive num programa de televisão em que uma personagem respondeu ao teste. A única coisa que não se sabe é como essa emissora conseguiu esse material, que é de uso restrito do psicólogo. Também não se sabe se foi tomada alguma providência relativa ao fato pelos órgãos representativos da profissão.

Na internet também podem ser encontrados testes, aos quais você responde e recebe o resultado mediante um pagamento, o que é ainda mais prejudicial, porque eles não têm nenhuma base científica e podem causar danos às pessoas que acreditam nos resultados obtidos por essas fontes. Também não se sabe quem está fornecendo a resposta ou que tipo de respostas são dadas ao interessado. Alguns desses sites afirmam que o teste em questão é um teste de inteligência, ou de personalidade ou mesmo que é um teste vocacional e, é provável, que muitas pessoas, que respondem a esses testes, paguem pela obtenção do resultado e tomem decisões importantes sobre a sua vida com base nos resultados que receberam, achando que estavam sendo orientados por um profissional formado e competente.

É importante resgatar o valor de um teste psicológico aplicado por um profissional competente, como parte de um processo de diagnóstico, em que as informações obtidas pela aplicação de um ou mais testes vão ser integradas com outros dados sobre a história de vida do indivíduo, de entrevistas e da observação do comportamento. Um teste não faz mágica, seus dados devem ser interpretados dentro de um contexto mais amplo, relacionado a outros conhecimentos de Psicologia, por um profissional habilitado, que se preocupa com as condições adequadas para aplicação, bem como com o tipo de relação estabelecida com o cliente e que tem que ser considerada na análise dos resultados. E a necessidade de um profissional qualificado é uma das razões para que na regulamentação da Lei 4119, de 27 de agosto de 1962, a utilização de testes psicológicos tenha sido incluída como a única função privativa do psicólogo, ainda que muitos psicólogos a desvalorizem.

Infelizmente os cursos de graduação de Psicologia também são responsáveis pela banalização dos testes, pois vem ocorrendo um movimento muito grande de redução na carga horária destinada às disciplinas de avaliação psicológica nos currículos de graduação. Alguns cursos nem ensinam testes. Em muitos cursos os alunos estudam alguns testes rapidamente, muitas vezes sem nenhuma vivência da prática de aplicação, de avaliação e de interpretação,

bem como da elaboração de relatórios sobre essa prática. Além disso, o teste é visto rapidamente e sem aprofundamento, fazendo com que frequentemente o aluno acredite que aquilo é uma coisa mecânica e, que no dia em que ele precisar aplicar um teste, ele vai pegar o manual, ler as instruções e aplicar, sem nenhuma preparação ou conhecimento prévio. Sabe-se que muitos alunos e psicólogos, aplicam os testes sem nenhuma preocupação com a padronização das instruções, bem como usam materiais improvisados, folhas de respostas copiadas ou xerox, o que leva a que os seus resultados não passem de uma enganação. O que acontece em consequência é que esses resultados não são confiáveis e podem trazer prejuízos às pessoas avaliadas.

Como consequência desse profissional mal preparado, os testes psicológicos começaram a ser vistos como culpados de diagnósticos errados ou mesmo de processos que têm sido motivos contra psicólogos na justiça.

Outro aspecto que deve ser lembrado é que com as Resoluções 025/2001, e 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), começou a haver uma preocupação com a qualidade dos testes psicológicos, mas o mesmo não ocorreu em relação à formação do psicólogo. Não adianta ter um teste bom com um profissional ruim.

A Resolução 002/2003 estabeleceu os critérios utilizados para avaliação dos testes psicológicos, que deveriam ser julgados por uma Comissão Consultiva e por pareceristas indicados pela Comissão. Infelizmente a forma como a lista dos testes aprovados pela Comissão foi divulgada pela imprensa trouxe sérios danos à imagem do psicólogo e aos testes psicológicos. A mensagem que foi veiculada para o público era de que os testes não valiam nada. Não foi dada a informação sobre o real significado dessa

lista, porque muitas vezes um teste não foi aprovado, porque o seu manual não estava atualizado, ainda que o teste fosse bom. Também não foi informado que aquela lista refletia uma situação provisória e que muitos testes não aprovados num primeiro momento poderiam ser aprovados posteriormente, como aconteceu com vários testes. No momento seria conveniente fazer uma pesquisa de opinião para saber se essa imagem já foi alterada ou se os psicólogos e os testes ainda continuam no descrédito do público.

Diante do panorama atual relativo à formação dos psicólogos, o número excessivo de cursos de psicologia em funcionamento, sem garantias da qualidade do profissional que está sendo formado e, considerando a desvalorização da área de Avaliação Psicológica nos currículos dos cursos, com a consequente diminuição da carga horária, parece que a utilização competente dos testes psicológicos e a realização de avaliações não encontram um terreno muito favorável. Desta forma ainda que haja resistências à idéia de se regulamentar a Especialização em Avaliação Psicológica, esta parece ser a solução para se resgatar a imagem e o valor dos testes psicológicos. Este especialista deverá ter uma formação complementar voltada para a Avaliação Psicológica, de modo a garantir uma atuação competente e confiável na utilização dos testes e na realização de avaliações. □

(*) Professora do Instituto de Psicologia da USP, Laboratório Interdepartamental de Técnicas de Exame Psicológico (Litex)

Referências bibliográficas:

- Anastasi, A. (1977). Testes psicológicos. São Paulo: EPU.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). Resolução CFP: 002/2003. Caderno especial de resoluções. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Revista da Ulapsi:

**saiba mais sobre a
Psicologia
Latino-americana**



Adquira sua
revista virtual
através do
download no site:

www.psicolatina.org/revista



Prevenção Riscos Identificação precoce

Marcelo Tavares (*)

A avaliação psicológica no Brasil percorreu um longo caminho em pouco tempo. No entanto, uma observação atenta desse amadurecimento também revela o caminho ainda a percorrer. Esse caminho diz respeito a duas grandes vertentes: uma polariza questões referentes à necessidade de aprimoramento progressivo da validade dos instrumentos e procedimentos de avaliação; outra diz respeito ao emprego desses instrumentos e procedimentos no cotidiano profissional do psicólogo. O exame dessas vertentes nos leva a perguntar em que medida os novos desenvolvimentos da avaliação psicológica exercem influências diretas na prática profissional, para o benefício do profissional e da comunidade. Neste texto, examinarei o uso da avaliação psicológica em saúde, buscando situar campos possíveis de inserção da avaliação na prevenção em Saúde Mental.

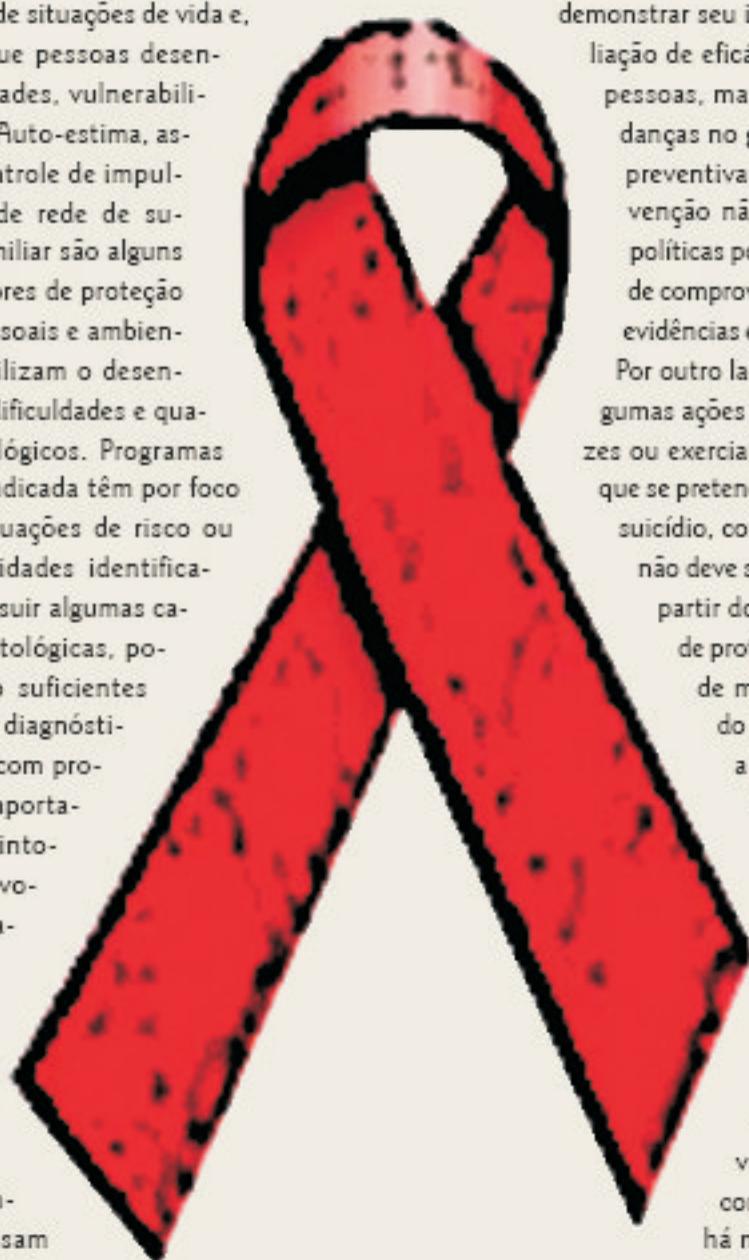
Em 1992, o Institute of Medicine (EUA) formou um comitê especial visando o desenvolvimento da área de prevenção de transtornos mentais. Em 1994, um extenso relatório foi publicado revendo e avaliando o corpo de pesquisas e de estratégias de intervenção preventiva (Mrazek e Haggerty, 1994; Muñoz, Mrazek e Haggerty, 1996; Kalafat, 2003). Várias recomendações importantes foram emitidas, entre elas, que o termo 'prevenção' seja restrito ao trabalho com grupos não clínicos, ou seja, antes que

um diagnóstico possa ser atribuído. Assim, este relatório recomenda o abandono da terminologia prevenção primária, secundária e terciária, por sua dificuldade conceitual e metodológica. Para casos com diagnósticos clínicos, deve-se reservar o termo tratamento, e não prevenção. Enquanto a prevenção focaliza risco e vulnerabilidades, o tratamento focaliza a contenção ou reversão do dano (Tavares, Montenegro e Prieto, 2004). Outra recomendação desse relatório refere-se à diferenciação das estratégias preventivas em universal, seletiva e indicada.

Programas de prevenção universal têm por foco toda uma população (ex.: jovens) e têm por objetivo diminuir o risco e evitar que o problema venha a se estabelecer, trabalhando a partir da eleição de focos prioritários de ação (ex.: a prevenção de DST/AIDS, uso de drogas, violência doméstica, entre outros). Tais modelos fundamentam-se nas perspectivas de educação, informação e formação de consciência. Programas de prevenção seletiva almejam atingir subgrupos de uma população expostos a fatores de risco epidemiológicos (ex.: casais na primeira gravidez; universitários cursando disciplinas de alto índice de reprovação; estudantes em pontos de transição, como os pré-vestibulandos e calouros nas universidades). Modelos de prevenção seletiva visam reduzir o impacto de características reconhecidas de risco e favorecer fatores de proteção relevantes no

enfrentamento de situações de vida e, assim, evitar que pessoas desenvolvam dificuldades, vulnerabilidades ou risco. Auto-estima, assertividade, controle de impulso, qualidade de rede de suporte, apoio familiar são alguns exemplo de fatores de proteção – condições pessoais e ambientais que inviabilizam o desenvolvimento de dificuldades e quadros psicopatológicos. Programas de prevenção indicada têm por foco pessoas em situações de risco ou com vulnerabilidades identificadas. Podem possuir algumas características patológicas, porém, ainda não suficientes para definir um diagnóstico (ex.: jovens com problemas de comportamento, com sintomas leves provocando dificuldades acadêmicas, com ideação suicida, ou que fazem uso excessivo de álcool). Modelos de prevenção indicada visam impedir a evolução de dificuldades, vulnerabilidades ou risco para uma condição patológica e evitar a necessidade de tratamento (Tavares e cols., 2004).

A avaliação psicológica tem vários papéis importantes e deve ser inserida em contextos de prevenção universal, seletiva e indicada. Ressaltaremos três desses papéis: a avaliação de eficácia, a identificação precoce de risco e a identificação de casos. Como a área de prevenção e promoção da saúde é uma ciência jovem, toda nova iniciativa de prevenção deve inserir, em seu planejamento, meios de aferir sua validade e



demonstrar seu impacto. O objetivo da avaliação de eficácia não é o diagnóstico de pessoas, mas o de acompanhar as mudanças no grupo em função das ações preventivas. Bons programas de prevenção não sobrevivem a mudanças políticas por não desenvolverem meios de comprovar sua eficácia com base em evidências empiricamente sustentadas. Por outro lado, foi demonstrado que algumas ações preventivas não eram eficazes ou exerciam influências contrárias ao que se pretendia. Na área de prevenção de suicídio, considerável evidência do que não deve ser feito tem sido fornecida a partir do uso de medidas de fatores de proteção e de risco do suicídio e de medidas do conhecimento e do sentimento subjetivo frente a situações de risco de suicídio (Kalafat, 2003).

Uma das funções mais promissoras da avaliação psicológica a ser inserida nas iniciativas de prevenção é a identificação precoce de risco. Sua maior relevância se dá na prevenção seletiva, por lidar com grupos de risco nos quais há maior probabilidade de haver pessoas com vulnerabilidades que demandem uma ação/intervenção específica. Por exemplo, um programa de acompanhamento de jovens grávidas pode fazer uma avaliação de uma série de fatores de risco e de proteção, como: qualidade da rede de apoio, resiliência, auto-estima, desesperança, desamparo, risco de suicídio, entre outras. O objetivo pode ser diminuir a incidência de situações graves no pós-parto, como as depressões e os problemas na diáde mãe-bêbe.

Em 2003, em uma avaliação de calouros, incluímos escalas de fatores de proteção e de risco de suicí-

dio (Montenegro, Tavares, e Prieto, 2003). Aqueles identificados com vulnerabilidades foram chamados para uma devolutiva, a partir da qual um encaminhamento para tratamento pôde ser realizado.

Em exemplos como estes, as pessoas identificadas podem ser encaminhadas para programas de prevenção indicada (se portadores de vulnerabilidades), ou para programas de tratamento ou intervenção em crise (caso haja comprometimento psicopatológico configurado). Há uma diferença conceitual entre identificação precoce de risco e identificação de casos. Na primeira, o foco é identificar vulnerabilidades, na última, o foco é identificar quadros psicopatológicos que demandam tratamento. O trabalho com grupos de risco (prevenção seletiva) cria oportunidades para identificar tanto pessoas com vulnerabilidades significativas quanto aquelas com quadros constituídos. Chamamos de transição de cuidados o trabalho de colocação e acompanhamento dessas pessoas em grupos de prevenção indicada ou em tratamento para a condição psicopatológica, conforme o caso. A transição de cuidados é uma estratégia de atenção em saúde que se situa na fronteira entre a prevenção e o tratamento e depende, portanto, da identificação precoce de risco e da identificação de casos.

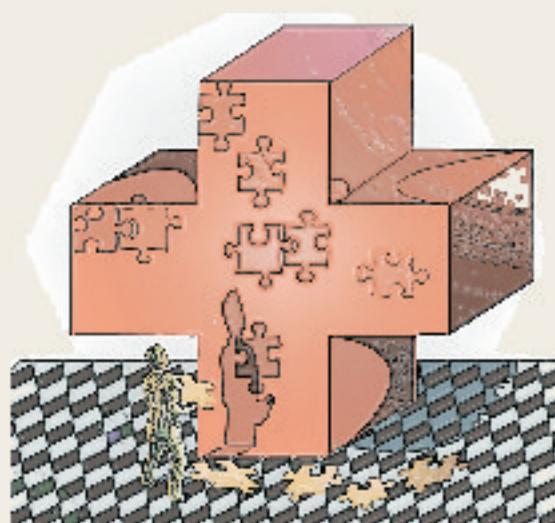
Algumas recomendações finais. Um programa de prevenção deverá ter uma base conceitual e empírica clara, e a escolha de instrumentos ou procedimentos de avaliação a serem utilizados dependerá dos objetivos, do tipo de impacto almejado e dos aspectos subjetivos e objetivos envolvidos. Deve-se utilizar instrumentos sensíveis ao impacto almejado, avaliando tanto aspectos internos, como estados subjetivos (atitudes, sentimentos) quanto observáveis (comportamentos). Fatores de proteção devem ser inseridos, pois são mais preditivos de resultados das ações preventivas e estão relacionados a múltiplos problemas, de modo que programas de prevenção dirigidos a fatores de proteção terão mais chances de ter um impacto positivo mais abrangente. Por fim, deve-se procurar integrar os procedimentos de avaliação da eficácia, de identificação precoce de risco e de identificação de casos, observando a superposição

de procedimentos, os aspectos operacionais do processo e a diminuição de custos. Entendo, desse modo, que a área de avaliação psicológica tem muito a oferecer para a consolidação da prevenção em saúde mental no Brasil, assim como já tem feito em outros países do mundo. □

(*) Professor da Universidade de Brasília.

Referências

- Mrazek, P.J. & Haggerty, R.J. (1994). *Reducing Risk for Mental Disorders: Frontiers for Preventive Intervention Research*. Washington, DC: National Academy Press.
- Muñoz, R.F.; Mrazek, P.J. & Haggerty, R.J. (1996). Institute of Medicine Report on Prevention of Mental Disorders. *American Psychologist*, 51(11), 1116-1122.
- Kalafat, J. (2003). School Approaches to Youth Suicide Prevention. *American Behavioral Scientist*, 46(9), 1211-1223.
- Tavares, M.; Montenegro, B. & Prieto, D. (2004). Modelos de Prevenção do Suicídio: Princípios e Estratégias. Em Gunther Maluschke, Júlia Bucher-Maluschke & Klaus Hermanns: *Direitos Humanos e Violência*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer. www.sustentavel.inf.br/arquivos/publica/DireitosHumanos.pdf
- Montenegro, B.; Tavares, M. & Prieto, D. (2003). Prevenção do suicídio em estudantes universitários por meio da identificação precoce de risco. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 8.



Deficiências do ensino no Brasil

Pouco mais de 40 anos depois de regulamentada no Brasil, a psicologia passa por uma grande reformulação no que diz respeito à formação dos profissionais. É bem verdade que essa discussão não é novidade, pois desde 1962, quando a prática foi oficializada como profissão, a formação dos psicólogos brasileiros tem sido questionada. Atualmente, porém, as críticas nesse sentido giram em torno da constatação de que os atuais currículos enfatizam uma formação básica, em todo o território nacional. Isso pode gerar uma formação inconsistente, considerando que são priorizados apenas poucos elementos essenciais, em detrimento de outros, não menos relevantes”.

Esse é um dos raciocínios de estudos desenvolvidos por pesquisadores e alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade São Francisco, em Itatiba (SP), único do país cuja área de concentração é a avaliação psicológica. O objetivo do estudo era analisar as ementas de disciplinas relacionadas ao tema. Assim como se concluiu que há uma deficiência na formação geral do psicólogo, também se apontou problemas em relação ao ensino da avaliação psicológica, considerado por demais generalista e com uma média muito reduzida de disciplinas no currículo das instituições de ensino de psicologia.

De acordo com o estudo, existe uma “carência” na formação do psicólogo brasileiro, em boa parte devido ao tipo de planejamento curricular e à preocupação com a qualidade de ensino apresentada pelas instituições formadoras. Com o foco dirigido

para a formação em massa de profissionais, as instituições negligenciam as atividades práticas e de pesquisa e desconsideram a qualidade do ensino, levando, com isso, à ausência de preparação acadêmica com viés mais científico.

Enquanto as primeiras discussões em relação ao tema psicologia e sua trajetória, no Brasil, se deram ainda no meio do século 19, por meio de obras filosóficas e teológicas, nos seminários católicos, pouco se sabe sobre a construção do período inicial do ensino da avaliação psicológica. Os poucos elementos existentes dão conta de que, devido ao tamanho e diversidade do país, criou-se diferentes expressões de técnicas e testes, na cultura de cada estado. Sem uma produção nacional consolidada, os próprios docentes construíam seus materiais, produzindo o que é considerado hoje a primeira literatura clássica sobre psicometria no Brasil, mostra a pesquisa.

Entre as décadas de 20 e 50 do século passado o enfoque dos estudos eram os testes de inteligência, principalmente com crianças, e os testes de aptidão. A partir daí acentuou-se a pesquisa sobre avaliação de personalidade, voltada para orientação profissional, psicomotricidade, desenvolvimento infantil e adaptação dos instrumentos, criação de normas e condutas éticas dos testes. Na década seguinte houve uma diminuição na produção de artigos sobre o tema, que voltou a crescer somente a partir da década de 70.

O estudo mostra ainda que embora a avaliação psicológica represente um dos pontos principais na

formação do psicólogo, à medida que se relaciona com diversas disciplinas e subsidia a prática profissional em diversas áreas de atuação, ela ainda tem sido reduzida à aplicação de testes. Pouco se tem produzido para nortear o processo de ensino e aprendizagem de testes, alerta Ana Paula Porto Noronha, coordenadora do estudo e docente do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco.

O aluno chega com um grande interesse em conhecer e se instrumentalizar, mas em contrapartida revela alguma resistência, sob a forma de críticas e expressões como "teste rotula", "teste é um instrumento ideológico", "os testes não são padronizados para o Brasil", entre outras. Nesse sentido, o maior desafio para o docente é tra-

"Para se trabalhar com um instrumento é necessário partir de uma visão de homem, levando-se em conta o referencial filosófico fundamental que, se não considerado, pode acarretar a utilização fragmentada e descontextualizada da técnica", alerta a pesquisa.

O resultado desse contexto é um uso inadequado dos testes, em razão da carência na formação profissional. Ao lado disso, a má formação não estimula o interesse de novos pesquisadores, o que tende a não favorecer o desenvolvimento de novos instrumentos.

"A formação em avaliação deveria ensinar o aluno a pensar sobre os testes, sobre o instrumento, suas limitações e alcances, profundidade e extensão de aplicação. A educação, nesse sentido, não deveria ficar presa à uma quantidade ou tipo específico de

balhar com essa desmistificação, muitas vezes reforçada pela fundamentação teórica pouco explorada pelas disciplinas de Técnicas de Exame Psicológico, que por sua vez, deveriam demonstrar uma preocupação maior com a construção do instrumento.

Ou seja, no Brasil a psicologia ainda se limita a consumir técnicas, no lugar de se ocupar com a produção de novas teorias.



testes. O aluno deveria ter a capacidade de estabelecer articulações dos resultados dos testes, com os demais aspectos levantados no processo de coleta de dados", conclui a pesquisa.

Um exemplo dessa deficiência no ensino da disciplina pode ser constatado em outros estudos que também pretendiam pesquisar a formação na área de avaliação psicológica, de forma a fomentar reflexões sobre apropriação de conteúdos, estratégias e metodologias de ensino, dentre outros aspectos. Embora os trabalhos tenham percursos metodológicos distintos, amostras variadas e instrumentos de coleta específicos, em comum, eles revelam uma preocupação com a atual preparação do psicólogo na área de avaliação.

Os estudos encontrados não esgotam o assunto, apenas oferecem dados de pesquisa que, somados a outros estudos, poderão colaborar para o avanço da formação em avaliação psicológica. Nesse sentido, algumas investigações da professora Ana Paula Porto Noronha e colaboradores, tiveram a intenção de comparar desempenhos de alunos de diferentes cursos e séries, em um instrumento que continha questões básicas sobre a avaliação. Os resultados geraram reflexões interessantes, à medida que nem sempre os alunos de psicologia, ou os de séries mais avançadas obtinham melhores pontuações, como era de se esperar. Em alguns itens, o maior acerto de outros grupos chamou a atenção e surpreendeu os pesquisadores, reforçando a questão que permeava o estudo, ou seja, de que se faz necessário repensar a formação do psicólogo.

Esse resultado corrobora a afirmativa, do primeiro estudo citado, de que a formação carente do psicólogo, sobretudo na área da avaliação, leva ao uso inadequado dos testes. Como o objetivo da pesquisa era analisar as ementas das disciplinas relacionadas à avaliação psicológica, chegou-se à conclusão que a média de disciplinas com esse foco é de duas, por universidade, considerada muito baixa.

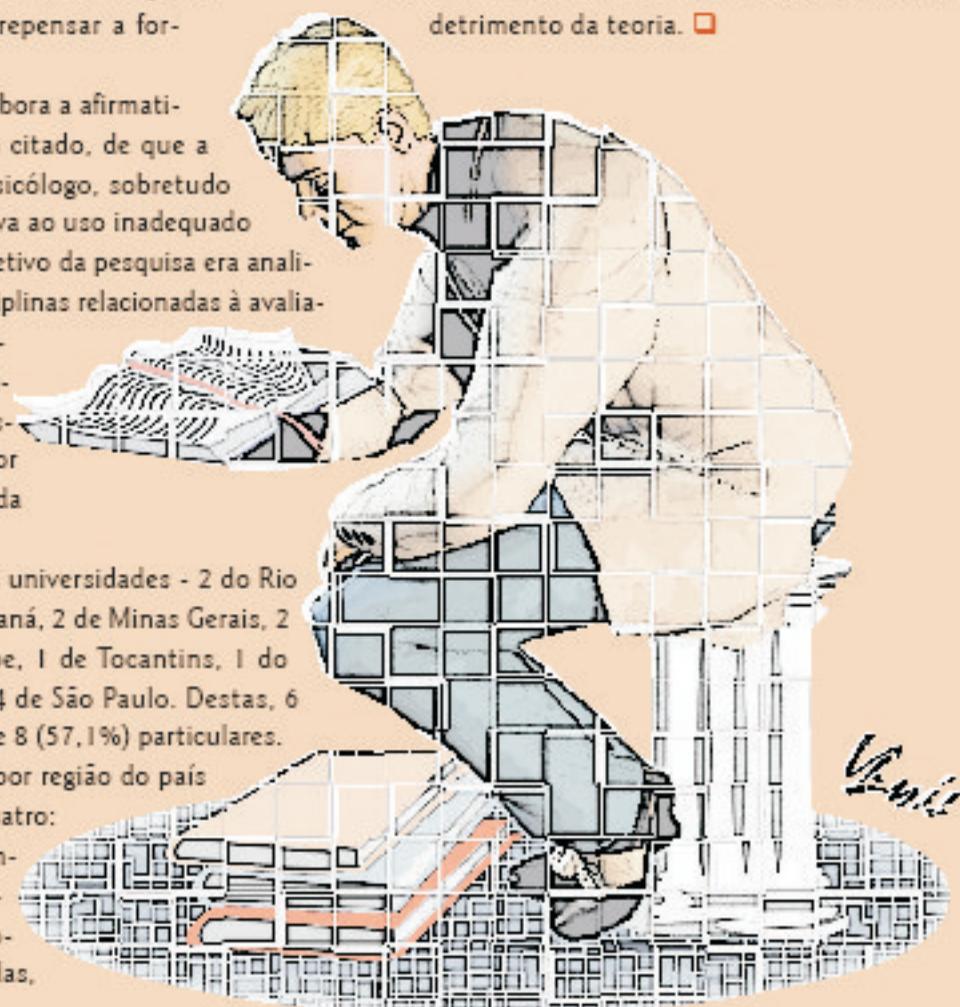
Foram estudadas 14 universidades - 2 do Rio Grande do Sul, 1 do Paraná, 2 de Minas Gerais, 2 da Paraíba, 1 de Sergipe, 1 de Tocantins, 1 do Mato Grosso do Sul e 4 de São Paulo. Destas, 6 (42,9%) eram públicas e 8 (57,1%) particulares. Quanto à distribuição por região do país foram contempladas quatro: Sul (3), Sudestes (6), Centro-Oeste (2) e Nordeste (3). Em 16 categorias de análises definidas,

as ementas classificadas mostram que não há concordância entre as universidades brasileiras no que se refere à nomenclatura das disciplinas. Também chamou a atenção a diversidade, pois foram encontradas 39 disciplinas referentes à avaliação psicológica nestas universidades.

Para os pesquisadores, o resultado mostra que, com uma média baixa dessas, para dar conta de toda a formação necessária, as disciplinas acabam por oferecer grande quantidade de conteúdo, o que prejudicaria o ensino. Por isso, afirmam ser "urgente a definição de temas e eixos norteadores para a área".

Outra constatação do estudo é o grande número de disciplinas que abordam conteúdos diferentes, assim como o número exagerado de conteúdos ministrados por uma única disciplina. Essa premissa confunde-se, segundo a pesquisa, com a também constatada diversidade regional brasileira, que produz universidades diferentes, com currículos diferentes, em diferentes regiões do país. Ainda que essa diversidade tenha seu lado positivo, ela também contribui para a falta de estabelecimento de critérios quanto a uma formação básica.

A pesquisa concluiu, portanto, que quanto à formação em avaliação psicológica, ainda há carência na definição sobre quais conteúdos devem ser priorizados, qual a melhor forma de ensinar e quais instrumentos escolher, dentre outros. As universidades oferecem poucas disciplinas com esse conteúdo, o que resulta em ensino superficial, com o ensino focalizado nas técnicas, em detrimento da teoria. □





Pirataria ameaça testes

É crescente a procura por testes psicológicos no país, não só para uso clínico, mas também para uso em outros setores da vida prática, como na área educacional, de recrutamento, seleção, orientação profissional, área jurídica, de esporte e concursos públicos. Segundo avalia o diretor da editora Casa do Psicólogo, Ingo Bernd, a busca por esse instrumental de avaliação "tem aumentado significativamente nos últimos anos, principalmente porque os resultados das técnicas e métodos da psicologia oferecem cada vez mais credibilidade e segurança ao profissional e àqueles que dele necessita".

Ainda segundo Ingo, uma grande parte dos testes em comercialização no Brasil são técnicas ou adaptações estrangeiras, que são conceituadas quanto à sua validade e precisão no âmbito da avaliação psicológica internacional, embora, "atualmente, as principais editoras de testes estejam investindo em pesquisas e na produção de instrumentos essencialmente nacionais", explica.

Nesse ponto, há divergência. Segundo o diretor da Vetor Editora, José Glauco Bardella, "a maioria das publicações nesse sentido creio já serem nacionais". Especialmente sobre testes nacionais, o mercado também se expande: "Temos produtos nacionais pioneiros e criativos, alguns inovadores, que estão sendo adquiridos pelos profissionais", completa.

A comercialização de testes psicológicos hoje, no Brasil, segue as determinações da Resolução 02/2001, do Conselho Federal de Psicologia, que restringe a venda somente para psicólogos, devidamente inscritos no CFP, de acordo com o Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964, que regulamenta a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, a qual dispõe sobre a profissão de psicólogo.



Como a busca por testes tem crescido no país, também, ao mesmo tempo, têm se diversificado as formas de pirataria, que agredem as normas técnicas básicas de aplicação e de interpretação dos testes. A prática da pirataria pode, simplesmente, anular o potencial analítico do teste.

Segundo os editores, a pirataria de testes vem afetando principalmente os protocolos e os softwares dos testes, que são reproduzidos de maneira não autorizada, causando perdas relacionadas aos direitos autorais dos testes, embora essas cópias, muitas vezes grosseiras, possam ser facilmente identificadas, por não apresentarem qualidade semelhante ao material original. Da Vetor, Glauco Bardella é enfático diante dessa situação: "De nada adianta o CFP exigir cada vez mais pesquisas sobre os testes se depois os instrumentos são falsificados e utilizados no trabalho do dia a dia, violando a ética profissional."

Para localizar falsificadores, as editoras dependem sempre da denúncia de psicólogos: "A fiscalização é muito rudimentar e totalmente insuficiente para coibir tal prática", conclui Glauco.

Com relação ainda ao mercado editorial de testes, o estado de São Paulo ocupa um lugar de destaque na comercialização e atualmente os instrumentos brasileiros são procurados por pesquisadores de Portugal, Angola e Espanha, dentre outros países, o que tem incrementado o empenho dos editores, que têm investido em pesquisas e na produção de produtos novos. □

Por que terapia, Zé?

Alzira Marcondes Camacho (*)



Zé Pescador, não me engula/Deus do Céu, isso é ficha que se apresenta:

Nome: Zé do Barco
End: Ilha Comprida
Prof. Pescador

Idade? Onde está essa maldita idade? Dá um tempo.

– O senhor quer ter a bondade de esperar um minuto?

Eu preciso falar com a secretária. Onde está a idade? Aqui... achei... 60 anos... parece mais...

– Senhor Zé, precisamos refazer sua ficha.

– Ela morreu, Dona... e a senhora quer ficha...

– Gostaria de me organizar melhor, justamente para atendê-lo melhor/ Onde está essa menina?

– Aprendi muitas línguas Dona, mas num sei falá difícil; conheço a fala dos bicho e das pessoas, o cheiro do mar e o cheiro da roça e também o jeito deles falá comigo...

– Zé Filósofo / O Senhor está me dizendo que sabe das coisas, mas a sua fala é simples e acho que também quis me dizer para falar desse jetio simples, não é?

– Zé Pescador / andar pelo teu mundo, conhecer teus abismos e não cair... Não machucar tuas feridas e não me ferir em tuas arestas... Zé Incógnita.

– Queixa? Tem disso não, Dona. Nunca me queixo de nada. Meu pai era pedreiro e eu asentava, tijolo, desde ansim piquinininho, sempre dei duro na vida... Tem gente que veve reclamando, eu não. A vida é assim e a gente num deve di reclamá... só a minha Santinha... daí eu tenho queixa... mas é de Deus, nosso Pai, que levou ela premero... Ontem ela tava cumigo de novo... botamo a rede e ela apareceu... Tava assim que nem a Nossa Senhora.

– Sua esposa morreu... é isso? E o senhor a viu ontem na pescaria. O senhor a vê às vezes?

– Era ela, o Antonio Bento disse que eu tava louco, ninguém viu ela, mais eu sei que era. Falaram que era espírito, mas era ela mesmo, mais bonita, mais crarina... acho que num tem sol lá.

– Acho que tem, Zé Profeta / Mas não um sol que pune e sim um sol que premia... que posso eu com meus livros te ensinar, Zé Maresia?

– Você acha que ficando louco, Zé?

– Num sei, Dona... todo mundo fala... eu sei que é ela

– Zé Solidão / quer ser aceito, quer aceitar a morte dela, quer morrer talvez... isso eu posso entender... Mas por que terapia, Zé?

– As pessoas duvidam de você ... embora você esteja certo de suas visões.

– A minha Santinha, dona... Tava assim que nem a Nossa Senhora.

– Zé Amor / Ninguém vai me comparar à Nossa Senhora... Dona Santinha,

eu posso compreender o teu desassossego...

– Eu sei que era ela... olha... ontem ela me deu essa fita... ela sempre usava nos cabelos.

– Zé-Cheiro-De-Deus-Fala-A-Verdade / eu acredito em você / Mas onde vou esconder meus livros de psicopatologia?

– Não mostrei prá ninguém, Dona...

– Zé Sedução / Olha que a maré alta me leva também...

– Zé do Silêncio / Não fuja agora... deixa eu te buscar... te trazer de volta. Sem a Santinha, Zé. sem a Santinha... e não me pergunte prá quê...

– Zé, acho que você sabe o que essa fita significa... é uma prova que pode ser usada contra você...

– Zé Maluco / Se um dia eu pudesse endoidecer de amor... Essa fita... tem cheiro de Alfazema...

– Sei, Dona... acho que sei... mas Santinha tava usando ela quando morreu. Foi eu que ajetei no cabelo da falecida... até botei umas gota do perfumi dela "Flor de Arfazema".

– Zé Ingenuidade / Você botou o perfume na fita pra me convencer? Não carecia Zé, não carecia...

– Foi não, Dona...

– Amarela... Zé do Barco / Como a cor em volta dos teus olhos...

– Acho que foi pra chamá ela de vorta... prá falá a verdade a fita num era nem branca...

– Amarela... como a cor da minha lucidez agora...

– Era amarela, Dona... amarela.

(*) Psicóloga, escritora e poetisa.

Conselhos Regionais de Psicologia

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 1ª REGIÃO
Endereço: SRTVN QD. 702 ED. BSB RADIO CENTER, SALA 1029/31-B
Bairro: PLANO PILOTO
CEP: 70719-900
Cidade: BRASÍLIA UF: DF
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
Email: crp01@terra.com.br
Jurisdição: DF/AC/AM/RR/RO

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2ª REGIÃO
Endereço: RUA AFONSO PENA, Nº 475
Bairro: SANTO AMARO
CEP: 50050-130
Cidade: RECIFE UF: PE
Fone: (81) 231-7294
Fax: (81) 231-7985
Email: crppe@crppe.org.br
Jurisdição: PE/Fernando de Noronha

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO
Endereço: RUA AGNELO BRITO, 14. ED. VERSALHES SL 03 TÉRREO
Bairro: GARIBALDI
CEP: 40170-100
Cidade: SALVADOR UF: BA
Fone: (71) 332-6168
Fax: (71) 247-6716
Email: crp03@ufba.br
Jurisdição: BA/SE

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 4ª REGIÃO
Endereço: RUA TIMBIRAS, Nº 1532 - 6º ANDAR
Bairro: LOURDES
CEP: 30140-061
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG
Fone: (31) 3213-6767
Fax: (31) 3213-6767
Email: crp04@crp04.org.br
Jurisdição: MG

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 5ª REGIÃO
Endereço: RUA DELGADO DE CARVALHO, Nº 53
Bairro: TIJUCA
CEP: 20260-280
Cidade: RIO DE JANEIRO UF: RJ
Fone: (21) 234-2492 - (21) 234-1022 - (21) 234-5285
Fax: (21) 234-2964
Email: crprj@crprj.org.br
Jurisdição: RJ

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO
Endereço: RUA ARRUDA ALVIM, Nº 89
Bairro: JARDIM AMÉRICA
CEP: 05410-020
Cidade: SÃO PAULO UF: SP
Fone: (11) 3061-9494 - (11) 3061-9877
Fax: (11) 3061-0306
Email: admin@crpsp.org.br
Jurisdição: SP

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 7ª REGIÃO
Endereço: AV. OSVALDO ARANHA, Nº 1423, SALA 102
Bairro: CENTRO
CEP: 90035-191
Cidade: PORTO ALEGRE UF: RS
Fone: (51) 335-1838 - (51) 330-3458
Fax: (51) 330-3458
Email: crp07@portoweb.com.br
Jurisdição: RS

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 8ª REGIÃO
Endereço: AV. SÃO JOSÉ, Nº 699
Bairro: CAJURU
CEP: 80050-350
Cidade: CURITIBA UF: PR
Fone: (41) 3013-5766
Fax: (41) 3013 5766
Email: crp08@crp08.org.br, admin@crp08.org.br
Jurisdição: PR

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 9ª REGIÃO
Endereço: AVENIDA T-2 QD. 76, LT 18, Nº 803
Bairro: SETOR BUENO
CEP: 74210-010
Cidade: GOIANIA UF: GO
Fone: (62) 253-1785
Fax: (62) 285-6904
Email: crp09dir@terra.com.br
Jurisdição: GO/TO

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 10ª REGIÃO
Endereço: AV. GENERALÍSSIMO DEODORO, Nº 511
Bairro: UMARIZAL
CEP: 66055-240
Cidade: BELÉM UF: PA
Fone: (91) 224-6690
Fax: (91) 224-6690
Email: crp10@amazon.com.br
Jurisdição: PA/AP

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 11ª REGIÃO
Endereço: RUA CARLOS VASCONCELOS, Nº 2521
Bairro: JOAQUIM TÁVORA
CEP: 60115-171
Cidade: FORTALEZA UF: CE
Fone: (85) 246-6924
Fax: (85) 246-6924
Email: crp11@secrel.com.br
Jurisdição: CE/PI

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO
Endereço: RUA PROF. BAYER FILHO, Nº 110
Bairro: COQUEIROS
CEP: 88080-300
Cidade: FLORIANÓPOLIS UF: SC
Fone: (48) 244-4826
Fax: (48) 244-4826
Email: crp12@crpsc.org.br
Jurisdição: SC

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 13ª REGIÃO
Endereço: AV. MANOEL DEODATO, Nº 599. ED. EMPRES. TOWER, SL 301
Bairro: TORRE
CEP: 58040-180
Cidade: JOÃO PESSOA UF: PB
Fone: (83) 244-4246 - (83) 244-5808
Fax: (83) 244-4151
Email: crp13@uol.com.br
Jurisdição: PB/RN

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 14ª REGIÃO
Endereço: AV. FERNANDO CORREA DA COSTA, Nº 2044
Bairro: JOSELITO
CEP: 79004-311
Cidade: CAMPO GRANDE UF: MS
Fone: (67) 382-4801 - (67) 382-1045 - (67) 382-3469
Fax: (67) 382-4801
Email: crp14@terra.com.br
Jurisdição: MT/MS

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 15ª REGIÃO
Endereço: RUA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA CAMERINO, Nº 291
Bairro: FAROL (antiga Rua Belo Horizonte)
CEP: 57055-630
Cidade: MACEIÓ UF: AL
Fone: (82) 241-8231
Fax: (82) 241-3059
Email: crp15@crp15.org.br
Jurisdição: AL

Nome: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 16ª REGIÃO
Endereço: RUA FERREIRA COELHO, Nº 330 - SALAS 805 A 807
Bairro: CENTRO
CEP: 29055-250
Cidade: VITÓRIA - UF: ES
Fone: (27) 3324-2806
Fax: (27) 8835-5999
Email: secoes@crp04.org.br
Jurisdição: ES

PSICO
LOGIA

Ciência e Profissão

